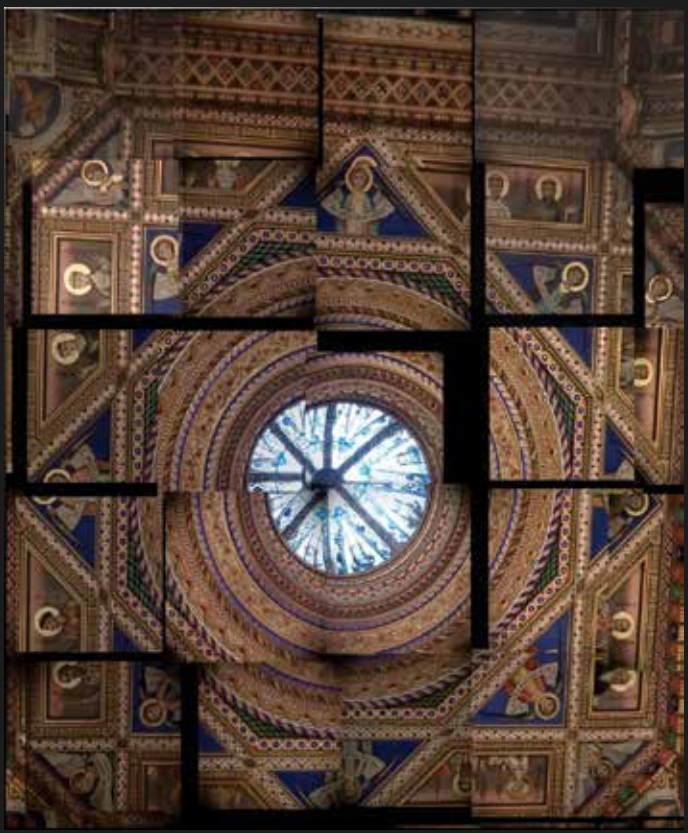
Entre escritos e eventos: Gilberto Freyre e o Congresso Afro-brasileiro



Mateus Silva Skolaude
Matheus Silveira Lima

EDIÇÕES UESB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Reitor
Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães

Vice-Reitor
Prof. Dr. Marcos Henrique Fernandes

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX)
Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro

Diretor da Edições UESB
Cássio Marcilio Matos Santos

Editor
Yuri Chaves Souza Lima

Comitê Editorial
Profª Drª Alba Benemérita Alves Vilela (DS II/Jequié)
Prof. Me. Érico Rodrigo Mineiro Pereira (DCSA/VC)
Profª Me. Iara do Carmo Callegaro (DTRA/Itapetinga)
Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (DELL/VC)
Prof. Me. José Antonio Gonçalves dos Santos (DCSA/VC)
Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (DH/VC)
Prof. Dr. Mauro Pereira de Figueiredo (DFZ/VC)
Prof. Dr. Nilton Cesar Nogueira dos Santos (DS 1/Jequié)
Profª Drª Gleide Magali Lemos Pinheiro (PROEX)
Adm. Jacinto Braz David Filho (Editor – Edições UESB/VC)
Cássio Marcilio Matos Santos (Diretor – Edições UESB/VC)

Produção Editorial
Coordenação Editorial
Yuri Chaves Souza Lima

Normalização Técnica
Jacinto Braz David Filho

Editoração Eletrônica
Ana Cristina Novais Menezes (DRT-BA 1613)

Capa
Matheus Silveira Lima

Revisão de linguagem
Robson Ferraz Varges

Publicado em: Dezembro de 2020.

Mateus Silva Skolaude
Matheus Silveira Lima

Entre escritos e eventos: Gilberto Freyre e o Congresso Afro-brasileiro

EDIÇÕES UESB

Vitória da Conquista – BA
2020

Copyright © 2020 by Autores
Todos os direitos desta edição são reservados a Edições Uesb.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

L699e

Skolaude, Mateus Silva.

Entre escritos e eventos: Gilberto Freyre e o congresso Brasileiro [Recurso Eletrônico] / Mateus Silva Skolaude, Matheus Silveira Lima. - - Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.

114p. ; 00cm.
E-book

e-ISBN 978-65-87106-13-7

1. Afro-Brasileiro - Congresso. 2. Negro Brasileiro. 3. Escravidão – Quilombo dos Palmares. 4. Escravidão - Proletarização. I. Skolaude, Mateus Silva. II. T

CDD: 305.896081

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
Biblioteca Universitária Professor Antonio de Moura Pereira
UESB – Campus de Vitória da Conquista

Editora filiada à:







Campus Universitário – Caixa Postal 95 – Fone: 77 3424-8716
Estrada do Bem-Querer, s/n – Módulo da Biblioteca, 1° andar
45031-900 – Vitória da Conquista – Bahia
www2.uesb.br/editora – E-mail: edicoesuesb@uesb.edu.br

À Débora, Camila e Sara, fontes de inspiração.

O afro-brasileiro representa reação necessária.
O sangue negro no Brasil não deve ser vergonha para ninguém.
Nem o sangue negro nem a influência africana
(Gilberto Freyre, Jornal Diário de Pernambuco,
dia 11 de novembro de 1934, p. 3).

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....9

INTRODUÇÃO.....10

CAPÍTULO 1 – GILBERTO FREYRE, EVENTOS E INSTITUIÇÕES: SUA FACETA MAIS ACADÊMICA.....25

1.1 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO NOS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS.....25
1.2 INSTITUTO AFRO-BRASILEIRO: UM SONHO NÃO REALIZADO.....32
1.3 GILBERTO FREYRE E O 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO: A SERVIÇO DO COMUNISMO?.....35

CAPÍTULO 2 – POLÊMICAS E DISPUTAS, O AFRO COMO REDUTO DE PESQUISA.....39

2.1 UM ESPAÇO A SER DEMARCADO: PREFÁCIOS EM DISPUTA (ROQUETTE-PINTO X ARTHUR RAMOS).....39
2.2 ESCOLA PERNAMBUCANA X ESCOLA BAIANA: A PRIMAZIA DOS ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS.....45

2.3 MÉDICOS E PSIQUIATRAS: CONTROVÉRSIAS INTERPRETATIVAS SOBRE A PRESENÇA NEGRA E MESTIÇA NA FORMAÇÃO DO BRASIL.....52

CAPÍTULO 3 – IDEIAS EM CIRCULAÇÃO: MOTIVAÇÕES, PESQUISAS E DEBATE.....65

3.1 LEONÍDIO RIBEIRO E A BIOTYPOLOGIA DO NEGRO CRIMINOSO.....65
3.2 UM ILUSTRE CONVIDADO: MELVILLE HERSKOVITS.....70
3.3 ESCRAVIDÃO, QUILOMBO DOS PALMARES, SEXUALIDADE E ABOLICIONISMO.....71

CAPÍTULO 4 – CONTEXTOS E DISPUTAS NA RUIDOSA DÉCADA DE 1930.....76

4.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO E O NEGRO BRASILEIRO: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A PROLETARIZAÇÃO.....76
4.2 DIMENSÕES FOLCLÓRICAS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: RELIGIOSIDADE, LITERATURA, MÚSICA E PINTURA.....82
4.3 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E O 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO: FRENTE NEGRA BRASILEIRA E PELOTENSE.....90
4.4 "*UM MOVIMENTO DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A VIDA E PARA A CULTURA DO BRASIL*": GILBERTO FREYRE E O 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO.....94
4.5 A ESCALA INTERNACIONAL DO 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO: NUNO SIMÕES E AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS.....97

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....107

SOBRE OS AUTORES

Mateus Silva Skolaude

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-doutor em Educação (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional, Licenciado em História e Especialista em História do Brasil pela UNISC. Professor no Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da UNISC. Trabalhou como Investigador Visitante na Universidade de Coimbra entre os anos de 2014 e 2015. É autor dos livros Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000), EDUNISC, 2008 e também Raça e nação em disputa: debates identitários luso-brasileiros (1934), Novas Edições Acadêmicas, 2017. Principais temas de pesquisa: Educação, Raça, Racismo e Multiculturalismo; Identidade Cultural e Nacional; História Afro-Brasileira e Luso-Brasileira.

Matheus Silveira Lima

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Pós-doutor em Ciência Política (PPGPol/UFSCar). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP. Professor efetivo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), desde 2004. Trabalhou como Investigador Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL), entre os anos de 2009 e 2010. É autor dos livros Um estudo da ordem privada: introdução ao pensamento político de Nestor Duarte (Annablume/Edições UESB, 2011) e Portugal e o iberismo no pensamento brasileiro (Edições UESB, 2014). Principais temas de pesquisa: Pensamento Social Brasileiro; Sociologia política no Brasil; Sociologia histórica e iberismo.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1982, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) promoveu no Recife o 3º Congresso Afro-Brasileiro (3º CAB) que teve como Presidente de Honra, o escritor Gilberto de Mello Freyre. Na organização do evento, o Sr. Fernando de Mello Freyre (Presidente da FUNDAJ e filho de Gilberto Freyre) contou com a colaboração de muitos pesquisadores interessados na questão racial brasileira, sobretudo, o antropólogo Roberto Motta. No discurso oficial de abertura, Motta afirmou o papel revolucionário de Gilberto Freyre na primeira metade da década de 1930, de modo que naquele contexto, Freyre teria protagonizado duas iniciativas que mudariam o curso da história brasileira, isto é, a publicação de *Casa Grande & Senzala* e a organização do 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB). Nesse sentido, o antropólogo classificou o encontro realizado no Recife como: "o filho primogênito de Casa Grande & Senzala" (MOTTA, 1985, p. 13-14).

A metáfora instrumentalizada pelo antropólogo, quase meio século depois da realização do encontro pioneiro de 1934, parece extremamente sugestiva, uma vez que reflete a fachada laudatória que, tradicionalmente, recobriu a produção historiográfica sobre este objeto. Em que pese o caráter informal da narrativa, a perspectiva interpretativa utilizada por Roberto Motta configura uma interessante referência, que leva ao principal mote investigativo proposto neste livro: o 1º CAB pode ser considerado uma extensão epistemológica de *Casa Grande & Senzala*?

Como primeiro passo para refletirmos sobre esta problematização, cumpre assinalar que o 1º CAB foi organizado pelo intelectual Gilberto Freyre, exatamente um ano depois do lançamento de *Casa Grande & Senzala*. Não por acaso, o encontro de 1934 invisibilizou-se à sombra da publicação de 1933, ao passo que o livro representou um "divisor de águas" na história nacional, ao mesmo tempo em que obteve gradativamente o reconhecimento enquanto obra de referência mundial nas ciências humanas.

Até aquele momento, as concepções alicerçadas na inferioridade do negro e do mestiço tornavam quase que inviável a construção de um sentimento de nação, dada a vergonha associada ao caráter racial. Freyre refutou as concepções científicas e racistas tradicionais, inverteu a lógica interpretativa ao mobilizar a história de entrecruzamento racial por um viés positivo. Em outras palavras, o culto à mestiçagem propagado por Gilberto Freyre constituiu-se num instrumento pedagógico poderoso a serviço de um novo paradigma civilizacional.

Nesse período, o Brasil ainda era uma jovem República de pouca tradição universitária e o 1º CAB constituiu-se em um encontro impulsionador de uma heterogênea discussão cultural e política que atravessou a década anterior. Se por um lado, o encontro do Recife não obteve apoio financeiro dos poderes públicos e também não rendeu a projeção intelectual que Freyre almejava, por outro, representou um espaço central para o intercâmbio de ideias e ofereceu instrumentos poderosos para a construção das narrativas raciais e nacionais, uma vez que o congresso contou com a participação de importantes atores vinculados aos mais diversos segmentos sociais.

Destaca-se o engajamento de pensadores modernistas e regionalistas, tendo em vista que ambos os movimentos defendiam que as doutrinas importadas deveriam ser substituídas por uma análise mais aprofundada da realidade brasileira. Os intelectuais modernistas de São Paulo e regionalistas do Nordeste, em tese nutriam posições opostas, entretanto, o grupo de Gilberto Freyre, no Recife, pode ser comparado com o grupo do escritor Mário Raul Morais de Andrade, em São Paulo. O grupo deste último

é associado ao modernismo e especialmente à famosa Semana de Arte Moderna, uma semana de atividades culturais no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922. Freyre, por sua vez, desempenhou papel fundamental no movimento regionalista, fundando o Centro Regionalista do Nordeste, em 1924 e organizando o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926 (BURKE; PALLARES-BURKE, 2009, p. 69).

Outro aspecto importante presente no 1º CAB foi a disputa da progenitura dos estudos afro-brasileiros que se estabeleceu entre as escolas pernambucana e baiana. Essa perspectiva conota o enfrentamento regional, tendo em vista o alcance nacional de afirmação intelectual e acadêmica. Bons exemplos transparecem nos prefácios publicados nos dois anais do evento, os textos de Edgard Roquette-Pinto e Arthur Ramos de Araújo Pereira legitimam a disputa de poder acerca da primazia dos estudos africanos no Brasil. A natureza ideológica dos prefácios, assim como o debate jornalístico articulado pelos intelectuais representantes das escolas pernambucana e baiana, indica um espaço contestado entre duas correntes em constante tensão.

Além desses, outra categoria com participação de destaque no 1º CAB, foram os médicos e psiquiatras adeptos dos pressupostos eugênicos que estabeleceram suas divergentes matrizes interpretativas sobre os temas da raça e da miscigenação. Muito do debate propagado no 1º CAB ou do que foi publicado nos anais do congresso, fora desdobramento das ideias defendidas por esses pensadores alguns anos antes no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido na então capital federal, Rio de Janeiro em 1929[1]. As disputas travadas neste espaço, em certa medida, indicaram os rumos políticos que o movimento eugênico brasileiro tomou nos anos subsequentes, uma vez que dessas divergências ideológicas surgiram concepções polêmicas que em muito contribuíram para fomentar o próprio pensamento social brasileiro.

Em linhas gerais, o início da década de 1930 teve como característica o confronto de duas correntes de pensamentos distintas. Por um lado, pensadores como Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, sob influência do

[1] COUTO, M. *1º Congresso Brasileiro de Eugenia*: actas e trabalhos *Rio de Janeiro, 1929. 373 p. ilus. tab. graf.* Monografia Português. (Coleciona SUS Brasil. ID: sus-14616.

culturalismo do antropólogo Franz Boas (1858-1942), enfatizavam que o problema que assolava o homem brasileiro não deveria ser atribuído à miscigenação, ressaltando que a diversidade racial e cultural existente no Brasil contribuía para aumentar a harmonia e a singularidade da civilização nacional. Por outro, um grupo de eugenistas manifestava sua admiração à "eugenia negativa" propagada nos Estados Unidos e na Alemanha. Nesse campo, destacavam-se pensadores como Oliveira Viana, Leonídio Ribeiro e Renato Kehl (SOUZA, 2012, p. 15-18).

Vale lembrar que a partir de 1934 até o fim da Segunda Guerra Mundial, foram aprovadas em território nazista cerca de 400 mil esterilizações e mais de 6 milhões de pessoas perderam a vida em nome da higiene da raça. Apesar de normalmente associada à ascensão de Hitler ao poder em 1933, não é verdadeiro dizer que na Alemanha a doutrina esteve exclusivamente associada à ideologia nazista. É verdade, no entanto, que sob o Nacional-Socialismo a prática assumiu sua faceta mais radical (DIWAN, 2007).

Esta perspectiva encontrou aderência no pensamento intelectual brasileiro e muitos dos pensadores afirmavam suas concepções tendo por referência as políticas eugênicas implementadas na Alemanha. Em carta endereçada ao intelectual Oliveira Viana, no dia 25 de julho de 1937, o médico Renato Kehl deixou registrado este sentimento: "Percorri uma parte da Suíça e agora depois de viajar pelo sul da Alemanha, instalei-me em Berlim, onde estou observando os magníficos progressos do III Reich" (SANTOS, 2009, p. 11).

Ao mesmo tempo, esse ideário também era percebido na imprensa brasileira. O extenso artigo publicado na capa do jornal *Diário de Pernambuco* (*JDP*), do dia 18 de novembro de 1934, de autoria do filósofo alemão Oswald Spengler, serve como um importante testemunho:

> "*A Primeira Grande Victoria das Raças de Cor*"
>
> A Civilização Occidental deste século esta ameaçada, não por uma, mas por duas revoluções mundiais de enormes dimensões. Uma vem de baixo e a outra de fora: 'guerra de classe e guerra de raça'. [...]. A humanidade branca se disseminou por todos os cantos, na

> sua avidez de distancias infinitas: pelas Américas, África do Sul, Austrália e numerosos pontos estratégicos intermediários. A ameaça Amarella – Parda – Negra – Vermelha espreita de dentro do próprio campo de acção dos brancos. Ella penetra e participa dos tratos e destratos militares e revolucionários das potencias brancas e ameaças de um dia evocar a si as decisões. Quem então está compreendido nesse mundo 'de côr'? Não somente a África, as Índias, como também os negros e mestiços de toda a América [...]. A Guerra Mundial foi a derrota das raças brancas e a Paz de 1918 constituiu o primeiro grande triumpho das raças de côr. [...] Não foi a Alemanha que perdeu a Guerra Mundial: perdeu-a o Ocidente quando as raças de côr deixaram de respeita-lo. [...]. As nações brancas que governavam abdicaram de sua antiga primazia. Negociavam agora, onde outrora comandavam. [...]. Essa generalizada revolução "de côr" em todo orbe obedece a varias tendências que podem ser nacionais, econômicas ou sociaes. [...] em toda parte, sempre a mesma causa: ódio a raça branca e uma incondicional determinação de destruí-la. As raças de côr existentes no mundo até agora têm sido numericamente, duas vezes mais forte do que a raça branca. [...]. A batalha pela posse do planeta está iniciada. O pacifismo do século do Liberalismo deve ser vencido se quisermos continuar a viver. As raças de côr 'não' são pacifistas. Elas não se apegam a uma vida cujo único valor é a extenção. Houve tempo em que ellas temeram o homem branco. Agora desprezam-no.

Com base nesse registro, percebe-se que o racismo constitui o argumento central do texto e demonstra a força dessa narrativa no período do entre guerras. A reflexão spengleriana caracteriza a perspectiva hegemônica dos debates científicos a época, isto é, a visão de que a civilização ocidental estaria a perigo de ser extinta por conta de dois fatores: o "comunismo" e a expansão das "raças de cor". Para o autor, estas duas experiências somadas ao fracasso da Primeira Guerra Mundial serviram como referência para a derrocada da "raça branca" e consequentemente como o primeiro grande triunfo de negros e mestiços. Por conta disso, propunha o filósofo que só a união da "raça branca" poderia salvar o planeta de uma grande catástrofe.

Exatamente uma semana antes da publicação do texto de Oswald Spengler, no mesmo periódico, o jornal *Diário de Pernambuco* do dia 11 de

novembro de 1934, Gilberto Freyre expunha aos leitores pernambucanos quais eram os principais objetivos do 1º Congresso Afro-Brasileiro que se iniciava naquela data:

> "O AFRO-BRASILEIRO"
>
> O Afro-Brasileiro ou muito me engano ou não será bem um congresso, mas uma espécie do que os americanos chamam *'round-table'*. Nenhuma oratória, nem exploração demagógica ou sentimental. Apenas um grupo de estudiosos de assumptos afro-brasileiros reunidos para discutir, mas discutir em voz de conversa, e com a maior calma, a maior objetividade desse mundo, aquelles problemas um tanto esquecidos pelo aryanismo oficial. O curioso é que esses estudiosos são scientistas, artistas e eruditos de renome e são também estudantes de medicina e de direito, alunos do gynásio, babalorixás, cozinheiras, operários, trabalhadores negros de engenho. De toda essa gente há trabalhos que vão ser lidos nas reuniões do Afro-Brasileiro e publicados depois nos seus Annaes. [...] Os fins do Congresso Afro-Brasileiro são bem claros. Elle visa organizar um material riquíssimo de estudo, a que não se tem prestado a atenção merecida. [...]. O Afro-Brasileiro que hoje se reúne, às 15 horas, com toda a simplicidade, numa sala do Santa Izabel talvez venha a ser o início de um movimento considerável de cultura e de acção social. A primeira tentativa séria de clarificação do ambiente brasileiro no sentido de se separar o preto do escravo (como já queria Nabuco, que neste mesmo Santa Izabel fez a campanha da abolição) e de se reconhecer no negro, assim rehabilitado, uma raça capaz e com contribuições já notáveis para o desenvolvimento nacional Ao mesmo tempo que cheia de possibilidades e aptidões magníficas. Por muito tempo nos dominou, um aryanismo ridículo, ligado a preconceitos de classe e de exploração econômica. A medida que as próprias elites sociaes, artísticas e acadêmicas foram se enriquecendo do sangue negro-mulato [...] aquelle aryanismo pretencioso foi aumentando de ridículo. O Afro-Brasileiro representa reação necessária. O sangue negro no Brasil não deve ser vergonha para ninguém. Nem o sangue negro nem a influência africana, que alcança a todo brasileiro sincero o authentico como uma enorme 'mancha mongólica' que se tivesse alastrado por toda alma nacional.

As considerações pautadas por Freyre acerca do debate racial transitavam, portanto, na contramão do pensamento hegemônico e científico da época, que condenava a mestiçagem e exaltava o arianismo enquanto modelo civilizacional. Por meio da articulação do 1º CAB, o ensaísta pernambucano concebia o encontro como uma possibilidade efetiva de valorização da cultura negra e mestiça na história brasileira, tendo em vista o surgimento de novos investigadores, fontes e pesquisas.

Como instrumento analítico, os textos de Spengler e Freyre dão um contraste incontornável ao contexto *hermenêutico* que permeava as narrativas científicas do período histórico proposto neste estudo. O fato de estarem publicados no mesmo veículo de imprensa em um brevíssimo intervalo de uma semana não são, portanto, uma coincidência. Dessa maneira, cumpre assinalar a interpretação anacrônica de parte dos pesquisadores das ciências humanas que à luz das demandas políticas de cunho étnico/racial em curso, interpelam o pensamento freyriano como subsídio ideológico do racismo cordial brasileiro. Não se trata, neste caso, de estabelecer uma defesa da obra e do autor Gilberto Freyre, mas de ter presente as disputas discursivas no âmbito racial difundidas na década de 1930.

No que diz respeito a revisão bibliográfica dedicada ao objeto desta pesquisa, deve-se ter presente que o 1º CAB constituiu-se enquanto um evento pouco pesquisado pela historiografia. Diante disso, algumas considerações se fazem importantes para caracterizar essa suposta "indiferença" investigativa. Boa parte dos trabalhos imputaram ao 1º CAB uma extensão das ideias freyrianas assumidas em *Casa Grande & Senzala* e consequentemente ao "mito da democracia racial".

Diante deste contexto, alguns estudos relacionados ao 1º CAB estão a reboque das interpretações estabelecidas pelos intelectuais vinculados ao Movimento Negro e ao projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nas décadas de 1940 e 1950, assim como, de uma nova fase estabelecida pelos movimentos de luta antirracista no Brasil, no final da década de 1970. Esta perspectiva analítica foi definida com base em pesquisadores

vinculados ao Teatro Experimental Negro (TEN) fundado no Rio de Janeiro, em 1944, pelo professor e militante Abdias do Nascimento. A entidade tinha por objetivo produzir peças teatrais e proporcionar uma melhor formação intelectual ao negro brasileiro. Além disso, o TEN patrocinou as Convenções Nacionais do Negro: em São Paulo (1944), no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950).

Segundo Abdias do Nascimento (1982, p. 35-36):

> Enquanto nosso movimento atuava no centro-sul do país, um grupo de estudiosos realizava no Recife (1934) e na Bahia (1937), respectivamente, o I e II Congresso Afro-Brasileiro. Foram congressos acadêmicos. Descreveram o negro sob aspectos históricos, antropológicos, folclóricos, etnográficos, usaram o negro como matéria-prima de pesquisas. Mas não se confundiram com as reivindicações práticas e objetivas da gente negra. O negro, como mais tarde diria um membro da corrente, entrou naqueles certames como micróbio sob o olho do microscópio. Tiveram assim prioridade o lado mais vistoso e ornamental da vida negra – os candomblés, a roda de samba, a capoeira – particularmente o enfoque do negro "coisificado", estático, imóvel, e estranho à dinâmica da sociedade brasileira.

Os dois primeiros congressos Afro-Brasileiros também foram alvo de críticas por parte de outros segmentos acadêmicos, e o que se observa nos debates é que a maior parte das pesquisas menciona o 1º CAB sem um aprofundamento teórico e empírico. Comumente o congresso é analisado exclusivamente a partir de alguns textos publicados nos dois anais e numa perspectiva mais ampla das discussões sobre raça, cultura e identidade nacional na década de 1930.

Figura 1: Cartaz do 1º Congresso Afro-brasileiro



Fonte: Cartão Postal desenhado por Cícero Dias para o 1º Congresso Afro-Brasileiro. Folha de Guarda. Estudos Afro-Brasileiros. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988 (Abolição, Fundação Joaquim Nabuco, v. 6).

No que diz respeito às pesquisas de historiadores brasileiros destaca-se um importante artigo publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, "O negro deu régua e compasso", de Gustavo Henrique Tuna (2005). Nesse texto, o historiador apresenta uma ideia geral do que foi o 1º CAB e discute o contexto racial da época a partir de algumas tendências teóricas expostas pelos congressistas. Duas biografias sobre Gilberto Freyre apresentam capítulos específicos sobre o 1º CAB. O primeiro e mais recente, *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*, dos autores Enrique Rodrígues Larreta e Guilherme Giucci (2007), traça um panorama geral do que foi o evento, inter-relacionando os textos publicados nos anais e a documentação jornalística. O segundo, *Gilberto Freyre: uma biografia intelectual*, de Vamireh Chacon (1993), sistematiza uma análise do 1º CAB a partir das perseguições políticas de alguns congressistas no período posterior ao evento. Para isso, Chacon tomou como referência o texto de Robert M. Levine.

Publicado em 1973, na revista *Race & Class*, o artigo: "The first afro-brasilian congress: opprotunities for the study of race in the Brazilian Northeast" é a primeira referência bibliográfica sobre o 1º CAB. Levine discute o congresso por um viés de longa duração, ao analisar os desdobramentos da abolição da escravidão, no Estado de Pernambuco. O artigo apresenta uma importante análise do evento, ao contextualizar as implicações políticas do encontro na década de 1930. Contudo, algumas considerações apontadas pelo brasilianista se mostram equivocadas, como no caso da forte rejeição ao 1º CAB estabelecida por segmentos da sociedade recifense. Além disso, Levine afirmou que a maioria dos jornais do Estado de Pernambuco ignoraram a divulgação do congresso. Em pesquisa realizada na FUNDAJ, junto ao setor de microfilmagem, constatou-se que três periódicos em circulação na época, o Jornal Pequeno, o Jornal do Recife e, sobretudo, o Jornal Diário de Pernambuco, deram ampla cobertura ao 1º CAB.

Donald Pierson (1971) também abordou o 1º CAB em seu livro: *Brancos e Pretos na Bahia: Um Estudo de contato racial*, no capítulo intitulado: "Ideologia racial e Atitudes raciais". Neste estudo, o sociólogo norte-americano, que participou do 2º CAB em 1937, citou de forma resumida alguns poucos artigos e o prefácio de Gilberto Freyre que se encontra publicado no segundo volume dos anais. Ademais, Pierson argumentou que o evento pouco contribuiu para alterar a direção dos estudos raciais no Brasil.

Duas dissertações de mestrado tiveram como objeto de pesquisa o 1º CAB. A primeira, *"Coisas do Negro" Além do pitoresco: The first afro-brazilian congress of 1934*, defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos e Ibéricos, na Universidade da Califórnia (Santa Bárbara). Neste estudo, Cari Sloan Williams apresenta uma importante contribuição sobre o congresso, sobretudo, pela documentação jornalística citada no trabalho, ou seja, além dos periódicos de Pernambuco, a autora levantou artigos e reportagens publicadas na então capital federal brasileira, tais como os jornais *Diário Carioca*, *Diário da Manhã* e o *Jornal do Brasil*.

Nesse caso, o principal mérito da pesquisa foi perceber o impacto que o 1º CAB obteve na imprensa do centro do país. Contudo, Cari Sloan

Williams entendeu a formatação do 2º CAB, organizado em 1937 na Bahia, como uma mera sequência do 1º CAB. Nesses termos, o estudo não abordou a complexidade e as disputas de poder em torno da memória afro-brasileira que envolveu os congressos e as duas escolas, assim como, os principais representantes da escola pernambucana de Gilberto Freyre e da escola baiana de Arthur Ramos e Edson Carneiro.

Outra dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob o título: *Um monumento ao negro: memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, 1934*. Defendida em 2007, a pesquisa de Clilton Silva da Paz estabelece como ponto de referência os anais publicados para o Congresso e o Jornal Pequeno, um dos periódicos que circulavam no Recife, em 1934. O autor estudou o 1º CAB sob o viés das redes intelectuais constituídas por Gilberto Freyre e Ulysses Pernambuco, ao passo que procurou traçar uma biografia dos participantes e destacou elementos como: família, publicações, formação e atuação profissional.

Por último, destacam-se dois trabalhos da historiadora norte-americana Anadelia Romo. O primeiro trata-se de um artigo: "Rethinking race and culture in Brazil´s first afro-brazilian congress of 1934", publicado na *Revista de Estudos Latino Americanos da Universidade de Cambridge*, em 2007. Romo estabelece sua reflexão apoiado em três autores e seus respectivos textos publicados para os anais, isto é, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro. Para a autora, esses intelectuais enfatizaram o conceito de cultura como uma tentativa de rompimento com o determinismo racial. No entanto, essa nova categoria analítica acabou por reproduzir as mesmas hierarquias que os estudiosos tentavam escapar, ou seja, o papel atribuído à cultura africana ficou vinculado aos mesmos preceitos de superioridade e inferioridade.

Há outro estudo publicado pela historiadora norte-americana, trata-se do livro: *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Esta obra é uma versão revisada, modificada e ampliada da tese da Romo (2010): *Race and reform in Bahia: primary education, 1888-1964*. Nesta pesquisa, a historiadora tem a Bahia como objeto de estudo e procurou compreender

a forma como se deu o processo de afirmação identitária de matriz africana nesse Estado. O interesse aqui encontra-se no segundo capítulo, no qual Romo contextualizou o 1º CAB com o intuito de relacioná-lo ao 2º CAB realizado em Salvador, no ano de 1937.

Se por um lado, Anadelia caracteriza de forma consistente os debates e as relações de poder em torno da memória afro-brasileira e o seu pioneirismo no Brasil, que envolveu os principais intelectuais das duas escolas (Recife com Gilberto Freyre e os da Bahia com Arthur Ramos e Edson Carneiro), por outro, as críticas feitas por Romo ao 1º CAB estão centradas em análises preponderantemente baseadas nos dois anais publicados, assim como, pela incorporação das críticas formuladas pelos pesquisadores baianos ao congresso do Recife. Diante disso, alguns elementos de bastidores como a participação popular e a interação de um efetivo "universo cultural afro-brasileiro" no 1º CAB, não são abordados pela historiadora, lhe escapando, portanto, um aspecto importante do Congresso.

Assim, essa revisão bibliográfica denota, com clareza, a necessidade de uma investigação mais apurada do 1º CAB, uma vez que as produções existentes não contemplam as múltiplas dimensões do encontro, tendo em vista as disputas de poder e os desdobramentos políticos em escala nacional e transnacional. Por conta disso, sistematizou-se um amplo corpus documental reunido com base em algumas instituições e arquivos percorridos no Brasil e em Portugal, com especial destaque para a Fundação Gilberto Freyre, a Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Diplomático Português, em Lisboa; além da Biblioteca Nacional de Portugal, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Coimbra e Porto. Nesse trajeto, foram levantadas bibliografias, correspondências oficiais, artigos, reportagens jornalísticas que foram citadas ao longo do livro mantendo a versão ortográfica original de cada documento.

Convém ressaltar que este estudo problematiza as seguintes questões: Pode-se afirmar que o 1º CAB é uma reprodução das ideias de Gilberto

Freyre e consequentemente o "primogênito de Casa Grande & Senzala" como supõem alguns intérpretes? Qual compreensão sobre a "África" subjaz às mobilizações do 1º CAB? Quais são as redes intelectuais e os projetos defendidos no 1º CAB? Quais os interesses pessoais de Gilberto Freyre na organização do 1º CAB e a escala luso-afro-brasileira deste projeto? Que pressupostos históricos foram mobilizados pela escola baiana e pernambucana acerca da primazia dos estudos afro-brasileiros?

Alinhando-se com essas problemáticas, a investigação tem como objetivo geral analisar a mobilização das narrativas raciais e nacionais do 1º CAB, tendo em vista a relação comparativa e ideológica defendida por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Este se desdobra em seis objetivos específicos: analisar a estruturação do 1º CAB, com base nas aproximações intelectuais, das redes discursivas e dos projetos em curso; caracterizar o caráter hermenêutico do debate racial e nacional acerca dos conceitos de raça, cultura e miscigenação; compreender quais critérios a história da África e dos africanos foi mobilizada no 1º CAB; verificar o papel ideológico assumido pelo intelectual Nuno Simões do debate racial brasileiro em Portugal; compreender o impacto nacional da disputa entre as escolas baiana e pernambucana no 1º CAB; analisar articulações e os objetivos pessoais de Gilberto Freyre na organização do 1º CAB.

Para alcançar estes objetivos, o livro foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, segundo e terceiro capítulos, partimos da imprensa pernambucana, sobretudo, o jornal *Diário de Pernambuco* (JDP) que deu ampla cobertura ao congresso quando da sua realização, em novembro de 1934. Por meio da imprensa, tomamos como questão central os bastidores do encontro, ou seja, os debates e alguns encaminhamentos extremamente importantes que foram publicados nas reportagens jornalísticas e que indicam, em certa medida, o "sonho" pessoal que Gilberto Freyre nutria em relação aos desdobramentos políticos do 1º CAB. Destaca-se ainda, o rótulo de comunista que Freyre e o congresso receberam de alguns intelectuais e da imprensa no centro do país. No quarto e quinto capítulos, discutimos às escalas regional e nacional do congresso, considerando os prefácios produzidos para os dois anais e o debate estabelecido entre

representantes das escolas pernambucana e baiana na afirmação dos estudos afro-brasileiros. Do sexto ao décimo primeiro capítulos, nos dedicamos aos artigos publicados nos jornais e nos dois anais do congresso. Neste âmbito, procuramos analisar as narrativas mobilizadas pelos intelectuais na afirmação da identidade nacional, tendo em vista a pluralidade de teorias em curso. No décimo segundo capítulo, enfocamos a participação dos movimentos sociais negros no 1º CAB, em especial da Frente Negra Pelotense. Nos últimos dois capítulos, circunscrevemos a produção acadêmica de Gilberto Freyre para o 1ºCAB, assim como as implicações do encontro em Portugal, por meio de dois artigos publicados na imprensa lusitana pelo jornalista Nuno Simões.

Referências

BURKE, P.; PALLARES-BURKE, M. L. *Repensando os trópicos:* um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHACON, V. *Gilberto Freyre:* uma biografia intelectual. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

DIWAN, P. Eugenia, a biologia como farsa. *História Viva*, n. 49, nov. 2007.

FREYRE, G. Entrevista. *Diário de Pernambuco*, 11 nov. 1934, p. 3.

GIUCCI, G.; LARRETA, E. R. *Gilberto Freyre*: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEVINE, R. M. The Afro-Brazilian Congress. *Race & Class*, n. 15, 1973.

MOTTA, R. Os afro-brasileiros. *In*: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 3., 1985, Recife. *Anais* [...]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1985. (Série Cursos e Conferências, 19).

NASCIMENTO, A. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PAZ, C. S. *Um monumento ao negro:* memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, 1934. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PIERSON, D. *Brancos e pretos na Bahia:* estudo de contacto racial. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

ROMO, A. A. *Brazil's Living Museum:* Race, Reform, and Tradition in Bahia. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

_____. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno da definição da cultura baiana. *Afro-Ásia*, n. 39, p. 115-151, 2010.

_____. Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934. *Journal of Latin American Studies*, v. 39, Issue 01, Feb. 2007.

SANTOS, R. A. Os intelectuais e a Eugenia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFPR – "SOCIEDADE E POLÍTICA EM TEMPOS DE INCERTEZA", 1., 2009, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: UFPR, 2009. p. 01-14.

SOUZA, V. S. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados: UFGD, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

TUNA, G. H. O negro deu régua e compasso. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 3, p. 68-73, set. 2005.

WILLIAMS, C. *"Coisas do negro" além do pitoresco*: The first Afro-Brazilian Congress of 1934. 2004. Dissertação (Mestrado em Artes e Estudos Ibéricos e Latino Americanos) – University of Califórnia Santa Barbara, 2004.

Capítulo 1

Gilberto Freyre, eventos e instituições: sua faceta mais acadêmica

1.1 1º Congresso Afro-Brasileiro nos periódicos pernambucanos

O 1º CAB ocorreu no Teatro Santa Isabel entre os dias 11 e 16 de novembro de 1934 e na organização do evento, Gilberto Freyre contou com a participação indispensável de seu primo Ulysses Pernambuco, professor e psiquiatra de grande influência no Recife. Além disso, o 1º CAB teve a presença de artistas e intelectuais renomados, como os pintores Cícero Dias, Noêmia e Di Cavalcante; o maestro Ernani Braga; os escritores José Lins do Rego, Mario de Andrade e Jorge Amado; o folclorista e antropólogo Câmara Cascudo; o antropólogo Roquette-Pinto; o psiquiatra Arthur Ramos e o etnólogo Edson Carneiro.

Ao lado desses homens de letras, o encontro teve a heterogênea colaboração de estudantes, cozinheiras, rainhas de maracatú, babalorixás e ialorixás e de pessoa do povo, inclusive não alfabetizadas, e também de lideranças e militantes dos movimentos sociais negros. Das atividades, foram produzidos os anais dos trabalhos apresentados no congresso e que foram publicados em dois volumes: *Estudos Afro-Brasileiros* pela Editora Ariel (1935) e os *Novos Estudos Afro-Brasileiros* pela Editora Civilização

Brasileira (1937). Nem todos os intelectuais que tiveram seus trabalhos publicados, compareceram efetivamente ao evento, este foi o caso do importante antropólogo norte-americano Melville J. Herskovits que enviou dois textos para os anais.

O primeiro volume foi prefaciado por Roquette-Pinto e reuniu 25 artigos, ao passo que o segundo volume foi escrito por Arthur Ramos e teve 18 artigos. Em 1988, a Fundação Joaquim Nabuco republicou dezesseis obras da "Série Abolição". Na ocasião, os dois anais do 1º CAB foram reeditados, nos volumes VI e VII mantendo as suas versões originais, apenas foi acrescentada uma nova apresentação de José Antônio Gonçalves de Mello, um dos participantes do 1º CAB.

O caráter informal e não somente acadêmico foi uma das marcas do 1º CAB. Durante o período de organização houve a participação de quatro babalorixás: Pai Anselmo; Pai Oscar; Pai Rozendo e Pai Adão. O último, apesar de se fazer presente nas reuniões preparatórias, devido ao seu ortodoxismo recusou-se a participar do evento por não considerar os outros babalorixás seus iguais. Por sua formação religiosa ter sido na África, Pai Adão afirmava que só ele e o baiano Martiniano seriam os únicos no Brasil com profundo conhecimento dos mistérios de Xangô.

Por conta disso, Pai Adão se considerava numa posição espiritual superior à de seus pares, a quem considerava "um bando de falsos profetas". Gilberto Freyre era íntimo amigo de Pai Adão e em reportagem publicada na ocasião da morte do babalorixá, o ensaísta destacou que percebia no Pai de Santo uma das grandes erudições sobre a cultura africana, bem como a maior inspiração para a organização do 1º CAB:

> [...] Sem Pae Adão o Recife perde uma de suas maiores figuras. O Recife só não: todo o Brasil africano. Elle e o velho Martiniano de São Salvador, eram as duas últimas grandes vozes da África no Brasil. [...] Pae Adão era um orthodoxo terrível: para quem ele e Martiniano mais ninguém no Brasil entendiam dos mysterios de Xango. O resto era um bando de falsos profetas. O próprio Pae Anselmo apezar de discípulo de Martiniano, lhe parecia uma caricatura de babalorixá. Babalorixá de verdade, só ele e Martiniano, que estudaram na Africa, que aprenderam os ritos com

> os africanos. [...]. A idéa do Congresso lhe pareceu desde o principio magnifica: estudar os problemas dos brasileiros descendentes de africanos, sua religião, seu passado, suas condições de vida e de saúde, sua arte. Foi um dos maiores entusiastas do Congresso. Posso mesmo dizer que foi em Pae Adão que encontrei o melhor inspirador para a direção que tomou afinal o congresso – único no gênero. Mais de uma vez ele me procurou em casa para tratar do assumpto. E com os meus livros e as minhas revistas sobre África, pude verificar como era enorme a erudição do velho babalorixá sobre coisas e línguas africanas. Arthur Ramos teria encontrado nelle um colaborador magnífico para os seus estudos. Sua exigência para tomar parte no Congresso é que era tremenda: só ele e Martiniano. Impossível transigir nesse ponto com o bom amigo de Água Fria. Mas não houve zanga [...]. Nossa amizade continuou como dantes (FREYRE, 1961, p. 17).

A colaboração de "pessoas comuns" só foi possível por causa da confiança adquirida por Ulysses Pernambuco junto aos líderes dos centros de cultos afro-brasileiros nos anos precedentes a realização do congresso. O psiquiatra exerceu um papel fundamental na defesa das liberdades de culto dessas populações, assim como na intervenção junto a polícia estadual que constantemente fiscalizava esses centros de forma hostil (GUILLEN, 2005, p. 65).

Tomando-se por base a organização do 1º CAB, Gilberto Freyre procurou estabelecer um caráter de independência ao não receber nenhuma contribuição financeira do Estado e dos Partidos Políticos. Os recursos vieram provenientes da colaboração da sociedade civil pernambucana, por meio de médicos, advogados, comerciantes, professores e empresários que custearam as despesas administrativas de 876 mil réis (FREYRE, 1937, p. 349-350).

Figura 1: Anais do 1º Congresso Afro-Brasileiro



Fonte: Estudos Afro-Brasileiros. Capa: Rosângela Mesquita de Alencar. Ilustração da Capa: Retrato de um dos quatro enviados do Rei Garcia II, do Congo, a João Mauricio de Nassau no Recife em 1643, de autoria de Albert Eckhout, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Copenhague (270 x 180 cm). Reprodução por Alcir Lacerda.
Novos Estudos Afro-Brasileiros. Capa: Rosângela Mesquita de Alencar. Ilustração da Capa: Tela de Albert Eckhout, datada do Brasil 1641, doado pelo Conde João Maurício de Nassau ao Rei Grederico III, da Dinamarca, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Copenhague (270 x 180 cm) Reprodução Alcir Lacerda.

Se por um lado, Gilberto Freyre manteve uma autonomia política, partidária e governamental do 1º CAB, por outro, o escritor recebeu com satisfação o apoio das principais lideranças dos Movimentos Negros da década de 1930. Em 9 de novembro de 1934, dois dias antes do início do 1º CAB, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* na página 10, publicou uma entrevista do Sr. Humberto de Freitas, secretário-geral da Frente Negra Brasileira, afirmando o apoio da entidade ao congresso (WILLIAMS, 2004, p. 35).

É importante perceber que Gilberto Freyre detinha experiência e respeitabilidade frente à sociedade pernambucana quando organizou o congresso regionalista, em 1926. Por conta disso, Freyre possuía conhecimentos necessários para coordenar encontros dessa natureza e com a permissão das autoridades locais elegeu o Teatro Santa Isabel como

centro das conferências. A escolha deste espaço não foi casual, de modo que o prédio já possuía uma memória simbólica marcante na defesa da abolição da escravidão, ou seja, fora nesse local onde, meio século antes, Joaquim Nabuco havia proclamado: "aqui vencemos a batalha da abolição" (FREYRE, 1937, p. 348).

No primeiro dia de congresso, foram colocadas gravatas a venda, como forma de arrecadar fundos para o custeio do encontro. A cerimônia de abertura foi realizada no domingo, dia 11 de novembro, às 15 horas, pelo secretário José Valladares, no salão nobre do Teatro Santa Isabel e no protocolo, Ulysses Pernambuco foi aclamado Presidente. Em seguida, o Dr. Nobrega da Cunha, Inspetor Geral de Ensino do Ministério da Educação, inaugurou a Sessão de Arte, onde o público pode conferir exposições artísticas de obras sobre a cultura afro-brasileira de respeitados artistas como: Di Cavalcanti, Noêmia, Manoel Bandeira, Luis Jardim e Cícero Dias, pintor responsável pela confecção do cartaz oficial do 1º CAB.

O pintor Di Cavalcanti, numa entrevista concedida a imprensa pernambucana, respondeu a respeito do mérito do 1º CAB e de que forma compreendia a participação do negro na arte brasileira:

> Para o nosso artista o afro-brasileiro é extraordinário porque é, ao mesmo tempo, um elemento de tradição e de civillisação. O negro nos trouxe a humanisação, o lyrismo, a doçura, actuando em todos os sentidos, em todos os ramos da arte, com sua sensibilidade immensa. Elle nos legou esse eterno e ininterrupto romantismo e tudo que vem delle é de uma grandeza sem nome para a arte brasileira. Nunca deixei de sentir em mim a influencia africana. Em grande numero de meus quadros, o elemento negro é primacial. [...] Além da opportunidade que tive na vinda ao Recife de assitir ao Congresso Afro-Brasileiro e fazer a minha primeira exposição no Norte, também minha estadia nesta grande cidade é motivo para estudo de novos quadros. O Norte será a ultima acquisição que faço para completar a minha personalidade de artista.[1]

A posição assumida por Di Cavalcanti reconhecia na cultura de origem africana elementos fundamentais para a formação nacional, ao passo

[1] *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de novembro de 1934, p. 2.

que estes povos legavam ao Brasil elementos de humanização e tradição identitária, ou seja, o pintor modernista concebia a influência africana numa perspectiva civilizadora da cultura nacional. Di Cavalcanti ao articular uma defesa da cultura afro-brasileira no 1º CAB conota o respaldo que Freyre obteve dos diferentes segmentos artísticos naquele momento.

Do ponto de vista acadêmico, o congresso foi estruturado à tarde com apresentações e debates realizados nos dias 12, 13 e 14 de novembro no Teatro Santa Isabel. Os organizadores do congresso dividiram as apresentações por disciplina, presidentes e em quatro sessões formatadas nesta estrutura: 1º Etnografia (Ulysses Pernambuco); 2º Antropologia/ Sociologia/Etnologia (Olívio Montenegro); 3º Folclore/Arte (Rodrigues de Carvalho); 4º Psicologia social (Silvio Rabelo).

No turno da noite foram agendadas saídas de campo, respectivamente nos dias 12 e 15 houve "toques" nos terreiros do Pai Oscar de culto gegê e do Pai Rozendo de culto Xambá. No dia 14, houve um jantar de quitutes afro-brasileiros oferecidos aos participantes na Escola Doméstica de Pernambuco. O cardápio foi composto por: acarajé; inhame com mel; farinha de mandioca; beiju de mandioca e cocada, todos preparados pela cozinheira Izabel Maria dos Santos. Da mesma forma, e respectivamente nas manhãs dos dias 13, 14 e 15, foram feitas visitas ao Hospital de Assistência aos Psicopatas com orientação de Ulysses Pernambuco, ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar sob a responsabilidade do Comandante Jurandir Mamede e a ilha de Joaneiro sob a coordenação de Geraldo de Andrade.

O encerramento aconteceu no dia 16 no Teatro de Santa Isabel com uma apresentação de toadas de Xangô compostas pelo Maestro Ernani Braga e memoradas pelo escritor José Lins do Rego: "O maestro Braga deixou que a sua música se aproximasse o mais possível da espontaneidade dos negros, não procurou corrigir e nem argumentar [...]. Esta sua audição veio mostrar que há grandes recursos para a música brasileira do lado dos negros de xangôs".[2]

[2] *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de novembro de 1934, p. 3.

Ao buscar traduzir, em termos gerais, a concepção ideológica estabelecida na programação do 1º CAB, percebe-se um "cardápio variado" na ambivalência de sua organização. Por um lado, verifica-se uma efetiva preocupação em afirmar a cultura negra como de referência nacional, de modo que houve uma notória valorização de elementos de matriz africana, do ponto de vista gastronômico, musical e religioso. Por outro lado, também constata-se algumas inspirações de cunho eugênico nas visitas estabelecidas ao Hospital de Assistência aos Psicopatas e ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar.

A manifestação de José Lins do Rego, acerca do concerto de música regido pelo Maestro Ernani Braga, conota a perspectiva racialista com que trabalhavam alguns pensadores brasileiros, neste caso específico ao naturalizar características de humor e comportamento no âmbito do povo africano. No entanto, é preciso deixar claro que assim como Gilberto Freyre, José Lins do Rego ao se valer de uma abordagem cultural como um lastro racialista, não se tornava racista, diferentemente de outros intelectuais brasileiros que além de racialistas também eram racistas.

José Lins do Rego constituiu-se num "braço direito" de Gilberto Freyre na divulgação do 1º CAB, inclusive participando ativamente das reuniões, dos debates e das providências do encontro, em especial, na sessão final realizada na tarde do dia 15 de novembro. Nesta reunião, o Presidente Ulysses Pernambuco convidou o Sr. Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense (FNP) para compor a mesa. Na ocasião, o militante do movimento negro sul-rio-grandense fez um discurso agraciado com uma intensa salva de palmas.

Posteriormente, os congressistas debateram algumas propostas, dentre as quais o artista Di Cavalcanti formalizou uma denúncia contra algumas agremiações comunistas, tendo em vista a forte crítica feita por alguns militantes ao conteúdo despolitizado do 1º CAB. Na mesma sessão, Gilberto Freyre leu uma carta com cinco propostas e a referência ideológica do documento elenca uma série de encaminhamentos importantes:

> [...] O 1º CAB manifesta sua solidariedade a essas classes contra toda a forma de opressão; 2- louva a ação da Assistência a Psycopathas em Pernambuco, reconhecendo nas seitas africanas de organização definida cultos religiosos e resguardando-as das perseguições policiaes [...]; 3- O 1º CAB protesta contra a attitude da Commisão de Censura Esthetica do Recife querendo fazer dessa capital uma cidade de cores delicadas [...] 4- o 1º CAB protesta contra toda especie de descriminação contra negros ou mestiços, que ainda se verifique no Brasil; 5- o 1º CAB appellando para a collaboração dos africanistas do paiz, recomenda a fundação no Rio de Janeiro de um instituto Afro-Brasileiro, nos termos da proposta junto do congressista Nobrega da Cunha, [...].[3]

Percebe-se no teor do documento a memória mobilizada pelos congressistas, isto é, de solidariedade com as comunidades afro-brasileiras que historicamente foram oprimidas pela ação do Estado. Além disso, o ofício denunciava o uso da força policial nos locais de culto das religiões de matriz africana e outros espaços em que persistia a forte segregação contra negros e mestiços. Diante destas notificações, foi acatada a ideia de criação de um Instituto Afro-Brasileiro no Rio de Janeiro, de modo que a iniciativa obteve uma aceitação extremamente positiva dos congressistas que aprovaram o projeto em assembleia geral e encaminharam a proposta ao Inspetor Geral de Ensino do Ministério da Educação, Dr. Nobrega da Cunha.

1.2 Instituto Afro-Brasileiro: Um sonho não realizado

Foram designados para organizar o Instituto Afro-Brasileiro os seguintes membros: Adhemar Vidal; Gilberto Freyre; José Lins do Rego; Miguel de Barros e José Valladares. Por conta disso, a comissão elaborou um documento pautado em treze artigos, no qual eram definidas as diretrizes da nova entidade, com destaque para o 1º e o 2º artigos do documento:

> Art. 1 Fica creado, na capital da República, sob forma de sociedade civil e de acordo com as normas prescritas nos dispositivos desta deliberação, o Instituto Afro-Brasileiro, com duração indefinida e número ilimitado de sócios, destinado a organizar, coordenar e

[3] *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de novembro de 1934, p. 3.

> estimular todos os estudos e investigações acerca dos problemas decorrentes da influência exercida pelo elemento africano e seus descendentes na formação ethinica, econômica, social e artística do Brasil, centralizando a documentação existente, promovendo inquérito, realizando conferencias, editando publicações e convocando congressos para mais ampla compreensão do assumpto, sob orientação rigorosamente scientifica.
> Art. 2 O Instituto Afro-Brasileiro extenderá suas investigações a África diretamente enviando ou patrocinando missões colectivas ou individuaes as fontes de origem e indirectamente por meio de intercambio com instituições scientificas e estudiosos africanos.[4]

Observa-se que esta articulação em prol de um instituto que financiasse pesquisas na África foi articulada nos bastidores do encontro e defendida em alguns meios de comunicação. Em artigo publicado no Jornal *Diário de Pernambuco* (JDP), Roquette-Pinto procurou valorizar a organização do 1º CAB, em especial, pelo financiamento de pesquisas no continente africano. Conforme entendia o antropólogo, esses estudos contribuiriam, de forma mais efetiva, para o reconhecimento sobre as origens do negro brasileiro e despertariam a curiosidade de intelectuais de outras nacionalidades, sobretudo, os portugueses. Por fim, Roquette-Pinto sugeriu o nome de três jovens pesquisadores para irem a África e evidentemente que Gilberto Freyre foi um deles.

Não se sabe ao certo as razões políticas que inviabilizaram o projeto, contudo, ao considerar a hipótese de criação do Instituto Afro-Brasileiro com o objetivo de financiar o intercâmbio de pesquisadores brasileiros na África, Gilberto Freyre ao que tudo indica, assumiria uma posição de vanguarda no campo científico-cultural. Assim sendo, o ensaísta pernambucano teria realizado seu "sonho" duas décadas antes de se tornar a principal referência intelectual do colonialismo português mediante a criação "luso-tropical".

Não por acaso, o "presente" negado por Getúlio Vargas na década de 1930, Gilberto Freyre aceitou de um outro ditador em Portugal, duas décadas mais tarde. Confrontado a partir de 1945 com a pressão

[4] Idem.

internacional favorável à autodeterminação dos territórios coloniais, o Estado Novo português tentou delinear uma argumentação capaz de legitimar suas possessões ultramarinas e a partir da década de 1950, se utilizou do ideário luso tropicalista como propaganda governamental. Essa teoria ganhou corpo com base na viagem realizada por Gilberto Freyre a Portugal e a diversos territórios do ultramar português, entre os anos de 1951-1952.

Contudo, as teses freyrianas que celebravam a mestiçagem cultural, não foram de início bem aceitas pelo regime de Antônio de Oliveira Salazar. No contexto das décadas de 1930 e 1940, a perspectiva ideológica assumida pelo ensaísta pernambucano foi objeto de constantes denúncias estabelecidas por meio de correspondências diplomáticas entre Brasil e Portugal. No dia 13 de agosto de 1942, o Cônsul Português, em Pernambuco, Manuel Anselmo, endereçou ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio de Oliveira Salazar, um ofício criticando a postura do escritor pernambucano, por conta de um artigo publicado no JDP no dia 11 de agosto de 1942 com o título: "A propósito da unificação da ortografia". Nesse ofício, Anselmo destaca:

> Excelência:
> Tenho a honra de junto enviar a V. Ex. um recorte do "Diário de Pernambuco" contendo um novo artigo do Sr. Gilberto Freyre, acerca de quem, por telegrama e ofício, tenho informado oportunamente essa Secretaria de Estado [...]. Terá V. Ex., assim, o ensejo de reconhecer quão nosso inimigo é este escritor, aliás inteligente e culto, que pôs o seu valor ao serviço dos ideais comunizantes e pan-americanos. Ainda há dias, noutro artigo chamado "Perfil da colonização luso-africana no Brasil", ele pretendeu explicar que o êxito da nossa colonização no Brasil se deveu ao negro, que para aqui veio escravo, e não ao "português".

Nove meses depois, no dia 30 de abril de 1943, o mesmo diplomata enviou um ofício ao Embaixador no Rio de Janeiro, Sr. Martinho Nobre de Mello, manifestando insatisfação com a postura assumida pela Embaixada de Portugal na Capital Federal brasileira em relação a organização da "I

Quinzena do Livro Português" que deveria ter sido realizada no Recife. Nesse documento, o Embaixador Manuel Anselmo chama Gilberto Freyre de "nocivo" e nomeia o escritor como: "representantes das esquerdas no Brasil e opositores ao Governo de Salazar".

Um ano depois da organização do 1º CAB, Freyre foi preso e interrogado por ter assinado um manifesto contra a nova Lei de Segurança Nacional. No mesmo período, foi denunciado como "agitador" por escrever um manifesto defendendo uma sindicância oficial sobre as péssimas condições de trabalho nas usinas de açúcar na zona rural de Pernambuco (BURKE; PALLARES-BURKE, 2009, p. 175).

Nota-se que a perspectiva audaciosa do jovem Gilberto Freyre era motivo de censura tanto no Brasil como em Portugal e ao invés de reconhecimento, muitas vezes seu posicionamento intelectual e político despertava rancor em seus opositores. Por conta do rompimento com as tradicionais abordagens racistas e pela valorização do negro, do índio e do mestiço no processo de formação nacional, Freyre foi tachado de anticatólico, esquerdista, anarquista, agitador e antilusitano. Dessa forma, há que se analisar uma dimensão extremamente importante e que deve ser considerada como hipótese para a não efetivação do projeto de criação do Instituto Afro-Brasileiro, qual seja, o rótulo de comunista imputado ao organizador do 1º CAB.

1.3 Gilberto Freyre e o 1º Congresso Afro-Brasileiro: a serviço do comunismo?

A dimensão inovadora e integradora do 1º CAB de valorização da presença negra e mestiça na história do Brasil, aliando aspectos acadêmicos à cultura popular, assim como, a participação de intelectuais, estudantes, militantes sociais e moradores dos bairros populares, gerou revolta por parte de setores mais tradicionais da sociedade e da imprensa nacional. Esses acusavam Gilberto Freyre e seu grupo de comunistas e os desdobramentos tiveram eco anos mais tarde. O jornalista carioca Alceu Amoroso Lima também conhecido pelo pseudônimo de Tristão d'Athayde

lançou a seguinte acusação no *Jornal do Rio de Janeiro*, em 23 de fevereiro de 1936, e que foi reproduzida pelo JDP cinco dias depois:

> Foi no Recife que a última revolução de novembro [de 1935] explodiu de modo mais violento, como já sucedera em 30 e 31. Lá é que ANL [Aliança Nacional Libertadora] instalara um dos seus mais fortes PC. E no ano passado aquele famoso Congresso Afro-Brasileiro chefiado pela turma extremo-esquerdista de Gilberto Freyre, Ulysses Pernambuco, Abherdal Jurema, Olívio Montenegro etc., mostrou a preparação ideológica que se fazia para o movimento armado prestes a explodir.

Para além do rótulo de comunista, o escritor também recebeu críticas da imprensa do centro do país, por tentar defender no 1º CAB uma identidade nacional que incorporava a população negra. Em nota publicada sem autoria, no Rio de Janeiro, pelo *Jornal do Meio Dia* e reproduzida pelo JDP, Gilberto Freyre é ironizado por conta de uma viagem realizada em 1939 ao sul do Brasil:

> "O VERDADEIRO BRASIL"
> "ATACADO O SR GILBERTO FREYRE COMO INSPIRADOR DA IDÉA DE QUE O VERDADEIRO BRASIL DESCENDENDE DE NEGROS"
> RIO 3 – O jornal Meio Dia critica o escritor Gilberto Freyre a proposito das ideias de seu recente trabalho sobre a cultura brasileira dizendo tratar-se do inspirador de um congresso onde se tentou provar que o verdadeiro Brasil descende de negros. Diz mais que com essa impressão é que o Sr Gilberto Freyre deve ter visitado recentemente o Sul do Brasil, o qual, segundo o mesmo artigo, não é o Brasil de mel de engenho e congressos afro-brasileiros, sendo seus meios diferentes do Recife, Goyanna e Catolé do Rocha.

O tom dos discursos caracteriza a oposição ao 1º CAB e ilustra, como alguns grupos percebiam, a figura de Gilberto Freyre, isto é, como um agitador social. Em 1937, o governo de Getúlio Vargas fundou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a criação desta

instituição foi fruto de debates e pesquisas envolvendo o então Ministro da Educação Gustavo Capanema e uma equipe que incluía, o poeta Mario de Andrade e o primeiro Presidente da Instituição, o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A iniciativa tinha como projeto abranger uma série de pesquisas sobre a diversidade cultural no Brasil, o SPHAN era representado em São Paulo por Mario de Andrade tendo em Gilberto Freyre o seu correspondente em Pernambuco. Naquele momento pesou sobre Freyre o rótulo de comunista, ao passo que a nomeação para Diretor desse órgão foi vetada pelo interventor pernambucano Agamenon Magalhães. Em carta endereçada ao ministro Capanema, Agamenon se opôs à investida de Gilberto Freyre ao cargo por duas razões principais. Na primeira, afirmou que o intelectual teria participado do movimento comunista organizado no Recife em 1935. Na segunda, o interventor acusou Freyre de ter se recusado a fazer uma palestra anticomunista ordenada pelo Reitor da Universidade de Pernambuco, em uma cerimônia de formatura do curso de Engenharia no Teatro Santa Isabel, em 1937 (CAVALCANTI, 1999, p. 186).

Agamenon Magalhães era católico devoto, cujas políticas eram apoiadas pela igreja do Recife, especialmente pelos marianos e pelos jesuítas. Freyre era ativamente contrário a política de Agamenon, tendo em vista suas inspirações fascistas e racistas que levavam Pernambuco a um Estado policial, "inimigo da gente de cor", hostil ao carnaval e a outras formas de cultura popular. A este perfil de político, assim como aos chamados integralistas, Gilberto Freyre expressou sua oposição (BURKE; PALLARES-BURKE, 2009, p. 176-177).

Portanto, acumulamos até aqui um importante escopo empírico e analítico sobre a antessala do 1º CAB e que de forma geral, não foram explorados pela historiografia. Valendo-se deste registro, nos próximos tópicos discutiremos a pluralidade dos textos publicados nos dois anais do congresso e na imprensa jornalística. Diante disso, partiremos dos prefácios produzidos por Roquette-Pinto e Arthur Ramos aos dois anais do congresso.

Referências

BURKE, P.; PALLARES-BURKE, M. L. *Repensando os trópicos:* um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAVALCANTI, L. Modernistas, arquitetura e patrimônio. *In*: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 179-190.

FREYE, G. A propósito de um babalorixá afro-brasileiro. *O Cruzeiro*, 4 de fevereiro de 1961, p. 17.

FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937.

GUILLEN, I. C M. Xangos e Maracatus: uma relação historicamente construída. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 3, n. 2, p. 59-72, dez. 2005.

HERSKOVITS, M. J. A arte do bronze e do panno em Dahomé. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 227-236.

_____. Procedências dos negros do Novo Mundo. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 195-198.

PERNAMBUCO, U. Alguns dados antropológicos da população do Recife. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2. p. 259-263.

_____. As doenças mentaes entre os negros de Pernambuco. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 93-98.

WILLIAMS, C. *"Coisas do negro" além do pitoresco*: The first Afro-Brazilian Congress of 1934. 2004. Dissertação (Mestrado em Artes e Estudos Ibéricos e Latino Americanos) – University of Califórnia Santa Barbara, 2004.

Capítulo 2

Polêmicas e disputas, o afro como reduto de pesquisa

2.1 Um espaço a ser demarcado: Prefácios em disputa (Roquette-Pinto x Arthur Ramos)

Edgard Roquette-Pinto (1884 -1954) foi médico, antropólogo, professor e diretor do Museu Nacional entre os anos de 1915 e 1936. No início de sua carreira suas pesquisas tiveram como foco a temática indígena, mas a partir da década de 1920, tomou como objeto de estudo a mestiçagem brasileira. Nesse campo, seus trabalhos demonstraram uma intensa preocupação com a saúde e com a educação, uma vez que estariam nesses elementos e não no âmbito racial as razões para se compreender a inferioridade de negros e mestiços no Brasil (SANTOS, 2010).

O prefácio redigido por Roquette-Pinto (1935, p. 1) para o primeiro volume do 1º CAB foi estruturado em três partes. Na primeira parte, o autor mobilizou dois elementos que considerava ser retardatário para as pesquisas relacionadas à incorporação de elementos africanos a cultura nacional brasileira. A primeira seria a incineração da documentação relacionada à escravidão em 1891, estabelecida pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa. A segunda compete a educação puramente classista dos intelectuais formados em Coimbra, desprovida de interesses sociais.

Na segunda parte do prefácio, Roquette-Pinto sob influência da antropologia física procurou definir o perfil étnico-racial da população brasileira e, nessa tentativa de estruturação, acabou por classificar os mestiços em três categorias diferentes (preto, caboclo e mulato), mas sem uma sistematização definida (p. 2). Mais adiante afirmou que suas pesquisas antropológicas, de cunho racial, que incluíam a aplicação de métodos antropométricos, ainda precisavam ser comprovadas por novas pesquisas. Para tanto, acreditava-se que no Brasil já não existiam "negros puros" (p. 3).

Conforme esta reflexão é importante perceber que, se por um lado Roquette-Pinto é reconhecido como um dos mais ferrenhos lutadores contra o determinismo biológico, por outro, isto não significava que ele acreditasse numa "completa igualdade de atributos biológicos", ou seja, o combate ao determinismo racial não necessariamente o fazia abrir mão do conceito de raça (SANTOS, 2010, p. 103).

Num primeiro momento de sua trajetória científica, Roquette-Pinto foi adepto da teoria do branqueamento, de modo que em 1911 participou oficialmente com João Baptista de Lacerda (1846-1915), diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915, do Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. Lacerda defendeu uma tese de que o Brasil levaria três gerações ou um século para tornar-se um país branco.

Boa parte dos dados apresentados por Lacerda foram reunidos por Roquette-Pinto e pouco anos depois, no entanto, Roquette-Pinto transformar-se-ia num eminente crítico de tais ideias, isto é, incorporando um espírito nacionalista que ganhava força pós Primeira Guerra Mundial. A partir de então, sua luta foi em duas frentes: contra a "ideologia do branqueamento", assim como, contra o pensamento racial que criava hierarquias fixas entre grupos humanos, condenando as populações miscigenadas a consequente degeneração.

Destaca-se ainda, que a posição assumida pelo autor ante a hipótese de já não existirem "negros puros no Brasil", ao que tudo indica naquele momento não se tratava de uma posição favorável à política de branqueamento, mas antes, uma "valorização" da mestiçagem. Neste sentido,

o que importa reter do pensamento de Roquette-Pinto é que mesmo com uma produção cheia de paradoxos e classificações ambíguas, o antropólogo foi capaz de mostrar "a falácia da desigualdade racial, a heterogeneidade da população, a normalidade dos mestiços e a impossibilidade de vaticinar a formação de um tipo nacional" (SEYFERTH, 2008, p. 161).

Na terceira e última parte do prefácio, Roquette-Pinto estabeleceu o pioneirismo da sua geração ao elogiar a iniciativa "vitoriosa" adotada por Gilberto Freyre na organização do 1º CAB, ao passo que há quase três décadas não se tinha um pesquisador que tivesse por objetivo estudar o negro do Brasil, "salvo uns dois ou três discípulos dos precursores que foram Nina Rodrigues, Brás do Amaral, Manoel Querino" (ROQUETTE-PINTO, 1935, p. 1).

Conforme entendia o autor: "em matéria anthropologica, no Brasil como em tantos outros paizes, estamos nas preliminares da construcção. Estabelecer os planos, ajuntar recursos e materiaes, systematisar as indagações – é o papel destas gerações que, assim, hão de preparar para outras o que ellas não tiveram: fontes puras onde beber" (p. 3).

Percebe-se que a estratégia utilizada por Roquette-Pinto foi a de reconhecer os trabalhos de Nina Rodrigues e "uns dois ou três discípulos" como precursores no Brasil. Contudo, refutou estes estudos ao afirmar que sua geração não possuía "fontes puras onde beber". Para ele, o protagonismo de Gilberto Freyre e dos outros congressistas garantiriam, baseado nos trabalhos desenvolvidos no 1º CAB, um novo campo empírico para futuras pesquisas sobre o negro no país e estes estudos representariam um recurso pedagógico indispensável para as futuras gerações (p. 4).

Em outra direção, alguns anos mais tarde, foi produzido o prefácio para o segundo volume, em dezembro de 1936, pelo psiquiatra alagoano Arthur Ramos. Diferentemente da perspectiva adotada por Roquette-Pinto, Ramos concentrou sua escrita na valorização de Nina Rodrigues enquanto precursor dos estudos de matriz africana no Brasil.

O texto inicia pela convocação feita por Gilberto Freyre e o seu entendimento a respeito desta solicitação: "Gilberto Freyre exigiu-me para este livro – segundo volume dos trabalhos apresentados ao 1º

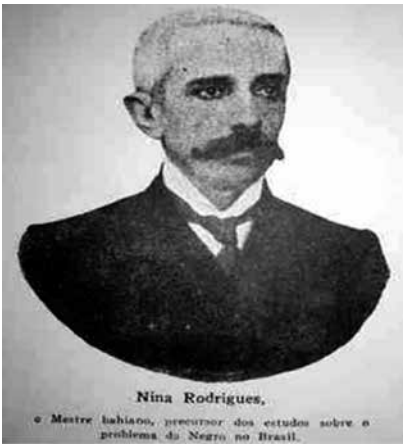
Congresso Afro-brasileiro do Recife – algumas palavras introdutórias, que eu poderia chamar de prefácio dispensável" (RAMOS, 1937, p. 11). Na sequência, salientou que não participou da organização do 1º CAB, mas reconhecia o protagonismo de Gilberto Freyre e a importância dos trabalhos apresentados para futuras pesquisas no Brasil (RAMOS, 1937, p. 11-12).

Terminada a introdução do prefácio caracterizada pelo tom diplomático, Arthur Ramos pontuou uma observação a respeito do texto produzido por Roquette-Pinto, para o prefácio do primeiro volume publicado pela Editora Ariel, em 1935. O psiquiatra chamou a atenção do antropólogo carioca para o trabalho de Nina Rodrigues e a sua retomada nas pesquisas realizadas na Bahia, desde a segunda metade da década de 1920:

> Desejo apenas fazer uma pequena observação ao prefacio do eminente professor Roquette Pinto, no 1º volume dos Estudos Afro-brasileiros, editado por Ariel. É que desde 1926, na Bahia, o nome de Nina Rodrigues, o sábio iniciador dos estudos negro-brasileiros, foi retomado no propósito firme de uma reinterpretarão do problema negro-brasileiro, à sombra da sua escola immensa. Esta prioridade, eu a tenho reinvindicado em outras opportunidades, e é agora tacitamente reconhecida pelo grupo do Recife, com a homenagem a Nina Rodrigues referida por Gilberto Freyre, no seu artigo deste livro, e pelo facto de haver o eminente sociólogo de Casa Grande & Senzala exigido de mim estas palavras de prefacio (RAMOS, 1937, p. 12).

O destaque para 1926 no excerto anterior remonta o ano em que Arthur Ramos foi diplomado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina da Bahia com a tese intitulada: *Primitivo e Loucura*. Além disso, é nesse período que o psiquiatra começou a organizar as fontes etnográficas levantadas por Nina Rodrigues, ao mesmo tempo em que começou a autoproclamar-se discípulo do mestre (CAMPOS, 2004, p. 35).

Figura 1: Raimundo Nina Rodrigues, 1862-1906



Fonte: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Prefácio de Arthur Ramos. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1988, p. 7.

Depois de trabalhar no final da década de 1920 e início de 1930, enquanto médico legista do Instituto Nina Rodrigues na Bahia, em 1933, Arthur Ramos mudou-se para o Rio de Janeiro, ao aceitar o convite do amigo Anísio Teixeira, Secretário de Educação da Prefeitura. Na Capital Federal, Ramos assumiu em 1934, a direção da Biblioteca de Divulgação Científica na Editora Civilização Brasileira, patrocinando publicações na área de Ciências Sociais e entre elas, as obras do mestre Nina Rodrigues.

Arthur Ramos afirmou que a publicação do segundo volume dos trabalhos apresentados no 1º CAB pela Editora que estava sob sua coordenação representava um elo de aproximação entre a escola baiana e a pernambucana:

> A Biblioteca de Divulgação Scientifica, que tenho a honra de dirigir, surgiu com a intenção, entre outras do seu programma, de actualizar os estudos sobre o problema do Negro no Brasil A publicação deste volume, na Bibliotheca, realiza um elo de approximação cordial entre a escola de Nina Rodrigues e o grupo que, no Recife, sob a alta inspiração de Gilberto Freyre, tomou esta iniciativa magnífica que foi o 1º Congresso Afro-brasileiro (RAMOS, 1937, p. 13).

Na parte final do prefácio, Arthur Ramos agradeceu novamente a Gilberto Freyre, mas categoricamente concluiu sublinhando a memória de Nina Rodrigues para os estudos afro-brasileiros:

> Editando este volume que abrange uma parte importante do 1º Congresso Afro-brasileiro do Recife, com collaboração assignada pelos mais conspícuos estudiosos dos problemas afro-brasileiros, a *Bibliotheca Scientifica* agradece a Gilberto Freyre, mais uma opportunidade de render ao Negro Brasileiro, sob a égide de Nina Rodrigues, a reivindicação scientifica e humana que não lhe podia mais tardar (RAMOS, 1937, p. 13-14).

Quando Arthur Ramos escreveu o prefácio para o segundo volume do 1º CAB, em dezembro de 1936, dois anos já haviam se passado desde a efetivação deste primeiro encontro, ao passo que o 2º CAB estava há um mês de sua realização. Este fator fica evidente quando o autor indica:

> Outros Congressos Afro-brasileiros se seguirão. O segundo, a realizar-se na Bahia, com Edison Carneiro a frente, deverá definitivamente consagrar a memória do Mestre bahiano, já homenageada no primeiro. E então, teremos a opportunidade de corrigir as falhas methodologicas do problema do negro, que já havíamos apontado na obra de Nina Rodrigues, e a que os estudos de Gilberto Freyre vieram trazer o concurso dos modernos e sadios methodos da anthropologia cultural (RAMOS, 1937, p. 13).

Percebe-se que a estratégia adotada por Arthur Ramos de reconhecer o papel de Gilberto Freyre, como inspirador de uma nova metodologia calcada na antropologia cultural, perpassava antes, por mobilizar os trabalhos de Nina Rodrigues, ou seja, nesse caso, o grupo de Recife nada apresentava de original, apenas "chovia no molhado" dedicando-se aos problemas já percebidos pela Escola baiana na ressignificação conceitual das pesquisas de Nina Rodrigues. Segundo o psiquiatra, a articulação do 2º CAB, por Edson Carneiro na Bahia, representava um espaço definitivo da coroação de Nina Rodrigues como precursor dos estudos afro-brasileiros

e a legitimação da escola baiana neste campo de pesquisas. Contudo, esta iniciativa mexeu com os brios de Gilberto Freyre e a organização do 2º CAB representou um terreno a mais nas disputas de poder e legitimidade científica estabelecida por estes intelectuais na década de 1930.

2.2 Escola Pernambucana x Escola Baiana: A primazia dos estudos afro-brasileiros

Em agosto de 1937, numa de suas passagens por Portugal, Gilberto Freyre concedeu uma extensa entrevista ao jornalista Paulo Braga do Jornal *Primeiro de Janeiro* (JPJ) da cidade do Porto. Naquela ocasião, Freyre destacou o protagonismo cultural da nova safra de intelectuais vinculados a 2º Geração da Escola do Recife. Ao assumir uma posição de vanguarda e versatilidade nos vários campos de atuação dos escritores e artistas pernambucanos, o autor demarcou terreno acerca da primazia dos estudos afro-brasileiros realizados a partir da organização do 1º CAB, em novembro de 1934, na cidade do Recife (SKOLAUDE, 2019, p. 93-110).

O interessante é que o escritor pernambucano, naquela oportunidade, sequer mencionou a organização do 2º CAB que acabara de acontecer na Bahia, em fevereiro daquele mesmo ano, na cidade de Salvador. Essa indiferença ao congresso baiano pode ser entendida a partir de uma outra entrevista concedida ao Jornal *Diário de Pernambuco* (JDP) na praia de Boa Viagem, em novembro de 1936, quando Freyre teceu duras críticas ao 2º CAB:

> [...] Receio muito que vá ter todos os defeitos das coisas improvisadas. Deveria ser muito maior o prazo para os estudos, para as contribuições dos verdadeiros estudiosos. Os verdadeiros estudiosos trabalham devagar. A não ser que os organizadores do atual congresso só estejam preocupados com o lado mais pitoresco e mais artístico do assunto: as 'rodas' de capoeira e de samba, os toques de 'candomblé', etc. [...]. Discordo, ainda, da orientação do 2º CAB que vae se realizar na Bahia, no tocante as relações com o Governo do Estado [...] Creio que esses Congressos de estudiosos deviam ser, como foi o 1º CAB reunido no Recife, inteiramente independentes dos governos ou de qualquer organização política,

> com interesses partidários ou fins imediatos. [...]. Creio que o facto de o Congresso Afro-Brasileiro do Recife ter encarado o negro e o mestiço do negro, não como um problema de patologia biológica, a exemplo do que fez o próprio Nina Rodrigues – que era um convencido da absoluta inferioridade do negro e do mulato - mas como um problema principalmente de desajustamento social, representa uma conquista notável para os estudos sociais brasileiros e de profunda repercussão política. Mas não me parece que os congressos afro-brasileiros devam resvalar para a apologia política ou demagógica da gente de cor. [...].

Depreende-se na entrevista, que Freyre fundamenta sua crítica ao 2º CAB com base em três questões principais. A primeira, seria a ausência de objetividade científica, tendo em vista a priorização de elementos essencialistas e exóticos. A segunda, seria a falta de autonomia intelectual, uma vez que o 2º CAB teria sido financiado com verba estatal. Como terceiro aspecto e o mais importante, Freyre estabeleceu uma forte crítica aos trabalhos desenvolvidos pelo grande ícone da Escola Baiana, o médico Nina Rodrigues.

Diante disso, Freyre afirmou o 1º CAB como um espaço que teria rompido com perspectivas deterministas que entendiam o negro e o mestiço baseado em critérios patológicos, característica marcante das pesquisas realizadas por Nina Rodrigues. A entrevista concedida por Gilberto Freyre ao JDP foi reproduzida alguns dias depois pelo Jornal Estado da Bahia. Diante do fato, o Jornalista Aydano do Couto Ferraz, considerado o "braço direito" de Édison Carneiro na organização do 2º CAB, veio a público e respondeu ao escritor pernambucano da seguinte forma:

> O notável sábio brasileiro, prof. Gilberto Freyre, deu há semanas atraz, uma entrevista ao DIARIO DE PERNAMBUCO, transcripta no "Estado da Bahia", entrevista que é assim como uma tentação para uma resposta cheia de rispidez. Aliás, eu próprio relutei em escrever algumas linhas de contestação as palavras do grande sociólogo de "Casa Grande & Senzala", em que, francamente, extranhei, o tratamento dispensado a Commissão do Congresso na Bahia e aos rumos bem avisados que ele vae tomando. [...] O prof. Gilberto Freyre refere-se na primeira parte

> da sua entrevista ao receio que tem de 'o Congresso da Bahia ressentir-se dos defeitos das cousas improvisadas'. Mas como será o 2º CAB coisa improvisada, si, desde maio deste anno, a sua Commissão organizadora endereçava convites aos maiores estudiosos da matéria, entre os quaes Melville Herskovitis, E. Frazer, Fernando Ortiz, Arthur Ramos, Roquette-Pinto, Mario de Andrade, o próprio Gilberto e fazia propaganda pela base entre os paes-de-terreiro da Bahia? [...] Quanto ao prof. Gilberto Freyre dizer na aludida entrevista que o Congresso da Bahia, parece terá mais um aspecto pitoresco e artístico que mesmo scientifico é uma afirmação leviana, porque esse lado de festividades nitidamente afro-brasileiras também o teve o Congresso do Recife [...]. Dar-se-á então que o prof. Gilberto Freyre está decidido a não mandar trabalhos ao 2º Congresso? Dar-se-á que os outros estudiosos do Nordeste exceptuados Alfredo Brandão, Adherbal Jurema e Diegues Junior, também não mandarão contribuições scientificas? Então é para acreditar-se que o prof. Gilberto Freyre quer trazer, para o terreno rigorosamente scientifico da africanologia, uma luta de escolas. Então é para acreditar-se que a escola do Recife, que tem como chefe esse grande sociólogo que é Gilberto Freyre, começa a combater a escola da Bahia, chefiada pelo não menor etnógrafo Arthur Ramos. [...] A subvenção do governo, assim a alcancemos, esteja certo o prof. Gilberto Freyre, não tirará o caracter de independencia ao Congresso da Bahia. Até porque nenhum Estado, nesse momento, não só por suas condições para as pesquisas africanistas, como por questões objectivas de politica, se presta tanto para a realização de um Congresso do quilate do Afro-Brasileiro como nosso Estado. [...] Agora, de duas coisas, também faço questão de que o prof. Gilberto Freyre esteja certo, no Congresso da Bahia nós não subestimaremos a colaboração do grupo intelectual do Nordeste, da mesma maneira também porque não subestimaremos a retomada, depois de Nina Rodrigues de taes estudos, pelo prof. Arthur Ramos com suas obras "os horizontes mysticos do negro na Bahia" e "A possessão fetichistas", afora outros ensaios em revistas especializadas [...].

.

Compreende-se, nitidamente, por meio da resposta de Aydano do Couto Ferraz, a perspectiva de escala que fundamentava o debate regional em busca de afirmação nacional, isto é, uma intensa disputa de poder entre as escolas pernambucana e baiana. Do ponto de vista político, nota-se o

"campo minado" em que permeava os estudos afro-brasileiros na década de 1930 e a articulação de congressos científicos representava um espaço fundamental para a legitimação dos intelectuais e artistas ligados a cada uma das respectivas escolas.

Figura 2: Teatro Santa Isabel, Recife, década de 1930



Fonte: Disponível em: http://revista.algomais.com/cultura/pernambuco-antigamente/10-fotos-da-praca-da-republica-antigamente

Este debate acerca da primazia dos estudos e dos congressos afro-brasileiros atravessou o atlântico e teve desdobramentos em Portugal. Assim como Gilberto Freyre concedeu, em 1937, uma entrevista ao Jornal *Primeiro de Janeiro* da cidade do Porto, um ano depois, Arthur Ramos foi entrevistado pelo jornalista Castro Soromenho do Jornal *O Diabo*. Nessa entrevista, o intelectual afirmou a legitimidade científica de Nina Rodrigues e expos seu "mal-estar" com relação aos interesses políticos do 1º CAB:

> [...] – **Quando iniciou os seus trabalhos sobre o negro brasileiro**?
> – Há mais de dez anos na Baía. Arrastado pela minha profissão de médico-legista ao serviço do Instituto Nina Rodrigues, iniciei minhas pesquisas nos candomblés; e de investigação em investigação, arranjei material para os estudos que fiz publicar na imprensa. Mas nesse tempo vivia-se num grande desinteresse pelos trabalhos dessa natureza, e os meus artigos passaram despercebidos... Só mais tarde encontraram eco.

E como notasse que as suas palavras me causaram admiração, acrescentou:

- Não se admire. Se eu lhe disser que um manifesto desinteresse, a que podemos chamar conspiração do silêncio envolveu a obra de Nina Rodrigues, a maior a mais profunda preocupação da vida do Mestre... Mas não desisti. Eu sabia que a gente culta da minha terra havia de acordar perante este problema que é o Negro Brasileiro. E não me enganei. De um dia para outro, os nossos intelectuais despertaram, acudiram ao meu apelo, lançado na Baía. No Recife, um grupo de estudiosos, tendo como inspirador Ulisses Pernambuco, organizou um registro das seitas e dos cultos de origem negra, que foi o primeiro passo para outros trabalhos. Logo a seguir Gilberto Freyre organizou o I Congresso Afro-Brasileiro e dois anos depois, na Baía Edison Carneiro e Aídano do Couto Ferraz o II Congresso. Mas não ficou por aqui o movimento em redor deste magno problema. De outros Estados, acorreram muitos estudiosos e... a conspiração do silêncio cessou por encanto....

- **Todavia, acusaram o I Congresso Afro-Brasileiro...**

- Já sei a que se quer referir:

E Artur Ramos, deixando transparecer uma contrariedade, um desgosto, elucida-me:

- Em parte essa acusação tem razão de ser, segundo o qual deprendi através da leitura de alguns trabalhos, porque não tomei parte nesses congressos. É preciso fugir, em estudos científicos, aquilo que Édison Carneiro chamou a "exploração do Negro", feita por brancos... com fins políticos. Estes manejos tem prejudicado os nossos estudos.

E com firmeza:

- A obra científica está acima de qualquer especulação política. No prefacio do meu livro "As culturas negras no Novo Mundo", determinei com toda a franqueza os obstáculos que estão prejudicando o estudo cientifico do Negro, que resumi na exploração política do Negro, o Negro material pitoresco e o Negro como assunto em moda.

- **Com exploração ou sem exploração, atingidos ou não os objetivos políticos dos que procuraram especular à margem do problema, os estudos afro-brasileiros estão na ordem do dia...**

- Sem duvida. Nem podia deixar de ser. É uma necessidade. O conhecimento do negro brasileiro é da mais alta importância para nós e não só para nós mas para toda a América. Repare no interesse que este movimento está despertando. Que grande campo para os cientistas e para os romancistas!

O que se observa na entrevista de Arthur Ramos e no debate exposto é que prevalece o mesmo argumento de acusação dos intelectuais de uma escola para com a outra, isto é, a perspectiva de análise do negro pelo seu viés meramente "pitoresco". Além disso, não deixa de ser curioso a constante e repetida crítica feita pelo psiquiatra sobre a exploração do negro por pesquisadores brancos e, sobretudo, os fins políticos que teria o 1º CAB.

A questão central a ser analisada aqui, diz respeito a essa acusação de Arthur Ramos ao encontro do Recife, ou seja, não seria esta crítica fruto do receio da escola baiana com a tão almejada projeção internacional que Gilberto Freyre procurava alcançar por meio da criação do Instituto Afro-Brasileiro?

Mais uma vez cumpre assinalar que não se sabe ao certo as razões pelas quais se inviabilizou o sonho freyriano de criação do Instituto Afro-Brasileiro, entretanto, alguns indicativos dessa entrevista podem servir como pista. Conforme Mariza Corrêa, na década de 1930, um número considerável de letrados nascidos ou com formação na Bahia migrou para a capital do país e lá constituíram um grupo que Arthur Ramos batizou de "Escola Nina Rodrigues". A atuação conjunta desses "baianos" nas estruturas estatais e nos espaços acadêmicos multiplicou amplamente o poder e a extensão desses letrados (CORRÊA, 1999, p. 36-37).

Segundo a antropóloga, um dos principais objetivos desses baianos seria "destronar a posição, que começava a ganhar foros de hegemonia, de Gilberto Freyre". Diante deste contexto, Mariza definiu três elementos discursivos que caracterizavam a diferenciação entre baianos e pernambucanos:

> [...] "a primazia nesse campo de estudos, atribuída pelos primeiros ao médico Nina Rodrigues; a evidente ênfase dos baianos na atuação política" e, por fim, "a 'africanização' da Bahia, com tudo o que isso implicava – a começar pela eleição de certos centros de culto como 'puros', por oposição aos cultos 'híbridos'" (CORRÊA, 1999, p. 38).

O poder político destes intelectuais baianos, nas estruturas de estado, pode ser percebido por meio das muitas promoções culturais de

cunho racial articuladas na década de 1930. Em maio de 1938, o governo promoveu uma série de atividades alusivas ao cinquentenário da Abolição e coube a Arthur Ramos ser o organizador destes eventos a pedido do Ministro Gustavo Capanema. Dentre as diversas atividades destacam-se: alguns seminários; lançamento de livros; apresentação de canto orfeônico sob a batuta de Heitor Villa-Lobos e um chá servido por netas da Princesa Isabel no Palácio do Catete a ex escravos mantidos pelo Asilo São Luís. As atividades não se restringiram apenas a Capital Federal; em São Paulo, o Departamento de Cultura da Prefeitura, dirigido por Mario de Andrade, também protagonizou uma série de atividades, assentando-se na exaltação das contribuições folclóricas, raciais e musicais do negro brasileiro (CUNHA, 1999, p. 257-259).

Tratar dessas articulações nos permite visualizar um importante campo de enfrentamento no que diz respeito ao debate racial e a cultura africana no Brasil. A natureza ideológica dos prefácios produzidos, as entrevistas de Gilberto Freyre e Arthur Ramos para periódicos portugueses e brasileiros, assim como a resposta jornalística de Aydano do Couto Ferraz, indicam um espaço de disputas na busca de afirmação sobre a primazia dos estudos afro-brasileiros.

De todo modo, as disputas de poder estabelecidas entre intelectuais das escolas baiana e pernambucana não representava uma rivalidade inconsequente. Muitas vezes, esses letrados lutavam na mesma "trincheira" de valorização da cultura africana e de combate a toda forma de discriminação, conforme demonstra o *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial*. Este documento de 1935 foi assinado por Roquette-Pinto, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, dentre outros intelectuais que rechaçavam o uso da antropologia para disseminação de ideias racistas e com base em conhecimentos pseudocientíficos (BARROS, 2004, p. 12).

A despeito dessas objeções calcadas em embates de poder verificados entre as duas escolas, há que se analisar ainda, outras dimensões das narrativas mobilizadoras do passado, tendo em vista a pluralidade interpretativa dos artigos publicados nos anais do 1º CAB e na imprensa pernambucana. Assim sendo, a seguir apresentamos uma análise dos

discursos mobilizados pelos médicos e psiquiatras na afirmação da identidade afro-brasileira e mestiça.

2.3 Médicos e psiquiatras: Controvérsias interpretativas sobre a presença negra e mestiça na formação do Brasil

Uma quantidade significativa de trabalhos discutiu a questão do negro e do mestiço no 1º CAB por meio de números, tabelas, índices e com critérios relacionados às categorias de pureza, origem, raça, sangue, educação, longevidade, nascimento, criminalidade e uma série de outros componentes. Em sua maioria, estes pesquisadores eram médicos-psiquiátricas e estavam alocados nas Faculdades de Medicina e nos Institutos de Saúde Pública e Mental do Estado, sobretudo, na Capital Federal.

Dentre esses, destaca-se o trabalho do Professor Henrique Roxo com o artigo: "Ensaio ethno-psychiatrico sobre negros e mestiços". Na ocasião, o psiquiatra teve como representantes no congresso, os pesquisadores Cunha-Lopes e J. Candido de A. Reis seus colaboradores nos estudos desenvolvidos na Clínica Psiquiátrica da Universidade do Rio de Janeiro. Roxo iniciou o texto discutindo a formação histórica da população brasileira e direcionou o foco de seu estudo para a parcela mestiça. Contextualizou o perfil heterogêneo da população de origem africana, isto é, oriundos de várias partes do continente africano (ROXO, 1935, p. 17).

Contudo, o médico afirmou que mesmo em se tratando de sujeitos oriundos de diferentes regiões da África, o processo de assimilação no Brasil determinou uma relativa homogeneidade desses grupos. Nessa reflexão, Roxo condenou o processo escravagista e valorizou o material humano de origem africana. Para tornar seu argumento plausível, o autor chamou a atenção para aspectos relacionados à intelectualidade e à afetividade dos afro-brasileiros: "acentuamos que a raça negra existente no Brasil é bem homogênea e intellectualmente desenvolvida, com apreciáveis dotes affectivos" (ROXO, 1935, p. 18).

O psiquiatra, posteriormente, destacou a miscigenação e o branqueamento como fatores positivos presentes na população brasileira que tenderia a certa estabilidade, uma vez que a rápida assimilação e,

principalmente, os "fatores arianizantes" penetraram, fartamente, na população negra. Posto isso, Roxo ao se utilizar de concepções deterministas e racializadas chamou a atenção para o fato de que são raros os negros originários da África ou que ainda conservavam linhagem pura (ROXO, 1935, p. 18). Na sequência, o autor partilhou de uma visão que procurava entender as doenças psíquicas da população brasileira utilizando-se de três categorias de cor, isto é: branco; mulato e negro (p. 19).

Do ponto de vista ideológico, as ideias eugênicas foram efetivamente incorporadas pelos pressupostos do pensamento psiquiátrico brasileiro, no transcurso das décadas de 1920 e 1930, uma vez que os psiquiatras defenderam a eugenia como uma ferramenta científica importante para combater as degenerações oriundas das "perturbações mentais". A incorporação do pensamento eugênico pela classe psiquiátrica acarretou na percepção de que os problemas nacionais não eram de caráter fixo, ou seja, a solução estaria tão somente no empenho de combater as doenças mentais e de intervir no futuro da reprodução humana, fatores fundamentais para a formatação de uma nação saudável, ordeira e progressista (SOUZA, 2006, p. 50).

Os psiquiatras fascinados pelas medidas científicas, que a eugenia oferecia ao campo da psiquiatria, passaram a divulgar com grande interesse as ideias eugênicas e suas possibilidades regeneradoras, inserindo-as efetivamente em seus discursos e projetos institucionais. No final da década de 1920, a psiquiatria incorporou de forma mais sistemática os saberes advindos da perspectiva biológica denominada de mendelianismo (STEPAN, 2005).

Tal perspectiva científica fica evidente no encaminhamento dado por Henrique Roxo nas conclusões de seu artigo:

> Os mulatos são o primordial elemento fautor da mestiçagem, hoje largamente disseminada por todo o paiz, principalmente nos antigos centros de escravatura, que também o foram de importação de africanos. Negros e mulatos têm a maioria das vezes apenas exteriores caracteristicos differenciaes; são ambos genotypicamente mesclados. Tanto o negro como o mulato, chamamos homens de cor, pertencem a gente de origem negra. Mendelizando-se progressivamente, o phenotypo de cor engendra espécimes claros

> ou escuros, conforme o modo de herança das suas característica pigmentares (ROXO, 1935, p. 19).

Nesse tópico evidencia-se a filiação teórica do psiquiatra na tentativa de aproximar negros e mulatos na condição de raças iguais. Para Roxo, do ponto de vista genotípico, ambos são mesclados e de origem negra, ao passo que por intermédio do mendelianismo se poderia perceber a herança genética conforme o fenótipo mais claro ou escuro. De forma geral, a reflexão proposta por Henrique Roxo no 1º CAB serve como um importante exemplo que a influência eugênica teve nos pressupostos científicos do pensamento médico brasileiro.

Outro psiquiatra a apresentar sua pesquisa foi Ulysses Pernambuco, primo de Gilberto Freyre e um dos organizadores do 1º CAB. No congresso, o médico divulgou um trabalho intitulado: "As doenças mentais entre os negros de Pernambuco". Por meio de muitos dados estatísticos, o autor defendeu que os negros pernambucanos eram menos suscetíveis que os brancos às psicoses constitucionais, embora apresentassem índices superiores de frequência de psicoses tóxicas. Além disso, Ulysses Pernambuco teria especial interesse nos levantamentos estatísticos das condições de saúde geral e mental da população, chegando a propor a criação de um órgão nacional que centralizasse os dados disponíveis e que promovesse estudos regulares sobre epidemiologia psiquiátrica em todos os Estados da Federação.

Segundo seu ponto de vista, somente com o apoio de tais informações e com o uso de um mesmo critério para o diagnóstico das entidades, seria possível estabelecer prioridades e uma política racional de prevenção e de organização de recursos assistenciais (PERNAMBUCO, 1935, p. 95). Ulysses Pernambuco não propõe de forma definitiva os resultados obtidos em sua pesquisa, contudo, estabeleceu algumas reflexões interessantes e que em certa medida, deslocava os problemas psíquicos de uma lógica racializada para uma concepção mais socioeconômica (p. 97-98).

Outros autores partilharam dessa preocupação com indicadores físicos e questionaram a relevância final da raça. O texto do psiquiatra Juliano Moreira, principal referência intelectual de Ulysses Pernambuco e de muitos outros

psiquiatras brasileiros, usou de suas evidências para argumentar que o ambiente e não a raça configurava o fator mais importante no desenvolvimento mental. Moreira faleceu em 1933, mas sua pesquisa foi apresentada no 1º CAB pela viúva do psiquiatra com o título – "Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil". Este artigo é uma síntese do trabalho realizado por Moreira nas primeiras décadas do Século XX.

O autor introduz seu texto por afirmar que na cultura criminal do brasileiro permeava o perfil degenerado do colonizador lusitano e a cultura incivilizada da população escravizada na África. Diante dessa reflexão estrutural, um dos principais desdobramentos sociais da problemática formação histórica encontrava-se no alcoolismo (MOREIRA, 1937, p. 147).

A forma como Moreira compreendia a formação histórica brasileira, constituía-se na principal estratégia argumentativa de desresponsabilização do negro e do mestiço acerca dos problemas sociais do país. Nesse sentido, o psiquiatra não negou o critério racial, mas buscou uma saída alternativa ao distinguir a ideia de povo da concepção de raça. Do ponto de vista científico, Moreira encontrou uma "válvula de escape" para posicionar seu argumento a respeito da singularidade brasileira e na conclusão do artigo, afirmou não existir diferenças entre pessoas de origens diversas, ou seja, em sua opinião salvo nos casos de defeitos físicos, a questão estava muito mais relacionada ao meio do que propriamente a raça (MOREIRA, 1937, p. 150).

Sobre esse ponto, deve-se ressaltar a recusa de Juliano Moreira em assumir uma posição determinista de degeneração racial. Segundo ele, em alguns casos os grupos de sangue nobre (raças nórdicas) em regiões interioranas acabavam se desenvolvendo menos do que os grupos étnicos inferiores que residiam nos grandes centros. Portanto, o meio tornava-se o elemento central na conclusão assumida pelo autor, perspectiva que contornava a ideia negativa atribuída às questões raciais e consequentemente a mestiçagem brasileira.

Na mesma direção dos últimos trabalhos, destacam-se dois textos do médico Antônio Austregésilo, ambos publicados em volumes diferentes do 1º CAB. O primeiro com o título: "Longevidade" que faz parte de um estudo desenvolvido pelo Psiquiatra no Hospital de Psicopatas do Rio de

Janeiro. No encontro, o texto foi lido por J. Robalinho Cavalcanti que procurou definir com base em tabelas e dados estatísticos, uma hipótese que permeava no "senso-comum", isto é, que o negro teria maior longevidade em relação ao branco, tese confirmada como verídica pelo autor na introdução do texto (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 99).

Baseado em nomenclaturas raciais propostas pelo antropólogo Roquette-Pinto, ou seja, de brancos, negros e pardos, o autor legitimou a formulação do antropólogo quanto a menor longevidade do "pardo" em relação à população "branca", uma vez que suas pesquisas indicavam esta afirmação. No entanto, referindo-se à população negra, Austregésilo contrariou Roquette-Pinto sob a alegação de que "unicamente os negros ultrapassavam os 100 anos" de vida (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 101).

Para tal assertiva, o psiquiatra lançou uma hipótese: "Será que a maior longevidade do negro decorra de sua melhor adaptação ao meio tropical?". Por conta dessa problematização, o autor considerava que esta questão ainda estava em aberto, contudo achava razoável admitir essa possibilidade. Dessa forma, assumiu uma posição neolamarkista na sua justificativa baseando-se nas origens climáticas e geográficas da população oriunda da África, para assim ter uma melhor adaptação aos trópicos e, consequentemente, uma longevidade maior em relação as outras 'raças' (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 101).

Além disso, em contraponto à tese de Roquette-Pinto que considerava negros e pardos em condições sociais de igualdade, Austregésilo apoiando-se em Gilberto Freyre considerava

> que não tinham os 'pardos' o mesmo valor econômico que os pretos durante longa parte da formação do Brasil; não só durante o império. Os negros quasi sempre escravos, representavam um capital, pelo qual era necessário zelar. Dahi serem melhores alimentados e merecerem cuidados hygienicos que faltavam aos pardos (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 102).

A curiosa mobilização da história feita por Austregésilo acerca da maior longevidade do negro, refletia a perspectiva racializada do autor em relação ao perfil da população brasileira, uma vez que entendia o negro

brasileiro como originário do sistema escravista e, consequentemente, bem alimentado, por representar um capital patrimonial importante dos seus Senhores, ao passo que a população parda por ser "livre" e não ter os mesmos cuidados de alimentação e higiene acabava sofrendo os desdobramentos físicos desse descaso histórico.

Se neste ensaio, Austregésilo assumiu uma posição contraditória embasada em dados quantitativos, no segundo texto, o autor posicionou o debate de forma argumentativa e empírica. O artigo publicado no segundo volume do 1º CAB foi: "A mestiçagem no Brasil como fator eugênico". Já no primeiro parágrafo do texto, o psiquiatra evidenciou o objetivo de sua proposta e destacou a particularidade miscigenada da formação brasileira, com base em elementos aparentemente dicotômicos: "O enunciado da these parece paradoxal, pois todo mundo crê que a mistura ethnica constitue elemento disgênico. O Brasil representa fenômeno à parte na história dos povos americanos" (AUSTREGÉSILO, 1937, p. 325).

Diante desta breve introdução, o autor estabeleceu uma importante relação de alteridade ao destacar a necessidade de problematização sobre a política eugênica implementada na Alemanha. Segundo ele:

> O calor com que a Allemanha defende o arianismo da sua população precisa de discussões. [...] A eugenica alleman, decretada pelo governo hitleriano visa a pureza e a unificação da raça tudesca. Foram eliminados os judeus, os casamentos e as descendências com estrangeiros e a esterilização dos incapazes neuro-psichicos, que determinam descendência mórbida, isto é, do genotypo. [...]. O arianismo alemão atingiu um pouco a esfera do misticismo (AUSTREGÉSILO, 1937, p. 325).

Ao tomar a política eugenista que corria de "vento em popa" na Alemanha como objeto de sua inquietação, Austregésilo traçou um paralelo com os pressupostos teóricos estrangeiros que interpretavam a mestiçagem brasileira (AUSTREGÉSILO, 1937, p. 326). Assim sendo, deslocou o debate para o campo intelectual, estabelecendo duas correntes distintas de pensamento e se colocou em prol de uma delas: "Entre brasileiros há autores que profligam a mestiçagem e são adeptos do arianismo, como

Oliveira Vianna e Jorge de Lima. Euclides da Cunha em Os Sertões duvidou que algum dia constituíssemos uma raça definitiva. Contra taes visões mostram-se Manuel Bomfim, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre, e quem escreve este ensaio" (p. 326).

Ao estabelecer sua filiação ideológica aos pressupostos teóricos que eram defendidos por Manuel Bomfim, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, Austregésilo reiterou enfaticamente a singularidade brasileira frente a outros povos, de modo a definir a mestiçagem latina como um recurso de defesa para o povo brasileiro (p. 327).

Austregésilo não poupou argumentos na defesa do perfil identitário nacional, de modo a deslocar sua argumentação do ponto de vista da degeneração racial para aspectos relacionados à falta de educação, cultura, alimentação e saúde. Na utilização destes argumentos, o autor radicalizou sua defesa em prol da mestiçagem (p. 328).

Na medida em que o autor foi elaborando sua defesa, percebeu a necessidade de contra argumentar o posicionamento de intelectuais brasileiros que viam no mestiço um elemento central para o fracasso nacional. Diante disso, retomou sua discussão com Euclydes da Cunha e, sobretudo, com Oliveira Vianna a quem chega a citar um fragmento do quarto capítulo da obra: *Populações Meridionais do Brasil*.

A citação refletia a interpretação de Vianna em relação à ascensão social do mestiço, que dependia, fundamentalmente, da perda completa de suas características originais, ao passo que deveria arianizar-se por completo. Em resposta, Austregésilo argumenta:

> Não tenho como o ilustre sociólogo, o mesmo feticismo pelo arianismo; a vitória é da mescla [...] A capacidade intellectual e a existência de gênios no Brasil, mais do que em qualquer paiz ibero-americano, provam que não é o arianismo e sim a *mestiçagem fixada* que dá origem a capacidade intellecutal e criadora do brasileiro [...]. Temos bons elementos ethnicos e creio que a grandeza do Brasil advem da mestiçagem. A pureza de raças é visão unilateral de velhos preconceitos. O nossos princípios provêm de elementos ethnicos fortes, do bom portuguez [...]. Temos ainda dois elementos raciais excelentes para o nosso caso particular de habitantes da zona tropical – o índio e o africano (AUSTREGÉSILO, 1937, p. 330-331).

Nota-se na narrativa histórica, proposta por Austregésilo, uma condição positiva da mestiçagem brasileira proveniente da mistura de três grupos raciais fortes. Na sequência, o autor contextualizou o debate eugênico e se posicionou em torno dos princípios neolamarckistas, em contraposição aos pressupostos mendelianos (AUSTREGÉSILO, 1937, p. 331).

O posicionamento assumido por Austregésilo reflete o pensamento da classe médica e da intelectualidade brasileira que, de forma geral, na década de 1920, sofreu forte influência da teoria neolamarckista baseada na transmissão dos caracteres adquiridos. Além disso, a perspectiva incorporada pelo médico também caracterizou os aspectos divergentes em torno dos fundamentos científicos da eugenia, ou seja, houve um intenso debate entre os intelectuais neolamarckistas e mendelianos, sobretudo, durante e depois da realização do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929.

Todavia, cabe salientar que a despeito dessas diferenças, a adesão a um ou outro modelo de explicação genética no Brasil não significou a incorporação de uma eugenia menos ou mais radical. Entre os defensores de medidas mais extremadas, encontravam-se tanto eugenistas mendelianos quanto neolamarckistas (SOUZA, 2012, p. 19).

O próprio antropólogo Roquette-Pinto citado por Austregésilo para fazer suas considerações finais em prol da mestiçagem brasileira, combinou simultaneamente em suas pesquisas elementos do mendelianismo e do neolamarckismo. A primeira, considerada por uma vertente negativa da eugenia, por postular medidas coercitivas como a esterilização de pessoas indesejadas e a segunda, considerada uma vertente positiva ao prever o aperfeiçoamento da "raça" mediante a melhoria das condições do meio, com atenção especial à saúde e à educação (SANTOS, 2010, p. 104).

Em outro ensaio, J. Robalino Cavalcanti apresentou uma pesquisa de sua autoria com o título: "O recém-nascido branco, negro e mulato". Cavalcanti contextualizou um estudo, no qual teriam sido observadas 1000 fichas de recém-nascidos de diferentes grupos étnicos da maternidade do Hospital do Recife. A pesquisa teria sido desenvolvida com sujeitos indigentes, de modo a não estabelecer qualquer tipo de disparidade econômica entre os respectivos grupos pesquisados. Nesse sentido, indicou o autor não haver

nenhum tipo de diferença entre o peso e a altura dos grupos de bebês que nasciam de mães indigentes. O interesse da observação estava na possibilidade de afirmação de que a mestiçagem possibilitava o nascimento de crianças fisicamente tão aptas quanto às crianças tidas como "puras". Por conta disso, concluiu Cavalcanti que as diferenças observadas posteriormente na vida desses sujeitos ocorreriam por conta das condições de higiene, alimentação, doenças e fatores raciais hereditários que só se evidenciavam em épocas mais tardias da vida (CAVALCANTI, 1935, p. 188).

Alinhando-se com essa visão, insere-se a pesquisa: "O problema da tuberculose no preto e no branco e relações de resistência racial" de Álvaro de Faria. Neste ensaio, o autor estabeleceu uma posição cética aos debates científicos da época, produzidos no exterior com implicações no Brasil. Neste caso, o autor questionou o impacto do condicionante racial a patologia do tuberculoso, uma vez que era comum considerar que negros e mulatos seriam mais propensos ao desenvolvimento de doenças, com especial destaque para a tuberculose. Faria ao refutar, veementemente, os dados estatísticos, considerava não haver comprovação científica alguma da propalada "fragilidade racial" dos negros em relação à tuberculose. Com isso, encaminhou suas análises destacando que a maior incidência de doenças entre negros e mestiços devia-se à recente incorporação dos negros à "civilização" e ao cotidiano do ambiente citadino, ligado às melhores condições de trabalho, moradia, higiene e alimentação (FARIA, 1935, p. 215).

A questão alimentar também esteve presente nos ensaios do 1º CAB e sobre essa perspectiva destaca-se a pesquisa: "Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil". Neste texto, Ruy Coutinho aproximou suas reflexões ao posicionamento defendido por Gilberto Freyre em relação à boa qualidade da alimentação cativa e aprofundou suas análises ao considerar que mesmo sendo melhor alimentada frente a outros segmentos na sociedade escravagista, a população negra apresentava provas incontestáveis de deficiência alimentar, fator que seria determinante para a produção de diversas doenças. Assim sendo, o autor fez duras críticas à concepção científica predominante nos países nórdicos da Europa, por considerarem a população brasileira, racialmente, inferior. Para ele, os

principais fatores de degeneração no Brasil estariam vinculados as péssimas condições de higiene, alimentação e educação.

A educação também foi outro campo debatido no 1º CAB e nesse sentido destacam-se os textos do médico José Bastos de Ávila que publicou dois artigos: "Contribuição ao estudo do Índice de Lapicque (Nota previa)", no 1º volume de 1935; assim como: "O Negro em nosso meio escolar", no 2º volume de 1937. Ávila instrumentalizou seus dados em uma quantidade considerável de tabelas e dados antropométricos referenciados pelo: "*índice de Lapicque*" proposto, originalmente, pelo antropólogo francês Louis Lapicque.

Os dados dos estudos foram sistematizados em escolas do Rio de Janeiro, especialmente em crianças com ascendência africana categorizadas pelo tipo de cabelo e cor da pele, com idade entre 6 e 15 anos. Por meio de suas pesquisas, o médico tinha por objetivo investigar a dinâmica da mestiçagem no Brasil e considerou que: "o *índice de Lapicque, ao lado de outras características raciais, comprova a ascendência africana, ainda em indivíduos aparentemente de raça branca*". Assim, concluiu o médico que a miscigenação se fazia presente na população brasileira sem a ocorrência de degeneração (ÁVILA, 1935, p. 35).

Acumulamos até aqui uma pluralidade de pesquisas apresentadas por Henrique Roxo, Ulysses Pernambuco, Juliano Moreira, J. Robalino Cavalcanti, Álvaro de Faria, Ruy Coutinho, José Bastos de Ávila e Antônio Austregésilo que indicaram uma heterogeneidade científica, tendo em vista a instrumentalização de inúmeros métodos científicos. Dentro desse quadro complexo de disputas interpretativas, cumpre assinalar que boa parte desse debate já havia sido proposto no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929 no Rio de Janeiro.

Por conta disso, o 1º CAB constituiu-se num catalisador importante dos debates realizados na década de 1920 e ao mesmo tempo, representou um núcleo singular destas demandas, uma vez que o encontro de Recife congregou intelectuais de diferentes áreas e segmentos. O encontro representou um espaço mobilizador dos debates raciais e nacionais, de modo que é no seio dessas disputas que seriam configurados os rumos políticos do país. Dessa fragmentação ideológica surgiram concepções

distintas que em muito fomentaram não somente o movimento eugênico, mas o próprio pensamento social brasileiro.

Para tanto, e a despeito de suas diferenças, a mobilização histórica articulada por esses intelectuais teve como característica geral o confronto de duas correntes de pensamento distintas. Uma parte significativa de pensadores influenciados pelo culturalismo e o neolamarkismo enfatizava que o problema que assolava o homem brasileiro não deveria ser atribuído à degradação racial ou a miscigenação, uma vez que a diversidade civilizaria o país. Por outro lado, havia um grupo mais radical que sob a influência do mendelianismo manifestava sua admiração à "eugenia negativa" propagada nos Estados Unidos e na Alemanha. Como exemplo desta última corrente de pensamento, destaca-se a pesquisa que foi reconhecida mundialmente pelo seu caráter inovador e pelos modernos métodos científicos utilizados. Esse foi o caso do estudo de Leonídio Ribeiro, publicado no segundo volume do 1º CAB e que discutiremos no tópico a seguir.

Referências

AUSTREGÉSILO, A. A mestiçagem no Brasil como fator eugênico. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 327-335.

_____. Longevidade. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1. p. 99-104.

ÁVILA, B. O negro em nosso meio escolar. In: FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 336-349.

ÁVILA, J. B. Contribuição ao estudo do Índice de Lapicque (Nota previa). *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros*: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1937. v. 1, p. 29-38.

BARROS, L. O. *Introdução.* Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 30).

CAVALCANTI, J. R. O recém-nascido branco, negro, mulato. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 187-190.

CORRÊA, M. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final do anos 1930. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, p. 35-58, 1999.

COUTINHO, R. Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 199-214.

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. *In*: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 257-288.

FARIA, Á. O problema da tuberculose no preto e no branco e relações de resistência racial. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 215-226.

MOREIRA, J. Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 148-152.

PERNAMBUCO, U. As doenças mentaes entre os negros de Pernambuco. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 93-98.

RAMOS, A. Prefacio. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 11-14.

ROQUETTE-PINTO, E. Prefácio. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 01-05.

ROXO, H. Ensaio ethno-psychiatrico sobre negros e mestiços. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 17-20.

SANTOS, R. V. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). *In*: MAIO, M. C. (org.). *Raça como questão:* história, ciência e identidade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

SEYFERTH, G. *Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In*: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. (org.). *Antropologia brasiliana*: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SKOLAUDE, M. S. Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura e as disputas identitárias: caminhos cruzados em Mendes Correia e Gilberto Freyre. In: OLIVEIRA, R. S.; NASCIMENTO, M. V. O. (org.). História, cultura e política no mundo lusófono. São Paulo: Liber Ars, 2019. p. 93-110.

SOUZA, V. S. *A política biológica como projeto:* a "Eugenia Negativa" e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados: UFGD, v. 6, n. 11, p. 01-23, jan./jun. 2012.

STEPAN, N. L. *A HORA DA EUGENIA*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

VIANNA, F. O. *Populações meridionais do Brasil.* Populações rurais do Centro-Sul. Paulistas-Fluminenses- Mineiros. 7. ed. 1. v. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: EdUFF, 1987. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 107).

Capítulo 3

Ideias em circulação: motivações, pesquisas e debate

3.1 Leonídio Ribeiro e a biotypologia do negro criminoso

Leonídio Ribeiro não participou da realização do 1º CAB, mas teve seu texto publicado no segundo volume dos anais. Quando da realização do congresso brasileiro, Leonídio encontrava-se em viagem pela Europa para receber um prêmio internacional de melhor pesquisa de 1933. A capa do Jornal *Diário de Pernambuco* (JDP) assim noticiou a viagem do médico:

> Deverá tomar passagem amanhã, no "Graf Zeppelin", com destino à Europa, o professor Leonídio Ribeiro, que vai à Itália receber o "Prêmio Lombroso" de 1933, que lhe foi conferido em concurso internacional, entre especialistas de vários países. O prof. Leonídio Ribeiro realizará a convite, uma serie de conferencias na Sociedade de Medicina Legal de Paris, de que é o único sócio brasileiro. Realizará também uma conferência na "Escola de Polícia de Roma". O parecer do juiz do concurso internacional que atribuiu o "Prêmio Lombroso" ao "Instituto de Identificação" do Rio de Janeiro do qual é diretor o professor Leonidio Ribeiro, é muito honroso.

O texto publicado nos anais do 1º CAB foi assinado por mais dois assistentes de Leonídio, Waldemar Berardinelli e Isaac Brown, ambos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A pesquisa intitulada:

"Estudo Biotypologico de Negros e Mulatos Delinquentes" foi a mesma reconhecida internacionalmente pelo impacto científico que obteve na época. Em concurso internacional que premiava as melhores pesquisas de 1933, Leonídio Ribeiro foi a Turim em 1934 e recebeu das mãos de Gina Lombroso o prêmio destinado àqueles trabalhos que se destacaram na divulgação das ideias de seu pai, Cesare Lombroso (CUNHA, 1999, p. 277).

O texto apresentado ao 1º CAB foi estruturado em duas partes. Na primeira intitulada: "Estudo Bitypológico de negros e mulatos normaes", os autores mobilizaram a formação histórica do Brasil e procuram traçar um perfil étnico-racial da população por meio de tabelas e dados estatísticos, tendo como aporte teórico os autores Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Nesse caso, é interessante perceber que Leonídio Ribeiro, que fazia parte da Escola Baiana, acabava por citar a obra de Nina Rodrigues aproximando-o de Oliveira Vianna, tendo em vista uma perspectiva mais conservadora. Esse posicionamento, como vimos, diferia da mobilização articulada por Arthur Ramos que reivindicava a obra do médico baiano por uma lógica progressista de valorização do negro[1].

Na segunda parte do texto, os médicos apresentaram a pesquisa premiada em Turim, que tratava um estudo de caso com listas, tabelas e gráficos vinculados ao Instituto de Identificação do Rio de Janeiro com o título: "Estudo Biotypologico de 33 criminosos pretos e mulatos". Na introdução do texto, os autores chamaram a atenção para o perfil étnico da população brasileira, assim como, as três áreas de conhecimento e os intelectuais que se dedicavam a pensar estes grupos nacionais, isto é, os antropólogos, os sociólogos e os biotypologistas. Este último seria o campo científico pelo qual os três médicos afirmavam sua filiação (RIBEIRO, 1937, p. 151).

Segundo Cunha (1999, p. 278), a forma como foram citados os sociólogos e antropólogos representava um meio de afirmar a "falência" destas áreas de conhecimento e consequentemente de seus intelectuais. Nesse sentido, esta negação também consistia num mecanismo de

[1] A aproximação, por si só, de Nina Rodrigues a Oliveira Vianna se encarrega de configurar a linhagem a qual o autor seguiria. O texto de Populações Meridionais do Brasil, publicado em 1920 ainda formava opinião e nunca demais reiterear certas passagens insofismáveis do autor: "O plebeismo de suas origens não afeta a inteireza do caráter superior. São, na sua quase totalidade, arianos puros, vindos do minho e das duas beiras, onde a irrigação celta, romana e goda supera o afluxo mourisco e donde saem os mais típicos representantes da raça lusa" (VIANNA, 1987, p. 98).

reinvindicação de uma "antropologia aplicada" ao laboratório, que representava a biotipologia. Não por acaso, o tom da crítica radicaliza-se ao estabelecer um comparativo entre o Brasil e a perspectiva científica instrumentalizada pelo estado nazista na Alemanha:

> Enquanto a Allemanha moderna procura estandardizar o seu povo, e vae buscar nos confins da Floresta Negra os puros teutões – quanta ilusão em tudo isso! – e com typos de eleição procura constituir um povo homogêneo, de características próprias, capaz de realisar o ideal de progresso e de supremacia dos seus actues dirigentes, o Brasil assiste impassível no seu formidável laboratório de caldeamento humano, a mistura desordenada de tantas raças e ethnicas diferentes, sem, ao menos, se esforçar por bem conhecer os elementos que entram e os que resultam de tudo isso. O brasileiro de amanhã será o que Deus quiser, sem que uma orientação da sabedoria humana tenha concorrido para melhorar as condições do habitante destas plagas no futuro (RIBEIRO, 1937, p. 151-152).

Nota-se que o caldeamento étnico brasileiro foi abordado por um viés negativo, ao mesmo tempo em que frente à omissão estabelecida, o futuro da nação brasileira seria catastrófico. Em que pese o tom "levemente irônico", os autores percebiam na política nazista uma referência a ser seguida na busca de um ideal de supremacia racial e do progresso nacional brasileiro. Tal perspectiva era assumida como uma narrativa que buscava na Alemanha a relação de alteridade necessária para caracterizar a negligência científica brasileira. Percebe-se que neste caso, a referência nazista para pensar o Brasil também foi instrumentalizada pelo psiquiatra Antônio Autregésilo, contudo, as conclusões foram completamente opostas.

Na segunda parte do trabalho, os autores apresentaram a pesquisa premiada na Itália, cujo objeto de investigação era a análise de 33 negros e mestiços com a justificativa de se tratar de um material raro na Europa, assim como, pelo perfil de delinquência dos estudados, isto é, homicidas, alcoolistas e vadios. Destaca-se a descrição feita na introdução do tópico e as categorias de análise alicerçadas nos pressupostos conceituais do antropólogo Roquette-Pinto:

> Baseamos o nosso estudo dos delinquentes nos critérios da escola biotypologica italiana, escolhendo para seu início os

> indivíduos melanodermos (negros) e faidodermos (mulatos), por ser um material raro na Europa e por isso constituindo objeto de investigação mais interessante. A classificação biotypologica é bem rigorosa, pois foi feita com as tabelas de gráos construídas por um de nós (Isaac Brow, no Gabinete Byotypologico do serviço do Prof Rocha Vaz, sob a direção de W. Berardinelli). Essas tabelas são múltiplas e distinguem brancos, negros e mulatos do Norte, do Centro e do Sul (RIBEIRO, 1937, p. 162).

Na parte final do trabalho, foram anexadas cinco tabelas com dados relacionados às diversas medições antropométricas estabelecidas conforme a perspectiva delinquente. Nesse sentido, destaca-se a tabela de número quatro e o título que caracteriza o parâmetro científico adotado pelos médicos para problematizarem o perfil racial brasileiro: "Os typos *médios b*rasileiros comparados com a estátua grega de Appolo" (RIBEIRO, 1937, p. 169). Para além da referência grega utilizada nos critérios de pureza formatado pelos cientistas, as considerações finais também merecem ser sublinhadas:

> Os nossos observadores eram delinquentes de homicídio, roubo, actos sexuaes, sendo a maior parte de mixtos. Por isso, e pelo numero pequeno de observações, não nos é possível tirar conclusões sobre relações entre os biotypos e a espécie de delicto. Algumas conclusões geraes, porém, é licito avançar, tal a clareza e evidencia com que ellas se apresentam. Nos nossos 33 deliquentes há uma acentuada predominacia das formas longitypicas, assim como dos membros superiores. São quase todos hyperplatirrhineos e brachyphaciaes. Quanto ao craneo, existem em proporção sensivelmente igual todas as variedades, predominando ligeiramente a sub-brachycephalia (RIBEIRO, 1937, p. 164-165).

Por um lado, verifica-se certa resistência dos autores em afirmar o perfil racial do delinquente e o padrão de crime cometido, por causa da amostragem pequena da pesquisa. Por outro, é extremamente perceptível conforme a descrição estabelecida, que os autores embasaram seus aportes teóricos nos pressupostos da escola criminológica italiana do século XIX, ao passo que no discurso observa-se algo que Lombroso salientara como sinal de criminalidade étnica, ou seja, a "notável excedência dos membros

superiores". Para a escola de criminologia italiana, "o desenvolvimento exagerado dos membros da face, os zigomas alterados das mandíbulas e as medidas excessivas, quase simiescas dos membros superiores eram sinais recorrentes encontrados entre os delinquentes" (CUNHA, 1999, p. 277-278).

Olívia Maria Gomes da Cunha afirma que sob a tutela estatal, embora de maneira não oficializada, a forma pela qual as fontes desta pesquisa foram sistematizadas constituiu-se por meio da relação pessoal estabelecida entre Leonídio Ribeiro e alguns Delegados de Polícia da Capital Federal que alimentaram o banco de dados de "um curioso material humano". O rico acervo documental do trabalho reconhecido internacionalmente foi constituído pelos 33 negros e mestiços e, além desses, somaram-se mais 195 indivíduos com traços degenerativos, e uma parcela significativa de dados foi extraída de sangue coletado de índios guaranis (CUNHA, 1999, p. 277).

Tomando-se por base os estudos de Leonídio Ribeiro, verifica-se um arcabouço teórico bastante amplo que teve como referência uma pluralidade de autores, com destaque para as obras de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Roquette-Pinto. Nesse caso, nota-se que dos três intelectuais mais citados, apenas Roquette-Pinto possuía uma perspectiva científica mais próxima dos pressupostos defendidos por Gilberto Freyre. Aliás, um dado interessante é que tanto Roquette-Pinto como Nina Rodrigues, acabavam por serem mobilizados por diferentes vertentes, num contexto em que dependendo do objeto ou área, por vezes convergiam e por outros divergiam.

Nesse espaço complexo transitavam esses pesquisadores com seus números, gráficos, tabelas, índices e com critérios relacionados às categorias de doença, pureza, origem, raça, sangue, educação, alimentação, longevidade, nascimento, criminalidade e tantos outros. A pluralidade de ideias em curso demonstra que a formação destes médicos-psiquiatras se constituía de um amplo campo teórico de filiação heterogênea, fragmentada e que de forma alguma pode-se atribuir qualquer tipo de hegemonia freyriana na definição ideológica do 1º CAB.

As pesquisas relacionadas ao espaço médico e psiquiátrico foram as mais presentes nos anais do 1º CAB. Contudo, outros estudos fora

deste campo de análise também tiveram um grande apelo. Este foi o caso do antropólogo norte-americano Melville Herskovits que, em 20 de setembro de 1934, recebeu um telegrama assinado pelo Secretário do 1º CAB José Valladares para participar do encontro organizado por Gilberto Freyre. O convite estabelecia que o evento tinha por objetivo estudar os problemas das relações raciais no Brasil e traçar a influência africana para o desenvolvimento cultural do povo brasileiro. O congresso iria examinar os campos da etnografia, folclore, arte, sociologia, psicologia social e incluía exposições artísticas (ROMO, 2007, p. 37).

3.2 Um ilustre convidado: Melville Herskovits

As pesquisas relacionadas ao escravismo africano e as suas implicações culturais e sociais na América tiveram nas décadas de 1920 e 1930 a imprescindível referência de Melville J. Herskovits que tal como Gilberto Freyre, nos anos 20, foi aluno de Franz Boas na Universidade de Columbia. Nos anos 30, o antropólogo norte-americano correspondeu-se com o sociólogo pernambucano, exatamente no momento em que ambos desenvolviam seus estudos de carácter inédito sobre a presença negra na América (GRAÇA, 2000, p. 48).

Para o 1º CAB, o antropólogo norte-americano enviou dois trabalhos e ambos foram publicados no 1º volume de 1935. O primeiro: "A arte do bronze e do panno em Dahomé", Herskovits apresenta uma reflexão acerca da arte no bronze e do pano em Dahomé, contextualizando questões econômicas, geográficas, sociais e culturais desse país. O segundo tratava-se de um resumo de quatro páginas com o título: "Procedencia dos negros do Novo Mundo", no qual Herskovits utiliza métodos históricos e etnológicos para estabelecer a procedência dos negros africanos para a América. Com base em alguns autores e pesquisas que discutiram a origem litorânea ou central desses escravos, o antropólogo norte-americano definiu que se importavam escravos de diversas regiões africanas, mas para ele, a grande massa seria oriunda de uma parte relativamente pequena do continente negro. Procurando definir a origem africana, em diferentes

regiões americanas, Herskovits cita os estudos de Nina Rodrigues para referenciar a cultura iorubana no Brasil e do antropólogo Fernando Ortiz em Cuba. Também comparou os processos ocorridos em ambos os países de convergência cultural dos deuses africanos em santos católicos (HERSKOVITS, 1935, p. 195-197).

As pesquisas apresentadas por Herskovits constituíam-se por um viés inovador, ao assumirem concepções teóricas próximas ao culturalismo no estudo das relações raciais entre a África e a América. Porém, muitos dos trabalhos apresentados no 1º CAB foram estruturados pela perspectiva diletante, a maior parte reforçava uma visão essencialista e racializada dos africanos e dos afro-brasileiros, conforme demonstra a discussão analisada no próximo capítulo.

3.3 Escravidão, Quilombo dos Palmares, Sexualidade e Abolicionismo

Organizado em cinco partes, o texto "Os negros na história de Alagoas" de Alfredo Brandão apresentou uma quantidade bem maior de páginas do que a média dos artigos produzidos para o 1º CAB. O autor iniciou por contextualizar a presença negra na região de Alagoas, desde o princípio de seu povoamento com o primeiro donatário de terras e a inserção da população escrava na estruturação econômica dos engenhos de cana de açúcar. Ao citar Koster, um inglês que residiu por alguns anos no Recife, no início do século XIX, o médico estereotipou os perfis "raciais" de escravos oriundos de diferentes regiões do continente africano (BRANDÃO, 1935, p. 56).

Na sequência, Brandão caracterizou a formação heterogênea dos africanos escravizados no Brasil e elogiou o trabalho de alguns historiadores como Nina Rodrigues. Na segunda parte do texto, exaltou com grande louvor o quilombo de Palmares, estruturado no século XVII no interior de Alagoas, como "o mais alto feito de heroísmo da raça africana, em nossa terra", organizado "contra a prepotência e a tyrania do branco". Assim sendo, definiu a resistência escrava como o "primeiro grito de independência do Brasil". Valendo-se desses registros, estabeleceu uma

forte crítica ao posicionamento adotado por alguns historiadores que escreveram acerca do quilombo de Palmares: "Sob o ambiente escravocrata, ante o modo como era encarada a raça negra, ante os preconceitos dos brancos, não é de admirar que os historiadores vissem apenas no quilombo uma reunião de bandidos de transgressões que deveriam ser destruídos a ferro e fogo" (BRANDÃO, 1935, p. 60-61).

Baseando-se em uma vasta documentação empírica, Brandão problematizou uma série de questões relacionadas ao quilombo de Palmares, desde a localização geográfica até a morte de Zumbi, definido como o grande líder da resistência escrava. Na terceira parte do texto, o médico alagoano traçou alguns aspectos do cotidiano da escravidão no engenho e estabeleceu uma forte crítica aos castigos físicos, ao chamar atenção para as novenas, isto é, "castigos que se repetiam nove noites", onde "os negros escravos, amarrados de bruços em pesados bancos eram açoitados a chicote de couro cru até o sangue correr". Depois relativizou as condições higiênicas das senzalas estabelecendo um contraponto ao poeta Castro Alves: "as senzalas não eram, em regra geral, esses antros de immundices como o descreve ou como dellas fala o 'poeta dos escravos' e outros autores. Alguns senhores de engenho, ricos, caprichavam em terem vistosas senzalas, sendo mesmo algumas caiadas e de portas pintadas" (BRANDÃO, 1935, p. 79).

Ao abordar aspectos da alimentação, Alfredo Brandão contrariou o organizador do 1º CAB ao afirmar a deficiente alimentação do escravo em Alagoas, fator que implicava diretamente nas precárias condições de saúde destes sujeitos, diferindo assim da ideia legitimada por Freyre em *Casa Grande & Senzala*:

> Gilberto Freyre, fala na alimentação farta do negro escravo no Brasil, alimentação onde dominavam o milho, o toucinho e o feijão. Gilberto Freyre acrescenta que o escravo negro parece ter sido o elemento melhor nutrido em nossa sociedade. No que diz respeito aos negros de Alagoas achamos que a alimentação foi sempre deficiente. A carne verde de vacca e o toucinho eram gêneros que appareciam somente, como se costuma dizer, nas quatro festas do anno. O ordinário era a farinha de mandioca, o milho, o feijão e,

> dosimetricamente, o bacalhau e o xarque. Dessa deficiência alimentar resultava então, como ainda hoje resulta para os trabalhadores de engenho e das mattas (BRANDÃO, 1935, p. 81).

Apoiado no posicionamento de Alfredo Brandão em relação a alimentação do escravo em Alagoas, percebe-se o quanto que a posição de Gilberto Freyre no 1º CAB não era hegemônica. Para tanto, dos aspectos discutidos por Alfredo Brandão o que mais se destacou pelo viés racista foi a sexualidade, ou seja, "existiria na raça negra uma tendência para a poligamia e para a prostituição". Para Brandão, o amor como era concebido em civilizações "delicadas" não foi conhecido na África que, por tal desconhecimento sua prática no continente negro se aproximava de um instinto animal: "muitas vezes elle é reduzido a sua mais simples expressão, a satisfação sensual de uma necessidade idêntica ao cio do animaes", uma vez que "para o homem o ciúme é apenas a expressão do direito de proprietário sobre a cousa possuída, mas esse proprietário empresta ou aluga de boa vontade as suas mulheres". Na sequência do texto, o autor reconhece a diversidade étnica africana estabelecendo a necessidade de "distinguir os bárbaros dos selvagens". Aqui afirmou que grupos como "os bantús, os quaes e os sudanezes, desde mesmo as idades mais remotas, já tinham estado em contato com algumas nações adiantadas" e diante disso seria "justo pensar-se que alguns rastilhos de civilização já tivessem penetrado nas trevas da sua barbaria" (BRANDÃO, 1935, p. 81).

Ao tomar a sexualidade como um dos elementos relacionados à inferioridade racial do negro africano, Brandão articulou suas reflexões por um viés racista, sobretudo quando ressaltou as características hereditárias do afro-brasileiro:

> Esses traços sobre a psycologia sexual do negro, sobre a tendência para a prostituição, despudor e diminuição das faculdades affectivas, esses traços que escriptores diversos generalisando, consideram caracteres ethnicos, não poderiam com effeito escapar aos africanos no Brasil, porque então seria fugirem as leis de hereditariedade e atavismo. Não poderiam escapar se os seus ancestraes fossem os representantes de raças puramente primitivas,

> o que, na verdade, não se dá. E por isso, em regra geral, não se nota a depravação dos costumes e a licenciosidade em o negro alagoano. Poderão argumentar que os impulsos sexuaes e a tendência para os desregramentos eram apenas recalcados pelo temor. Realmente, como já vimos ver, o senhor de engenho ao adquirir o africano, tratava em primeiro lugar de batiza-lo e depois de casa-lo. Educado nos preceitos da doutrina christã, o colono alagoano procurava por todos os meios possíveis evitar em seus domínios tudo o que pudesse ir de encontro a moral e assim trabalhava para evitar a prostituição entre os escravos. Negro com tendência para o deboche era severamente punido. Mas não eram somente o temor e o medo que obrigavam os escravos a serem honestos. Havia nelles também o seu que de natural, sua índole contrária a desregramentos sexuaes (BRANDÃO, 1935, p. 82).

Diante de tal narrativa, observa-se que mesmo tentando negar uma "descendência primitiva" do negro alagoano, o posicionamento adotado pelo autor legitimava a ideia do comportamento sexual desviante e a tendência para a prostituição dos africanos, ou seja, tais características configurava um quadro de herança genética incorporada a uma hereditariedade dos africanos no Brasil. Essas características só seriam cerceadas, via de regra, por conta da ação disciplinar e da domesticação dos corpos, por meio da religiosidade e do casamento, assim como pelo temor dos castigos impostos pelos senhores de engenho.

Em suas considerações finais, Brandão avaliou o movimento abolicionista de Alagoas e encerrou com um discurso político que legitimava a ideia do pós-abolição como um momento fundamental de aproximação entre senhores e escravos, bem como de desaparecimento de todas as formas de preconceito racial (BRANDÃO, 1935, p. 91).

Diante desta ampla abordagem articulada por Alfredo Brandão para refletir sobre a história do negro no Estado de Alagoas, a seguir analisar-se-á dois artigos que discutiram a questão do negro e do mestiço fundamentado em uma perspectiva voltada para o materialismo histórico, ou seja, os aportes teóricos instrumentalizados por Jovelino M. de Camargo Jr. e Edson Carneiro mobilizaram a história da escravidão e do sistema capitalista pelo viés da luta de classes.

Referências

BRANDÃO, A. Os negros na história de Alagoas. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 55-92.

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. *In*: PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GRAÇA, P. B. Gilberto Freyre na correspondência de Melville J. Herskovits: o Luso-Tropicalismo frente ao Afro-Americanismo. *In*: MOREIRA, A.; VENÂNCIO, J. C. *Luso-Tropicalismo*: uma teoria social em questão. Lisboa: Veja, 2000. p. 48-61. (Colecção: Outras Obras).

HERSKOVITS, M. J. A arte do bronze e do panno em Dahomé. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 227-236.

_____. Procedências dos negros do Novo Mundo. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 195-198.

RIBEIRO, L. *Anthropologia criminal:* conferências e communicações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Prêmio Lombroso de 1933.

RIBEIRO, L.; BERARDINELLI, W.; BROWN, I. Estudo biotypologico de negros e mulatos brasileiros normaes e delinquentes *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 153-172.

ROMO, A. A. Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934. *Journal of Latin American Studies*, v. 39, Issue 01, Feb. 2007.

VIANNA, F. O. *Populações meridionais do Brasil*. Populações rurais do Centro-Sul. Paulistas-Fluminenses- Mineiros. 7. ed. 1. v. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: EdUFF, 1987. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 107).

Capítulo 4

Contextos e disputas na ruidosa década de 1930

4.1 O Materialismo Histórico e o negro brasileiro: Entre a escravidão e a proletarização

Jovelino M. Camargo, no texto: "Abolição e as suas causas", iniciou problematizando o papel da história enquanto ciência. Para o autor, a história seria a mais atraente das ciências, por conta do seu dinamismo e intensidade. Para tanto, considerava que a história só poderia ser definida como ciência depois das formulações do filósofo Karl Marx. Dentro desse quadro, estabeleceu uma forte crítica as escolas oficiais por assumirem um posicionamento histórico meramente cronológico e biográfico, ou seja, na sua visão, a burguesia teria criado uma história estática que buscava uma objetividade muito próxima das ciências exatas por lógicas matemáticas. Por conta disso, considerou o autor que "o materialismo-histórico transformou esse estudo formal em phenomeno-logico, isto é, submettido as leis naturaes, em perpetuo movimento dialectico" (CAMARGO, 1935, p. 153).

Ao assumir uma posição materialista-histórica, Jovelino estabeleceu um olhar crítico sobre as relações sociais no Brasil, definindo o país enquanto uma nação "sem independência econômica, atrelada ao carro dos imperialismos, semi-colonial, conservando em suas relações de produção

métodos, disciplinas feudais e escravagistas" (CAMARGO, 1935, p. 153). Dentro dessa perspectiva mais crítica, reafirmou que "a história do Brasil ainda não foi escrita e que os tratados e os compêndios que por ahi pullulam não passam de grosseiras deturpações literárias sem o menor valor scientifico". Por conta disso, estabeleceu que a abolição da escravatura foi um dos mais interessantes e talvez, o mais mistificado de todos os temas abordados na história brasileira (CAMARGO, 1935, p. 155).

Na sequência comparou o Imperador Dom Pedro II ao presidente Getúlio Vargas: "*é digno de um parallelo com o Sr. Getulio Vargas. Dão-nos os dois a impressão de dubieza, de apathia e de molleza. Nos dois uma poderosíssima capacidade para não assumir responsabilidades. Um com o outro, mestre em 'cosinhar na água fria*'". Por conta disso, define o autor: "a semelhança é que ambos reflectem condições de épocas idênticas, de apodrecimento de classes dominantes e parasitarias. A aristocracia indígena, tipicamente feudal e escravagista e em dissolução, gerou Pedro II, e a burguezia de hoje, semi-feudal e em putrefacção, germinou Getulio Vargas" (CAMARGO, 1935, p. 155).

Posteriormente, Jovelino M. de Camargo Jr. estabeleceu uma justificativa às grandes lacunas ou possíveis deficiências para seu trabalho, tendo em vista a falta de organização nos arquivos públicos do país. O autor salientou ainda, a falta de pesquisas envolvendo o negro e a escravidão: "aqui no Brasil não se deu ainda ao negro em particular e a escravidão em geral, a atenção que merecem pelo papel que desempenharam na historia do desenvolvimento de nossa civilização. O negro só tem sido caluniado e a ele se empresta a causa de todos os males e deficiências nacionais". Diante destas afirmações, citou o posicionamento de escritores como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues:

> Os teóricos como o Sr. Oliveria Vianna e outros lamentam a nossa mestiçagem. Nina Rodrigues chegou a afirmar que "A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços a nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a criou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros thuriferarios, há de se constituir um dos fatores da nossa inferioridade como povo" (CAMARGO, 1935, p. 156).

Verifica-se que Camargo se utiliza da mesma mobilização intelectual feita anteriormente por Leonídio Ribeiro, ou seja, ambos aproximaram Oliveira Vianna de Nina Rodrigues. No entanto, Camargo divergia da posição assumida por ambos os pesquisadores, que compreendiam o negro e a mestiçagem como um fator de inferioridade do povo brasileiro. Nesse sentido, buscou em Gilberto Freyre uma referência para questionar o médico baiano: "esse conceito de Nina Rodrigues é errôneo. Como notou Gilberto Freyre, apoiado nas obras de Semple, Boas, Bilden e outros, ao sangue negro e bugre, a nossa mestiçagem, devemos a nossa condição de povo civilizado – de única civilização erguida nos trópicos" (CAMARGO, 1935, p. 156).

Defendendo a miscigenação como fator de civilização para o Brasil, Camargo Jr. contrariou o posicionamento eugênico de Oliveira Vianna e destacou os problemas do bairro paulista de Santo Amaro que recebeu um grande contingente de imigrantes germânicos no século XIX: "Não fora a capacidade de cruzamento do português, seriamos hoje uns farrapos humanos como os arianos puros localizados em Santo Amaro, Estado de São Paulo, os quais recomendo ao Sr. Oliveira Vianna e a todos os teóricos da 'superioridade racial'"(CAMARGO, 1935, p. 157).

Na sequência, ao tomar a escravidão como elemento estrutural para o desenvolvimento do país, Camargo qualificou o trabalho escravo como aspecto fundamental para a economia brasileira, ao passo que minimizou a importância dos imigrantes europeus:

> Nunca será demais relembrar que toda a economia brasileira está erguida sobre o suor do trabalho escravo. Foi o escravo que plantou as primeiras fazendas de café de São Paulo, que fez as minerações das eras coloniaes, que ergueu os engenhos e os canaviais do Nordeste. O imigrante que aqui aportou no fim do século passado encontrou os alicerces da economia nacional já construídos. Repetimos essa verdade histórica sem o menor propósito nacionalista ou patrioteiro (CAMARGO, 1935, p. 157).

A partir da segunda metade do texto, o autor procurou traçar algumas diretrizes interpretativas para as causas que determinaram a abolição da escravidão. Nesta discussão, retomou as críticas à história

oficial e ao Imperador Dom Pedro II, a quem denominou de "escravagista encarniçado". Diante disso, destacou a aceitação generalizada que obteve o movimento abolicionista e o protagonismo escravo na luta pela liberdade. A mobilização da história articulada por Camargo buscava na resistência escrava uma referência crítica a história oficial, tendo entre um de seus aspectos principais a exaltação ao quilombo de palmares (CAMARGO, 1935, p. 164-165).

Nessa mesma direção, insere-se outro texto de viés marxista de Edison Carneiro. Ao apresentar o texto: "Situação do negro no Brasil", Carneiro, diferentemente de Camargo, não considerava o mestiço enquanto categoria social, ou seja, as análises estabelecidas pelo jornalista baiano deram-se pela polarização e binarismo: brancos e negros; opressores e oprimidos; burguesia e proletariado.

Esse trabalho é reconhecido como um dos primeiros ensaios do jovem Edison Carneiro, na época com 22 anos, em que é possível notar um esforço de análise marxista tendo o negro como objeto de exploração na luta de classes. Em linhas gerais, o ensaio de Carneiro pretendia esboçar um panorama amplo da história do Brasil, com o intuito de mobilizar historicamente desde a escravatura até aquele momento, a situação de continuidade entre o sistema escravista e a condição de exploração a que eram submetidos os negros proletários no sistema capitalista (ROSSI, 2011, p. 171-172).

Assim sendo, Edison Carneiro comparou a situação degradante do negro brasileiro durante a escravidão e, sobretudo, no pós-abolição. Para ele, a experiência da abolição da escravidão não representou em nada uma mudança na conjuntura social dos emancipados, apenas uma nova reconfiguração na forma de exploração do trabalho (CARNEIRO, 1935, p. 237).

Do ponto de vista das implicações sociais do sistema escravocrata, Carneiro considerava que o capitalismo marginalizou ainda mais o afro-brasileiro, uma vez que condicionou o negro a falta de educação, ao alcoolismo, a malandragem e a criminalidade, inclusive sendo humilhado pelos proletários brancos (CARNEIRO, 1935, p. 238). Edison Carneiro centrou suas reflexões acerca do afro-brasileiro tendo como referencial

interpretativo o materialismo-histórico, contudo, em uma única passagem, Carneiro aproximou a discussão da luta de classes com questões de fundo biológico e racial.

O jornalista baiano buscou justificar, teoricamente, suas críticas aos paradigmas racistas, baseado nas ideias do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan e encontrou no evolucionismo deste autor, um ponto de referência para as discussões sobre as relações raciais e a presença da cultura africana no Brasil (CARNEIRO, 1935, p. 239-240).

Dentro de uma abordagem que aproximava o evolucionismo de Morgan e o materialismo de Marx, Carneiro constituiu sua crítica à teoria da inferioridade biológica associada à raça, compreendendo-a fundamentalmente como um artifício ideológico de natureza de classe, criado e utilizado para fins de dominação econômica. Nesse sentido, afirmou a igualdade das raças e considerou que para além da marginalização social, o problema do negro no Brasil também estaria relacionado ao fato deste grupo não ter absorvido a cultura branca superior.

Na sequência, Carneiro destacou que a culpa não estava somente na população branca ou negra, mas na sociedade burguesa como um todo. No entanto, classificou que a sociedade burguesa estava representada quase que na sua totalidade por pessoas brancas, de modo a considerar uma provável luta entre as raças (CARNEIRO, 1935, p. 240). Por fim, Carneiro lançou mão de uma posição política que acreditava ser um importante passo para a população negra, ou seja, a filiação em massa no Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que o protagonismo emancipatório e o papel político que esta entidade de classe representava, seria a única forma de reconhecimento e emancipação social para o proletariado negro.

O comunismo e a leitura materialista-histórica de Édison Carneiro sobre a situação do negro no Brasil foi invocada especialmente com base no evolucionismo de Lewis Henry Morgan (1818-1881). Tal perspectiva conota formas particulares de como o autor se apropriou deste campo teórico, no sentido de justificar sua atuação intelectual e política. Certamente não se tratava de reivindicar um lugar de pertencimento de Carneiro à "escola Nina Rodrigues" liderada notadamente por Arthur Ramos, mas mostrar como o

marxismo de Carneiro resultou em leituras e ênfases sobre a obra de Nina Rodrigues, justamente para tentar construir uma posição própria em face desta "escola" e do campo de estudos que ela representava (ROSSI, 2011, p. 147).

Em outra passagem, Carneiro chegou a reconhecer a possibilidade de criação de um estado independente para os afro-brasileiros:

> Os negros começam a tomar papel activo na conquista desse objetivo. Sabe-se que o negro tem fornecido um grande contingente para as fileiras do Partido Communista do Brasil. Com effeito, esta tarefa, na realidade tão simples, não cabe nos quadros da sociedade burguesa, actualmente dominante no Brasil. Somente a sociedade comunista, que reconhece as raças oprimidas até mesmo o direito de se organizarem em estado independente, conseguirá realizal-a, abolindo a propriedade privada e acabando, de uma vez por todas, com a exploração do homem pelo homem. (CARNEIRO, 1935, p. 240-241).

Valendo-se deste registro, verifica-se efetivamente que a reflexão de Édison Carneiro partia da vinculação do militante comunista com o intelectual interessado nos dilemas da população afro-brasileira. Do ponto de vista ideológico, tratava-se de outra perspectiva teórica, ao passo que se aproximava e ao mesmo tempo se contrapunha aos campos científicos definidos pelos expoentes Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

Se por um lado, os trabalhos de Jovelino Camargo Jr. e Édison Carneiro se constituíram nas únicas interpretações do 1º CAB que tiveram o materialismo histórico como referência analítica ao denunciarem a escravidão e a marginalização do negro, por outro, as reflexões articuladas pelos autores percorreram caminhos completamente opostos. Camargo utilizou-se do marxismo enquanto modelo interpretativo para criticar a política e a produção historiográfica brasileira e foi um dos poucos autores que legitimou a produção de Gilberto Freyre na defesa e na valorização da mestiçagem como fator de civilização nacional. Carneiro, por sua vez, não considerou o mestiço enquanto categoria social, suas análises deram-se pela polarização entre brancos e negros. Do ponto de vista teórico, Carneiro vinculou a discussão da luta de classes com questões de fundo

deterministas e chegou a reconhecer a possibilidade de criação de um estado independente para o negro brasileiro.

Portanto, estes autores, ao tomarem o materialismo histórico como categoria analítica de seus trabalhos, representaram um segmento importante no 1º CAB trazendo a luz de seus estudos raciais uma produção que buscou incorporar o marxismo enquanto um campo científico, em um contexto marcado pela pluralidade interpretativa das análises políticas, econômicas e socioculturais dos afro-brasileiros. Tratadas dessa maneira, há que se analisar, ainda, outras dimensões teóricas difundidas no 1º CAB e, neste caso, busca-se no próximo capítulo discutir algumas questões levantadas acerca das dimensões folclóricas da cultura afro-brasileira.

4.2 Dimensões folclóricas da cultura afro-brasileira: Religiosidade, literatura, música e pintura

O texto inicial do primeiro volume: "O negro no folk-lore e na literatura do Brasil" do diplomata Renato Mendonça destacou diversos elementos da cultura africana que tiveram influência preponderante na sociedade brasileira, tais como as crenças religiosas, a culinária, a música, a poesia, a literatura, o romance, os contos populares, dentre outros. No campo religioso, Mendonça considerou o papel do sincretismo como forma de representação dos cultos de matriz africana e que foram amalgamados à influência católica (MENDONÇA, 1935, p. 2).

Na sequência, o embaixador alagoano sob influência de uma perspectiva evolucionista, lamentou as deturpações pelas quais passavam as crenças religiosas oriundas da África no Brasil, uma vez que sendo elas alvo de charlatões esses cultos perdiam sua "pureza primitiva" (p. 2). O autor ao aproximar a perspectiva religiosa da música e da culinária demonstrou uma visão essencialista ao destacar que a junção desses elementos caracterizaria o universo "de povos com cultura rudimentar". Em contrapartida, Renato Mendonça afirmou que o aspecto onde a cultura africana mais penetrou na alma brasileira seria nos contos populares, com destaque para os trabalhos de Sylvio Romero, Nina Rodrigues, Silva Campos, Lindolfo Gomes e

Arthur Ramos. Contudo, no âmbito da literatura, o negro não ocupou uma posição brilhante tal qual o indígena que chegou a desenvolver uma escola literária (p. 13).

Ao analisar a influência africana na musicalidade, Mendonça traçou um comparativo entre os ritmos sul-americanos e os norte-americanos, de modo que identificou nas influências africanas, sobretudo, nos instrumentos de percussão, elementos culturais que teriam sidos incorporados aos ritmos tradicionais da América do Sul como: "o maxixe, o tango e o samba". No entanto, é importante perceber que Mendonça demonstrava preconceito com os "exageros norte-americanos do charleston, no shimmy, e dos jazz band".

Nessa perspectiva, o pensamento de Mendonça se aproximava das ideias de Gilberto Freyre, uma vez que o sociólogo pernambucano em seus artigos publicados no Jornal *Diario de Pernambuco (JDP)* nutria preconceito com o *jazz* norte-americano. Em um texto jornalístico da década de 1920 reproduzido pelo antropólogo Hermano Vianna, Freyre demonstrava sua insatisfação ao ironizar uma experiência realizada no zoológico de *New York* onde se tocou jazz para os animais: "os macacos não se limitaram, à maneira das cegonhas, à filosófica indiferença ou apatia; neles o jazz excitou fúrias homicidas, iconocláticas e creio até, mas não estou certo, suicidas" (FREYRE *apud* VIANNA, 2002, p. 85).

Outros dois textos destacando a influência da música africana na cultura brasileira foram publicados no 1º CAB, o primeiro no *JDP* pelo intelectual Manuel Diegues Junior com o título: "Música Afro-Brasileira". Na introdução do artigo, Diegues problematizou o debate sobre a formação racial e os desdobramentos no campo sociológico. Nele, o autor criticou alguns pensadores que nutriam uma crença de inferioridade racial do brasileiro, ao mesmo tempo em que negligenciavam a influência do negro na dança e nos cantos. Diante disso, Diegues reverenciou a cultura negra na música ao destacar as importantes influências dos ritmos de origem africana na cultura nacional:

> E se viu na música brasileira que sua parte mais interessante era a que vinha do negro. Talvez mesmo porque mais adaptada a terra, ao sabor do clima e de causas ethnicas. Os lundus tão gostosos,

> de um gosto morno de lascívia, encheram os sertões das casas grandes de engenho e os salões aristocráticos da fidalguia lusa. Os sambas, sambas que matavam as ideias de pudor, fizeram a alegria de muitos pares de homens e mulheres enlaçados no requebro do seu rythmo. O côco, o côco alagoano, cheio de formas e despertando sensualidade, foi por muitos anos o Jesus do nosso povo. Das classes miúdas e da gente elegante. Da ralé aos finos. Dos simples e modestos.[1]

A influência africana na música nacional é mobilizada por Diegues com base na perspectiva neolamarckista, ao tomar como justificava adaptação a terra e ao clima. Para tanto, há que se analisar ainda, outras tendências adotadas pelo autor para descrever a incorporação dos ritmos africanos a cultura aristocrática, ou seja, para o intelectual, o lundu, o samba e o coco dotados de ginga e sexualidade, para além de ritmos musicais, tiveram um papel singular ao serem incorporados nas diferentes estruturas hierárquicas da sociedade brasileira. Diante disso, o autor retomou a crítica aos sociólogos racistas:

> A nossa sociologia escutava as licções de Laponge e de Gobineau, esquecendo a verdadeira realidade da terra. Sem estudar o negro o seu papel preponderante na formação brasileira, os sociólogos só citavam Gobineau. [...]. Por isto mesmo a grande significação do 1º Congresso Afro-Brasileiro de que os aryanos não acreditam em êxito. Partindo de um movimento de idéas, foi a concretização de quanto vale o negro na formação brasileira. Tanto mais que é o prosseguimento do livro admirável de Gilberto Freyre na reabilitação do negro.

Partindo de uma dura crítica aos padrões hegemônicos da racialização sociológica do povo brasileiro, Diegues viu no 1º CAB um espaço de debates fundamental para o rompimento deste posicionamento racista e, ao mesmo tempo, de valorização do negro e da cultura de matriz africana. Dessa forma, definiu o congresso como extensão de *Casa Grande & Senzala* e do protagonismo de Gilberto Freyre.

[1] Música Afro-Brasileira. Jornal Diário de Pernambuco, 16 de novembro de 1934, p. 03.

Do ponto de vista ideológico é inegável a influência de Gilberto Freyre no pensamento de Diegues Jr., a narrativa utilizada pelo autor para justificar a influência africana na música e na cultura brasileira é permeada, do início ao fim do artigo, por elementos que remetem a uma subjetividade das relações sociais no Brasil. Para além das questões musicais que seria o objeto principal do texto, Diegues Jr. desenvolveu sua narrativa ao aproximar a musicalidade do negro ao erotismo e à sexualidade, questões amplamente versadas por Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

Nessa mesma direção, insere-se outro artigo que tinha por objetivo discutir a influência da música africana na cultura brasileira: "Musicalidade do escravo negro no Brasil". Neste texto, Nair de Andrade aproximou suas reflexões das propostas por Diegues no trabalho anterior, contudo, por se tratar de um artigo mais denso, num total de 10 páginas, publicado no segundo volume dos anais, o estudo desenvolvido pela autora ganhou em importância pela quantidade significativa de dados citados.

Na primeira parte do ensaio, a abordagem procurou estabelecer por meio da música, um mecanismo de alteridade nomeando o continente Africano enquanto diferença do mundo ocidental, branco e civilizado (ANDRADE, 1937, p. 195). Valendo-se também do universo familiar e íntimo da sociedade patriarcal, Nair de Andrade valoriza o papel da "negra velha" ao acalentar em seus braços os filhos da Casa Grande. Por conta destas relações afetuosas, a autora problematiza a influência da música "negra-escrava" na subjetividade senhorial: "Quem poderá mesmo medir a influencia daquelas melodias, no seu poder comunicativo, trabalhando cada dia nas horas de sonno o senhor menino, que lhe era confiado?". Ao mesmo tempo, a autora citou um anúncio jornalístico referente à venda de um escravo no início do século XIX, que conota o saber musical nas relações comerciais e escravagistas (ANDRADE, 1937, p. 198). Por fim, a autora reafirma seu posicionamento em relação à preponderância da música africana na cultura brasileira: "*é no coração das senzalas, nas reminiscências que ainda nos restam, que o estudioso precisa procurar a inspiração primeira*" (p. 199).

Se na perspectiva musical destacaram-se os dois textos anteriores, do ponto de vista relacionado à pintura, um artigo jornalístico expõe de

forma detalhada as exposições do 1º CAB e os principais artistas: Cicero Dias; Di Cavalcanti; Noêmia; Manoel Bandeira; Santa Rosa e Lasar Segall. O texto: "A exposição de pintura no 1º Congresso Afro-Brasileiro" de Luís Jardim merece destaque pelo posicionamento assumido em relação à influência africana na cultura brasileira:

> O 1º Congresso Afro-Brasileiro se ocupa de várias questões interessantes. Nelle se estuda até que ponto, sob este ou aquele aspecto, teria o negro influído na formação brasileira. Com a publicação dos annaes o curioso do assunto terá melhor oportunidade de conhecer todas as questões que nelle foram tratadas. Será essa uma parte da história que nunca foi estudada com o carinho e cuidado que realmente merecia. Mas estudada hoje um pouco tarde. Daqui em deante os estudiosos que se sucederem se afastarão cada vez mais de seus motivos. O negro com toda a sua influencia sobre o branco, como que vae se 'enbranquiçando', apangando-se. Dentro talvez dum século ou pouco mais se dará no Brasil o oposto dos Estados Unidos. Lá por oficio da segregação, o negro aumentará de numero; aqui por efeito da miscigenação irá desaparecendo aos poucos. Da sua existência ficarão traços leves numa ou noutra côr morena. Mas por fim terão que se diluir na branca, apagando-se por completo. Esta ruina da raça no Brasil merece por isso mesmo a atenção que lhes estão dando os promotores do Congresso.[2]

Partindo de uma ideia essencialista, o artista pernambucano afirmou que o encontro se realizava tarde, dada a história brasileira caracterizada pelo intenso branqueamento da população negra, o que impossibilitava a percepção de uma pureza africana na cultura do país. Frente a essa mobilização, Luís Jardim projetava no branqueamento brasileiro uma relação de alteridade aos norte-americanos, isto é, se por um lado, no Brasil em um século já não teríamos mais negros em função da constante miscigenação, por outro, nos Estados Unidos a forte segregação resultaria no aumento considerável da população negra. Diante disso, o autor parabenizou os promotores do 1º CAB que estavam legando as futuras gerações o estudo de um povo em extinção no Brasil.

[2] A exposição de pintura no 1º Congresso Afro-Brasileiro. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de novembro de 1934, p. 4.

O texto de Luís Jardim corresponde a uma das únicas produções escritas sobre a pintura no 1º CAB. Porém, no campo literário, religioso e folclórico, cinco importantes nomes produziram seus ensaios para o congresso: Mário de Andrade; Jorge Amado; Câmara Cascudo; Arthur Ramos e Edson Carneiro.

No texto: "A calunga dos Maracatus", Mário de Andrade introduziu suas reflexões estabelecendo um debate conceitual e as diferentes interpretações no campo erudito e popular. Mário de Andrade inicia seu ensaio problematizando esta diferenciação, para num segundo momento desenvolver o objeto de sua pesquisa referente à palavra calunga. Segundo ele, o conceito constituía-se de um caráter polissêmico, isto é, este dialeto de origem africana (bantu) configurou no Brasil uma rede de signos diferenciados, dependendo da região e do caráter simbólico a ele atribuído.

Jorge Amado foi outro importante escritor a publicar nos anais do 1º CAB e no ensaio: "Bibliotheca do Povo" e "Colleção Moderna", o romancista baiano reuniu diversas amostras da literatura de cordel vendidas a preços acessíveis a população mais carente da Bahia (AMADO, 1937, p. 262). A "Bibliotheca do Povo" correspondia a uma coletânea das melhores poesias sertanejas, trovas populares, histórias para crianças, orações, receitas, dentre outras. Na "Colleção Moderna" eram publicadas questões relativas a todo um universo popular e muitas das coisas publicadas nessas coleções não eram do "folk-lore negro", mas da história europeia, sobretudo, de poetas portugueses. Contudo, a maior parte dos textos e a mais bela era consequentemente de influência negra e popular (AMADO, 1937, p. 263). Além desses dois autores, outro expoente reconhecido como um dos maiores pesquisadores do folclore brasileiro, o norte-rio-grandense Luis da Câmara Cascudo também apresentou suas contribuições num ensaio intitulado: "Notas sobre o Catimbó". Neste texto, o "Catimbó" foi analisado de forma bastante heterogênea pelo folclorista, passando pelo seu viés formativo de matriz negra, indígena e branca, até as suas diferentes práticas ritualísticas. Arthur Ramos, além do prefácio produzido para o 2º volume do 1º CAB de 1937, também publicou um ensaio com o título: "Os

mythos de Xangô e sua degradação no Brasil". Dividido em 10 tópicos, o texto de Arthur Ramos apresentou um panorama da figura de Xangô para a cultura africana e brasileira.

Para Ramos, no Brasil seu culto ultrapassou em importância aos de outros orixás, diferentemente do que aconteceu na África. Ao elaborar a psicanálise como pressuposto teórico, Arthur Ramos argumentou que o prestígio que Xangô adquiriu no Brasil estaria diretamente ligado ao inconsciente coletivo da população negra brasileira, ou seja, esses mitos iorubanos de Xangô acabaram sendo deturpados no Brasil. O extraordinário dinamismo mítico deste Orixá fez com que Xangô ora fosse visto como filho dos deuses, ora como um personagem heroico e, portanto, "Xangô é uma ponte de união psíquica entre a África e o Brasil" (RAMOS, 1935, p. 54).

Segundo Romo (2007, p. 43), Arthur Ramos elaborou nesse ensaio uma tentativa de entendimento sobre a *psique* dos africanos nas Américas, encontrando profundas continuidades culturais. Esse tipo de continuidade obviamente apontava para a importância de se compreender as origens das culturas africanas e, ao mesmo tempo, descobrir as "sobrevivências" dessas mesmas crenças no outro lado do Atlântico. Nesse sentido, sua principal intenção não era analisar a cultura afro-brasileira, mas traçar um nexo mental entre a África e o Brasil.

Numa posição contrária à abordagem feita por Arthur Ramos, encontra-se o segundo texto de Édison Carneiro que, para além da abordagem marxista discutida anteriormente, contribuiu com outro artigo intitulado: "Xangô". Publicado no 2º volume de anais do 1º CAB, o ensaio de Carneiro apresentou uma ausência de metodologia e sua abordagem é mais descritiva do que analítica. O artigo enfatizou as práticas religiosas afro-brasileiras sob a luz da etnologia, diferentemente da perspectiva psicanalítica desenvolvida por Ramos.

Figura 1: Arthur Ramos, 1903-1949



Fonte: Disponível em: https://culturaeviagem.wordpress.com/2014/07/07/de-pilar-a-paris-o-legado-do-alagoano-que-deu-palestras-em-harvard-e-foi-diretor-da-unesco/

Na primeira página do texto, o jornalista baiano destacou a concepção sincrética das religiões de matriz africana na aproximação dos cultos católicos. Além disso, trouxe um curioso exemplo, em uma nota de rodapé onde definiu os desdobramentos do sincretismo religioso no universo político e revolucionário do Partido Comunista Brasileiro (PCB): "Leon Trotsky, chefe da corrente internacionalista no movimento communista, recebe o título de Ogun, que lhe dão, em familia, os camaradas do Rio de Janeiro" (CARNEIRO, 1937, p. 139).

A maior parte do artigo foi dedicada à descrição de Xangô e ganha forma baseado em um trabalho etnográfico anterior de um conterrâneo baiano, o autodidata e etnólogo Manuel Querino. Carneiro destacou o universo religioso afro-brasileiro e trabalhou para fundamentar as crenças do candomblé em uma geografia especificamente baiana. Diferentemente da perspectiva adotada no texto anterior, de negar a miscigenação enquanto categoria analítica, neste ensaio, Carneiro considerou a mestiçagem e seu caráter híbrido no sincretismo religioso: "Xangô vive mesclado à vida de milhares de negros e de mestiços, mesmo de brancos" (CARNEIRO, 1937, p. 144).

Para Carneiro, o mundo do candomblé não era um estado mental primitivo que estabelecia uma ponte ininterrupta da África com o Brasil, mas uma prática ativa e de amplos laços sociais com o mundo real no contexto brasileiro. Anadélia Romo chega a levantar uma hipótese para que Édison Carneiro tenha mencionado a participação de pessoas brancas nos cultos religiosos afro-brasileiros, ou seja, tal perspectiva tinha como objetivo problematizar uma pretensa matriz africana, conforme os interesses na herança psicanalítica e mental defendida por Arthur Ramos.

Segundo a historiadora norte-americana, Carneiro ao fazer esta referência contrariava uma suposta mentalidade exclusivamente africana em conexão com um passado de longa duração. Dessa forma, Carneiro sublinhava que a religião não era mais puramente essencialista e indicava seu interesse nas realidades cotidianas e nas crenças dos diferentes grupos praticantes no Brasil e mais especificamente na Bahia (ROMO, 2007, p. 47-51).

Nota-se que as narrativas folclóricas, culturais e religiosas do 1º CAB compuseram um mosaico complexo de experiências heterogêneas que, por vezes, foram compartilhadas, mas que em muitos aspectos também divergiam. Nesse contexto, pretende-se no próximo capítulo analisar a participação dos Movimentos Sociais Negros e problematizar o discurso de Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense (FNP), tendo em vista a historicidade dos significados articulados por esse movimento social na busca de afirmação identitária, assim como na mobilização da história do Rio Grande do Sul (RS) e da memória da Revolução Farroupilha.

4.3 Movimentos Sociais Negros e o 1º Congresso Afro-Brasileiro: Frente Negra Brasileira e Pelotense

Gilberto Freyre, na organização do 1º CAB, procurou manter uma autonomia partidária e governamental do encontro, contudo percebeu a necessidade de organizar o evento com o respaldo político das principais lideranças dos Movimentos Sociais Negros da década de 1930. Não por acaso, a Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a maior e a mais importante organização negra que se projetou no cenário nacional após a

abolição da escravatura, respaldou a atividade em Recife por meio do *Jornal do Brasil*, dois dias antes do início do evento (WILLIAMS, 2004, p. 35).

Da mesma forma, o Movimento da Mocidade Negra Paulista saudou o encontro por uma carta enviada pelo Sr. Jayme de Aguiar aos organizadores do congresso:

> Saudações mui cordiaes. Em primeiro logar, como sendo um dos descendentes da grande raça negra, o que fez em primeiro plano, toda a grandeza deste nosso portentoso Brasil de hoje, que se nivela com os demais paizes do globo, pelo seu progresso, pela sua cultura [...]. Portanto, de São Paulo da terra das bandeiras, onde o negro fôra o seu braço nas labutas de sol a sol, onde se sacrificaram tantas vidas, onde se fez a independencia, nós os negros de fibra, de altivez que ainda luctamos para conquistar as nossas reinvindicações justissímas que ainda não nos querem dar por varias razões iniquas, applaudimos de coração esse nobre emprehendimento: – O Congresso Afro-Brasileiro. [...][3]

O conteúdo do texto revela reflexões importantes acerca da memória social e da história articulada pelo Movimento Negro paulista, assim como a manifestação de total apoio ao 1º CAB. Do ponto de vista presencial, a mais expressiva das participações foi a de Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense (FNP), que obteve inserção destacada na programação, participando efetivamente das reuniões, comissões e inclusive sendo chamado pelos demais participantes do encontro de: "mulato Barros". O militante também contribuiu em outras frentes, expondo algumas pinturas, com destaque para a tela: "Morte de Zumbi" (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 507-526).

Para tanto, a principal atuação de Miguel Barros foi realizada na sessão de encerramento, no dia 17 de novembro de 1930, como porta-voz da FNP. O militante fez uma manifestação contundente delineando os princípios fundamentais da entidade e expressou total apoio ao congresso. Em seu discurso, Barros iniciou caracterizando a FNP enquanto representante da raça "Ethiopica" no Rio Grande do Sul e lançou mão do lema da entidade: "União, Cultura e Igualdade". O militante abordou a

[3] *Diário de Pernambuco*, 17 de novembro de 1934, p. 4.

submissão ao qual a população negra foi relegada e que por isso não teria "a menor noção de humanidade". Dentro de uma perspectiva de classe afirmou que 80% da população brasileira era analfabeta e que necessitava de uma segunda abolição (BARROS, 1935, p. 269).

Na sequência, Barros referiu-se à história gloriosa do povo negro e considerou que poucos conseguiam acender socialmente, ao passo que a cultura escravista ainda se fazia presente na mentalidade de muitos. Ao estabelecer uma forte crítica a herança escravocrata, ainda presente no posicionamento racista de alguns segmentos sociais, o militante enfatizou a necessidade de união da população negra para uma qualificação geral e como forma de enfrentamento a forte exclusão social (BARROS, 1935, p. 270).

Outro ponto relevante na manifestação do representante da FNP foi a problematização da existência de preconceito no Brasil e estabeleceu que frente a esse tipo de situação só quem era vítima da discriminação é que poderia combatê-la: "a cada passo, vem contra nós a demonstração chocante da seleção racial". Nesse sentido, destacou a interdição em determinados espaços sociais, no Estado do RS, que não permitiam a entrada de pessoas negras: "temos ainda, no sul, a prohibição da entrada em certos lugares públicos, theatros, cafés, barbeiros, colégios, etc". Nas questões de gênero, Barros denunciou o preconceito ainda muito forte com as mulheres negras, excluídas de boa parte dos empregos públicos (BARROS, 1935, p 270-271).

Ainda referindo-se ao mercado de trabalho, o autor criticou a falta de oportunidades para com a população negra e acusou o "jeitinho brasileiro" como aspecto que reforçava o racismo e a exclusão social: "No commercio, no funccionalismo, o preto vegeta em porteiros, contínuos, etc. Surge sempre a expressão do pistolão que ao solicitar emprego diz; "É meu sobrinho rapaz inteligente e [...] é branco" (BARROS, 1935, p. 270).

No que concerne a formação do povo brasileiro, o frentenegrino articulou seu posicionamento em consonância com Gilberto Freyre: "a maioria brasileira, tem em suas veias o sangue afro, dos construtores de nossa terra. Com honestidade, sinceridade, devemos ter amor filial, para com nossos avós, que tanto soffreram. Sejamos dignos acceitando nossa herança". Sem perder de vista a memória dos antepassados escravizados,

Barros salientou que os aspectos raciais e nacionais deveriam andar juntos numa perspectiva integradora da nação, além de que a fundação da FNP tinha por princípio o fortalecimento da raça negra (p. 271).

Esse referencial construído pelo representante da FNP foi bastante significativo por estar calcado numa política de reconhecimento e valorização do negro enquanto protagonista da história brasileira. Além disso, chamou a atenção no discurso, o fato da FNP ser uma entidade de cunho racial especificamente negra, não tendo como objetivo a separação, mas a equiparação das raças por meio do desenvolvimento intelectual do negro. Por fim, destaca-se um fragmento do discurso proferido por Miguel Barros em que o militante mobilizou a história do Rio Grande do Sul através da memória da Revolução Farroupilha e de uma das lideranças deste movimento, o General David Canabarro:

> Atacados pelos pessimistas, nosso ideal são, prossegue sua luta. De Pelotas nasceu o movimento abolicionista do Rio Grande. Canabarro com "A Voz do Escravo", lançou a semente, que deveria conquistar a victoria, da primeira libertação da descendência africana. Depois deste ciclo, o da abolição, não terminou com elle, a idea que dos pretos até então se fazia (BARROS, 1935, p. 270).

Nesse trecho percebe-se o debate em escala regional e nacional, isto é, Barros destaca os ideais farroupilhas enquanto um movimento precursor do ideário abolicionista em Pelotas, antes mesmo que no restante do Brasil. Do ponto de vista ideológico, também fez uma referência heroica ao líder farrapo David Canabarro no Jornal a Voz do Escravo, reconhecido na narrativa como protagonista no lançamento de uma "semente", no Estado do Rio Grande do Sul, que se espalharia na emancipação escrava em todo o país.

É importante perceber como esta experiência histórica teve uma conotação edificante quando mobilizada no contexto da década de 1930, ao passo que a FNP almejando um futuro assimilacionista do afro-brasileiro na sociedade nacional, proferiu um discurso histórico otimista em relação ao episódio da Revolução Farroupilha e da figura do General Canabarro como paladino emancipatório da causa do povo escravizado.

Desse modo, tornar-se indispensável afirmar a importância que teve a participação da FNP na condição de entidade legitimadora do 1º CAB. A efetividade assumida em vários espaços do encontro e o discurso pronunciado, na mais importante sessão do congresso, conota uma estratégia política que buscava galgar espaços e aproximar o movimento social de setores letrados da intelectualidade brasileira. Se por um lado, o teor discursivo do militante constituiu-se num manifesto corajoso de denúncia ao racismo, por outro, os significados históricos atribuídos a Revolução Farroupilha configurou uma mobilização estratégica debatida conforme as possibilidades linguísticas daquele contexto.

4.4 "Um movimento da maior importância para a vida e para a cultura do Brasil": Gilberto Freyre e o 1º Congresso Afro-Brasileiro

Por intermédio da articulação do 1º CAB, Gilberto Freyre conseguiu reunir uma quantidade considerável de estudos, e com base nas diferentes temáticas desenvolvidas, o autor publicou dois textos, sendo que apenas um constitui-se num trabalho mais acadêmico. No primeiro ensaio intitulado: "As deformações corporais em Negros fugidos", o autor desenvolveu um estudo atento sobre anúncios de escravos fugidos em jornais brasileiros do século XIX. Nele, Freyre argumentou que as descrições físicas dos corpos dos escravos lançava luz sobre as condições da escravidão brasileira, uma vez que a partir de tal documentação era perceptível o posicionamento dos proprietários de escravos, ansiosos para garantirem o retorno de sua propriedade humana e acabavam por detalhar cuidadosamente as lesões, as deformidades e os sinais distintivos para ajudarem as autoridades a identificarem estes sujeitos.

Nesse texto, Freyre apresentou um exaustivo trabalho de catalogação das doenças e problemas físicos descritos nos periódicos e tentou demonstrar os males enfrentados pelos escravos no contexto social brasileiro, tangenciando uma perspectiva hegemônica do debate científico que procurava na origem africana as causas dessas enfermidades (FREYRE, 1937, p. 247-248). O que se observa na argumentação proposta

por Freyre era uma tentativa de deslocar os argumentos racistas para uma análise mais social, isto é, mostrar que muitos dos problemas atribuídos à raça estavam imbricados com questões alimentares, higiênicas, econômicas e dos diversos agravos nas condições de saúde daí desdobrados.

Além disso, percebe-se certa valorização eugênica dos atributos africanos, isto é, "nas suas qualidades eug*é*nicas e nas suas virtudes nativas". Este posicionamento deixa claro que Freyre não descartava o papel da raça e da biologia por completo, tal perspectiva ficou mais saliente nesta passagem:

> Em contraste com esse negro socialmente pathologico – sem desconhecermos, é claro, casos de portadores de taras e de doenças africanas, mas em numero bem menos significativo que os portadores de doenças e vicios aqui adquiridos – passam em grande numero, pelos annuncios, figuras admiravelmente eugenicas: negros e negras fortes, altas, bonitas, bem feitas de corpo, os dentes alvos e perfeitos (FREYRE, 1937, p. 248).

Evidencia-se que Freyre tentava se distanciar de uma premissa patológica e racial de inferiorização do escravo, contudo, articulou uma justificativa baseada no pressuposto neolamarckiano para valorizar a formação genética dos afro-brasileiros no sistema escravocrata. Conforme Romo (2007, p. 42), o entendimento de Freyre das ideias de Lamarck tiveram implicações importantes para suas análises apresentadas no 1º CAB, ou seja, ao insistir que os africanos chegaram em boa forma, mas que as suas vantagens físicas haviam sido alteradas pelos efeitos catastróficos da escravidão, o autor retirava da "raça africana" as responsabilidades pela sua degradação.

Nesse sentido, as considerações finais do autor demonstram um posicionamento de equilíbrio, tentando intermediar uma narrativa que não idolatrava o negro, mas, ao mesmo tempo, procurava desresponsabilizar os afro-brasileiros pelos problemas sociais que lhes eram imputados. Nesse sentido, argumentou que qualquer grupo humano independentemente de raça, teria sofrido com os mesmos problemas físicos se fossem submetidos ao regime de escravidão.

No segundo ensaio, Gilberto Freyre fez uma espécie de prefácio contextualizando: "O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro?". Nele o autor mencionou a independência ideológica do evento, ao passo que o encontro não obteve nenhum auxílio governamental. Diante disso, citou a informalidade como uma questão primordial para o sucesso do 1º CAB, tendo em vista o caráter desprovido de pompa política e excessiva burocracia. Segundo ele, esta perspectiva não afetou o rigor metodológico das pesquisas apresentadas, de modo que os trabalhos constituíram-se pela diversidade e riqueza de fontes utilizadas.

Figura 2: Gilberto Freyre na década de 1930



Fonte: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2013/12/01/internas_viver,476732/casa-grande-e-senzala-completa-80-anos-com-o-mesmo-vigor-polemico-de-quando-foi-lancado.shtml. Crédito: Fundação Gilberto Freyre/divulgação.

Considerou ainda, a importância das apresentações musicais e das exposições culturais, assim como o impacto que o congresso obteve no exterior, inclusive ao ser agraciado em uma reportagem do jornal norte-americano: *The New York Times*. Conforme entendia Gilberto Freyre, um número considerável de pessoas havia auxiliado na organização do 1º CAB, desde intelectuais, artistas, profissionais liberais, estudantes, bem como a contribuição indispensável das comunidades afro-brasileiras do Recife. Para além dos inúmeros escritores e artistas brasileiros, Freyre destacou também a

aceitação positiva que o 1º CAB obteve de importantes intelectuais no exterior, como o antigo mestre Franz Boas, o ex-colega Rüdiger Bilden, o professor Cannon da Universidade de Harvard e o escritor português Nuno Simões.

Nesse sentido, é interessante perceber as redes de pensadores em escala nacional e internacional mobilizados por Gilberto Freyre em torno do 1º CAB. Não por acaso, Portugal representava um país estratégico para a difusão de suas ideias e ambições intelectuais. Tanto é assim, que o autor de *Casa Grande & Senzala* conseguiu um importante interlocutor, o jornalista Nuno Simões que escreveu sobre o 1º CAB no jornal *Primeiro de Janeiro* da cidade do Porto. Nas duas publicações, Simões nomeou os respectivos artigos, conforme o título dos anais do encontro: "Estudos Afro-Brasileiros" e "Novos Estudos Brasileiros".

4.5 A escala internacional do 1º Congresso Afro-Brasileiro: Nuno Simões e as relações luso-brasileiras

Nuno Simões (1894-1976) foi economista, jornalista, advogado e teve papel de destaque na política do primeiro período republicano português (1910-1926). Destacou-se também, por ser um dos grandes defensores do Luso-Brasileirismo, mediante a produção de artigos em revistas e jornais nacionais e internacionais, ao lado de personalidades como Consiglieri Pedroso, Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Graça Aranha, Paulo Barreto, António Sergio, Jaime Cortesão, Assis Chateaubriand e Gilberto Freyre (FERREIRA, 2005, p. 134-169).

Sócio honorário da Sociedade Luso-Africana no Rio de Janeiro, em 1934 viajou ao Brasil no sentido de colaborar com esta entidade da qual era um profundo interlocutor e defensor. Sua relação com Gilberto Freyre remonta ao ano de 1937, quando o ensaísta pernambucano foi a Portugal em uma missão oficial do governo por intermédio do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (SKOLAUDE, 2019, p. 93-110).

O caráter diplomático atribuído pelo governo brasileiro à missão de Gilberto Freyre em Portugal pode ser percebido com base nas inúmeras instituições mobilizadas e por meio de dois documentos oficiais. O

primeiro, trata-se de um ofício de 4 de agosto de 1937 encaminhado pelo Ministério da Educação Nacional de Portugal, assinado pelo Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e endereçado ao Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos daquele país. No teor do documento, encontra-se uma solicitação do Reitor da Universidade do Rio de Janeiro e da Embaixada de Portugal, no mesmo Estado, para que Gilberto Freyre, representante do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, recebesse todo o apoio necessário na pesquisa de documentos em arquivos portugueses, em especial no Arquivo colonial. Além da pesquisa realizada em arquivos portugueses, o roteiro de Freyre consistia também em participar do 1º Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo.

Em meio à realização desse congresso, Gilberto Freyre concedeu uma extensa entrevista publicada um dia após o encerramento do encontro, em 2 de agosto de 1934. A entrevista foi realizada no Hotel Avenida Palace no centro de Lisboa e a partir dela podemos perceber elementos estratégicos utilizados por um escritor jovem e pretensioso. Na medida em que adotava uma postura conciliatória de respeito a uma antiga tradição de pesquisadores portugueses e brasileiros, ao mesmo tempo, Freyre se colocava enquanto um vanguardista, representante de uma nova geração de intelectuais, dotada de instrumentos científicos inovadores e progressistas. Ao descrever quais seriam suas atribuições no período de estadia no continente europeu, Gilberto Freyre buscava uma postura diplomática em suas respostas, ao afirmar a necessidade de aproximação com intelectuais portugueses:

> – A suas relações com intelectuais portugueses?
> – São algumas e honro-me de as possuir. Espero encontrar-me agora com o ilustre escritor Fidelino de Figueredo e por intermédio de José Osório de Oliveira, que tanto tem feito para revelar aos intelectuais mais jovens de Portugal as realizações e o esforço das gerações mais novas do Brasil, com aqueles intelectuais portugueses que, fora das academias e institutos, vão realizando obra nova e interessante. Também conto com a cooperação do Dr. Nuno Simões, que não tenho ainda o prazer de conhecer pessoalmente, mas aquém devo mais de uma prova de simpatia e mais de um artigo generoso no 'Primeiro de Janeiro' e no 'Diabo'.[4]

[4] *Primeiro de Janeiro*, 02 de agosto de 1937, p. 2.

Por conta da curta estadia de Gilberto Freyre em Portugal, não se sabe ao certo se ele conheceu pessoalmente Nuno Simões, uma vez que, por causa de um problema familiar, Freyre teve que antecipar o retorno ao Brasil (FREYRE, 1938). O certo é que com o passar dos anos, os dois fortaleceram os laços de amizade, de modo que dos intelectuais portugueses de quem o escritor brasileiro mais trocou correspondências, Nuno Simões foi o segundo, com 53 cartas (CASTELO, 2000, p. 423).

É bem possível que a entrevista de Gilberto Freyre ao jornal: *O Primeiro de Janeiro* tenha sido articulada por Nuno Simões. Na década de 1930, Simões dedicou-se a uma produção intensa de textos jornalísticos voltados aos interesses políticos e culturais destinados a aproximação de Portugal e Brasil. No dia 19 de junho de 1936, na capa do jornal *O Primeiro de Janeiro*, Nuno Simões publicou seu primeiro artigo relacionado ao 1º CAB e que levou o título de: "Estudos Afro-Brasileiros".

Nessa resenha, Nuno Simões fez um apanhado geral dos autores e das publicações do 1º volume dos anais do congresso, destacando a iniciativa do jovem Gilberto Freyre na organização do encontro, e o prefácio produzido pelo professor Roquette-Pinto que considerou o negro e o mestiço: "não terem qualquer inferioridade racial e precisarem somente de saúde e educação".

Na introdução do artigo, Simões demonstrou estar parcialmente a par do debate racial existente no Brasil, ao passo que mencionou a organização do 2º CAB que estaria por acontecer em setembro do corrente ano, no Recife. Nesse caso, supõe-se que o jornalista não possuía informações precisas em relação a data e o local do encontro, uma vez que o 2º CAB ocorreu em Salvador alguns meses depois, em janeiro de 1937. Diante disso, o jornalista frisou a importância do congresso para o estudo do negro no Brasil, mas também considerou ser necessário que estes estudos tivessem desdobramentos em Portugal:

> A quantos hajam de preocupar-se em Portugal com os problemas da nossa construção social em África. Por um lado, faltam entre nós, estudos afro-portugueses. Por outro, quando se estuda o contacto entre os africanos e o brasileiro, implicitamente se examinam as

> relações entre os colonizadores brancos do Brasil e os escravos negros [...]. Temos, pois, muito que aprender, com utilidade, nos trabalhos do primeiro Congresso Afro-Brasileiro e dos que hão de seguir-se-lhe.

Nesse caso, percebe-se a importância conferida ao 1º CAB e o lugar atribuído por Nuno Simões ao Brasil na campanha colonial lusitana, ou seja, a ex-colônia enquanto exemplo a ser seguido na instrumentalização política dos territórios ultramarinos na África. Na sequência, o autor valeu-se ainda de pesquisadores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes e Renato de Mendonça para afirmar o predomínio lusitano frente aos negros e indígenas na formação do Brasil. Nesse âmbito, o caráter estabelecido por Nuno Simões sobre o congresso do Recife servia como referência, ou seja, o exemplo de miscigenação cultural implementada no Brasil estabeleceu-se enquanto modelo de perspectiva ideológica a ser seguida, mas de forma mais branda nas colônias africanas:

> O interesse superior de trabalhos e ensinamentos sobre a vida e história do Brasil, forjado em comum por índios, portugueses e negros, com o nosso indiscutido predomínio de colonizadores, as obras especializadas de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Evaristo de Moraes, Renato de Mendonça e os Estudos Afro-brasileiros do Congresso do Recife não são para nós menos interessantes nem menos necessários agora que; em contato com os negros da Guiné, Angola e Moçambique, estamos elaborando uma nova criação social, de cultura idêntica, embora, mais restrita do que a feita no Brasil, pela fusão do elemento português com o elemento ameríndio e africano.

Por fim, Simões fez fortes cobranças em relação à falta de compromisso e interesse da política internacional portuguesa nos congressos brasileiros, assim como elogiou os trabalhos históricos, antropológicos e etnográficos produzidos no Brasil e que não deveriam ser negligenciados em Portugal:

> E por isso, ao assinalar, com prazer, a próxima realização do 2º CAB e embora tardiamente, também a publicação dos trabalhos do

> de 1934, me não parece ocioso perguntar se o Cônsul português no Recife tomou parte ao menos como assistente, nesse congresso, se comunicou aos nossos Ministérios do Extrangeiros, das Colônias e da Instrução o que nele se passou e se a Embaixada de Portugal no Rio terá já enviado ao governo português o volume a que me refiro e ele existirá, como é mister nos nossos Institutos oficiais e particulares de ensino colonial na Metrópole e nas Biblioteca Públicas da Metrópole e do Ultramar [...]. O Brasil está fazendo uma obra vasta e admirável de investigação e estudo etnográfico, antropológico, histórico e social a que não podemos nem devemos ser estranhos. Já que pouca colaboração podemos dar-lhe nessa obra, que ao menos aproveitemos dela a parte que nos cabe, pela grande parte que não podemos deixar de ocupar como matéria desse estudo.

Na mesma direção deste texto insere-se o segundo artigo intitulado: "Novos Estudos Afro-Brasileiros" publicado no dia 30 de abril de 1937 na capa do jornal *O Primeiro de Janeiro*. A diferença temporal entre o primeiro e o segundo texto foi de aproximadamente um ano. Este segundo ensaio foi reproduzido na íntegra pelo jornal *Diario de Pernambuco*, no dia 25 de julho de 1937, nas páginas 3 e 9 da segunda seção. Neste segundo texto, Nuno Simões, assim, como fez no primeiro ensaio, iniciou por contextualizar o evento e por parabenizar o jovem intelectual Gilberto Freyre:

> Em junho do anno passado, saudei aqui o apparecimento de um volume de Estudos *Afro-Brasileiros* apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado em 1934, no Recife, por iniciativa e sob o patrocínio do professor Gilberto Freyre, o jovem mestre de história social que, em poucos anos, e com dois grandes livros: *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos* conquistou na vida intellectual e dirigente do Brasil.

Na sequência, Nuno Simões valeu-se do ensaísta Agripino Grieco para demarcar a importância e o papel de Gilberto Freyre para a intelectualidade brasileira da época: "Gilberto está para a sua geração como Oliveira Vianna e Alberto Torres para as gerações anteriores. É um autentico mestre do pensamento. Ensina-nos a vêr claro em nosso passado,

sabe antropologia mas também escreve como um artista". Na sequência, o intelectual português agradeceu a Gilberto Freyre por ter-lhe enviado os dois volumes de trabalhos publicados no 1º CAB e fez uma reflexão geral sobre o conteúdo dos textos, dividindo-os por área de análise e autores. Segundo ele: "o 2º tomo dos trabalhos do Congresso de Recife merece, pois, ser saudado como o 1º, como mais uma contribuição de valor para os estudos do negro no Brasil".

Na segunda parte, assim como fizera no artigo anterior, o jornalista adotou novamente uma posição crítica ao governo português e defendeu a necessidade de pesquisas que pensassem o indígena e as colônias africanas:

> [...] chamo a atenção de quem tem a seu cuidado estudar, preparar e dirigir as condições do convívio e cooperação dos portugueses da África e o progresso moral e intelectual destes. Interessa ele também a quantos precisem ou tenham o prazer de estudar os problemas da evolução social do Brasil e os que com a sociologia brasileira se prendem. São parcos, para não dizer nulos, os estudos existentes em Portugal sobre negros, tanto no passado como no presente. Se o Brasil não apurou ainda a data certa da primeira entrada de escravos negros, nós não temos também tal pesquisa feita, apesar da grande e benemérita publicação de documentos sobre a Angola quinhentistas, ultimamente levada a cabo. O problema da participação efetiva dos escravos, originários das colônias portuguesas, no povoamento e progresso agrícola do Brasil, não nos tem merecido também as atenções que justifica. Temos deixado que os investigadores e scientistas brasileiros estudem todas as questões que respeitam ao encontro e collaboração dos negros com os portugueses brancos no Brasil e parece que esperamos que antropologistas e etnographos estrangeiros continuem os trabalhos de exame e pesquisa antropológica e etnográfica dos negros de Angola e de Moçambique. Não será tempo de ampliar muito as tentativas que alguns poucos missionários e homens de sciencia nossos teem ultimamente feito, bem desajudados, por signal, para estudar os negros das nossas colonias? O exemplo dos colaboradores dos Novos estudos afro-brasileiros e do Congresso afro-brasileiro de Recife a que foram presentes, é de apontar à Sociedade de Geographia e às Sociedades de estudos de Moçambique e de Angola, à Escola Superior colonial e as nossas Universidades, a de Coimbra preocupada com a flora colonial,

> mercê da devoção do professor Luiz Carrisso e a do Porto lembrando-se já, com razão e devoção de que temos, em África, variadas populações indígenas que é nossa obrigação estudar em todos os aspectos em que a sciencia moderna ensina a conhecel-as para sua melhor utilização social e para maior aperfeiçoamento physico e moral dos seus componentes.

Alinhando-se com a perspectiva defendida antes, Nuno Simões definiu o congresso do Recife como uma experiência a ser seguida pelos institutos de pesquisas e pelas Universidades de Coimbra e do Porto. Nesse caso, do ponto de vista ideológico parece pouco provável que o autor pactuasse da política implementada pelo Estado Novo Português, sobretudo, quando frisou serem "parcos, para não dizer nulos, os estudos existentes em Portugal sobre negros, tanto no passado como no presente".

Ao não reconhecer iniciativas desta natureza, Simões desdenhava das articulações relacionadas a 1ª Exposição Colonial Portuguesa e ao 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial e que tiveram um grande investimento dos intelectuais ligados ao salazarismo. Este ressentimento, percebe-se em um artigo publicado por Nuno Simões no jornal *O Primeiro de Janeiro*, em outubro de 1935. Neste texto, o jornalista demonstrou certa mágoa, ao passo que reconhecia na 1ª Exposição Colonial Portuguesa um evento de sua autoria, contudo, ao receber uma conotação oficial, a exposição acabou por ter outros organizadores ligados ao Estado Novo:

> Há três anos, no início dos trabalhos preparatórios para a Exposição Industrial Portuguesa, em conversa com um dos seus mais inteligentes e fervorosos animadores, sugeri que se fizesse figurar nela um pavilhão das atividades portuguesas no estrangeiro. Idêntica sugestão, e posso dizer até indicação, fiz, depois, no primeiro projecto que me foi solicitado da Exposição Colonial no Porto, antes de esta haver sido confiada a elementos oficiais. Creio que, mesmo depois da intervenção desses elementos, quando o jornalista e funcionário colonial sr. Mimoso Moreira, que foi um dos mais valiosos e dos mais fortes contribuintes para o seu êxito, me deu o prazer de mostrar o projecto que elaborou e sobre êle trocamos impressões, lhe falei também no caso. [...].

Valendo-se desse registro, verifica-se evidentemente que as ideias e os objetivos de Gilberto Freyre na articulação do 1º CAB tiveram em Nuno Simões um importante correspondente em Portugal. O que se observou das fontes analisadas é que Nuno Simões caracterizava-se por assumir uma posição militante em defesa dos interesses luso-brasileiros, em diferentes temporalidades a partir de diversos meios de comunicação, tanto em Portugal como no Brasil. Neste caso, destacou-se no engajamento junto a *Revista Atlântida*, no período pós Primeira Guerra Mundial, ao declarar que havia chegado o momento de formatação de uma grande articulação "luso-afro-brasileira".

Anos mais tarde, na década de 1930, constituiu-se como um importante articulador e colaborador no *Boletim da Sociedade Luso-Africana* no Rio de Janeiro, bem como no jornal *O Primeiro de Janeiro* do Porto. Dessa forma, pode-se constatar que as redes constituídas em torno de intelectuais, assim como as reflexões em curso, acabavam por determinar em implicações políticas nos dois lados do Atlântico, ou seja, a realização do 1º CAB emergiu como evento articulador de discursos raciais e nacionais mobilizados em escala transnacional.

Referências

AMADO, J. "Bilioteca do Povo" e "Collecção moderna". *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 264-326.

ANDRADE, M. A Calunga dos Maracatus. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 39-48.

ANDRADE, N. Musicalidade do escravo negro no Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 194-202.

BARROS, M. Discurso do representante da Frente Negra Pelotense. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 269-271.

CAMARGO, J. M. Abolição e suas causas. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 153-170.

_____. A Inglaterra e o tráfico. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 173-186.

CARNEIRO, E. Situação do negro no Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 237-242.

_____. Xangô. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 141-147.

CASCUDO, L. C. Notas sobre o catimbó. *In*: FREYRE, G. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Civilização Brasileira, 1937. v. 2, p. 77-131.

CASTELO, C. Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ESPAÇOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: BALANÇOS E DESAFIOS, 6., 2000, Porto. *Actas* [...]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000. v. 2, p. 422-444.

FERREIRA, A. *O Luso-Brasileirismo:* na perspectiva de Nuno Simões. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições, 2005. (Coleção Biblioteca Oito Séculos, v. 1).

FREYRE, G. *Prefácio.* Conferencias na Europa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

GIUCCI, G.; LARRETA, E. R. *Gilberto Freyre*: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, R. O negro no folk-lore e na literatura do Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 01-20.

RAMOS, A. Os mythos de Xangô e sua degradação no Brasil. *In*: FREYRE, G. (org.). *Estudos Afro-Brasileiros:* trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Ariel Editora, 1935. v. 1, p. 49-54.

ROMO, A. A. Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934. *Journal of Latin American Studies*, v. 39, Issue 01, Feb. 2007.

ROSSI, L. G. F. *O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

SIMÕES, N. *Actualidade e permanência do Luso-Brasilismo:* conferências e discursos. Lisboa: Edição do autor, 1960.

_____. *Portugueses no mundo:* esboço para um estudo e notas de uma campanha. Vila Nova de Familicão: Grandes Oficinas Gráficas "Minerva", 1940.

SKOLAUDE, M. S. Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura e as disputas identitárias: caminhos cruzados em Mendes Correia e Gilberto Freyre. In: OLIVEIRA, R. S.; NASCIMENTO, M. V. O. (org.). História, cultura e política no mundo lusófono. São Paulo: Liber Ars, 2019. p. 93-110.

VIANNA, H. *O mistério do samba*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

WILLIAMS, C. *"Coisas do negro" além do pitoresco*: The first Afro-Brazilian Congress of 1934. 2004. Dissertação (Mestrado em Artes e Estudos Ibéricos e Latino Americanos) – University of Califórnia Santa Barbara, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste livro verificou-se efetivamente que a metáfora problematizadora e que leva o título deste estudo se demonstrou falsa, uma vez que o 1º CAB não pode ser interpretado enquanto o primogênito de Casa Grande & Senzala. Em primeiro lugar há que se considerar que o congresso se constituiu por diversas abordagens e filiações, tendo em seu conjunto alguns mendelianos, neolamarckistas, integralistas, marxistas, modernistas, regionalistas, evolucionistas, psicanalistas, culturalistas, lombrosianos, etc.

O encontro foi concebido por diferentes obras e autores que foram citados com certa regularidade e bem mais que o próprio Gilberto Freyre, este foi o caso de Nina Rodrigues, Roquette-Pinto e Oliveira Viana. A tradicional progenitura do 1º CAB conferida ao ensaísta pernambucano acabou por deslegitimar o encontro enquanto um espaço de análise fundamental e incontornável para o entendimento social e cultural da política brasileira na primeira metade da década de 1930.

Essa falsa premissa corrobora a "negligência" investigativa deste objeto, uma vez que a pluralidade de ideias propagadas neste encontro faz dele um espaço igual ou até mais importante do que a Semana de Arte Moderna (1922), o Congresso Regionalista (1926) e o Congresso de Eugenia (1929). Estes movimentos organizados na década de 1920 constituíam-se por grupos fechados de especialistas de uma mesma área ou de áreas

muito próximas. O encontro do Recife amalgamou os três grupos, além de outros segmentos sociais e legitimou-se enquanto um pilar estrutural e heterogêneo das diferentes demandas políticas.

O que se observou nos debates publicados nos anais do 1º CAB é que alguns autores, em linhas gerais e sobre determinados pontos de vista, partilhavam das concepções teóricas defendidas por Gilberto Freyre. Porém, a maioria dos participantes não era correligionária de suas ideias, isto é, muitos estudiosos ainda desconheciam ou discordavam dos pressupostos culturalistas adotados por Freyre. Muitos permaneceram arraigados à metodologia da antropologia física e tentaram avaliar os desdobramentos da mestiçagem com modelos científicos rigorosos, utilizando extensas medidas antropométricas. Alguns estudos mesclaram métodos tradicionais de carácter biológico tentando adaptar perspectivas mais próximas ao culturalismo. Além desses, alguns trabalhos apresentados tiveram uma metodologia diletante, sem nenhum critério científico específico.

O materialimo histórico marxista também serviu como arcabouço teórico e interpretativo em alguns artigos, inclusive procurando aproximar esta vertente das concepções culturalistas defendidas por Gilberto Freyre, como foi o caso do trabalho apresentado por Jovelino M. de Camargo Jr. Sob diversos pontos de vista, as pesquisas exploraram os mais variados temas, a partir de uma pluralidade de teorias e interpretações que configurou um amálgama heterogêneo do que efetivamente foi o 1º CAB. Neste sentido, a amostragem das pesquisas apresentadas no encontro demonstram uma rede complexa de interpretações sobre o negro e o mestiço brasileiro. Na maior parte dos trabalhos apresentados, as concepções racialistas foram predominantes nos diferentes campos de saber e áreas de interesse, ou seja, apesar de suscitar novas vias de pensamento sobre os estudos afro-brasileiros, os intelectuais ressoavam um forte racismo científico.

Na realidade, a maioria estabeleceu suas investigações com base em teorias que definiam a degeneração física e mental como algo associado às condições do meio, ou seja, relacionados à pobreza, a falta de saúde e educação. Neste caso, há que se perceber uma dimensão que representava o fundamento hermenêutico e epistemológico que atravessou todos os

trabalhos apresentados no 1º CAB, qual seja: a essencialização da cultura africana. Muitos congressistas curiosamente, ao usarem o termo "negro" para descreverem a cultura afro-brasileira, essencializavam uma ideia de pureza africana, outros referiam-se aos afro-brasileiros como um conceito de sub-raça.

O complexo hierárquico se fez presente na formação intelectual destes pensadores e as reflexões baseadas em critérios de inferioridade e superioridade prevaleceram associadas aos mestiços e negros. Além disso, na tentativa de romper com as posições racistas e biológicas da mestiçagem brasileira, parte dos intelectuais acabaram por fixar um posicionamento ambíguo, com diversas contradições, alguns inclusive legitimando uma política de branqueamento. Outros ao fazê-lo buscaram no conceito de cultura uma estratégia de substituição da categoria raça enquanto fundamento biológico. Contudo, esta substituição de abordagem não eliminou a ideia de que determinadas categorias eram superiores a outras, seja do ponto de vista racial ou cultural.

Alia-se a isto, o fato de que a pesquisa realizada com fontes primárias nos periódicos pernambucanos revelou um evento que não pode ser traduzido apenas pela leitura dos dois anais, ou seja, muitas das superficiais críticas feitas ao 1º CAB mostraram-se inconsistentes frente a um olhar mais crítico e menos dogmático da documentação. Os encaminhamentos políticos e as denúncias articuladas ao final do congresso, demonstram a solidariedade dos congressistas com as comunidades afro-brasileiras e mestiças que historicamente foram oprimidas pela ação do estado, sobretudo, pelo uso da força policial nos locais de culto das religiões de matriz africana.

Algumas denúncias de abusos contra a população negra e mestiça indicavam a fragilidade da formação republicana brasileira, ao passo que baseada nos princípios de igualdade, a cor da pele se constituiu historicamente enquanto um elemento velado, mas com forte penetração social nas regras que regulavam o mercado, assim como no acesso aos bens públicos e privados. Nesse caso, é preciso considerar no discurso da Frente Negra Pelotense as implicações negativas do sistema escravocrata para a

consolidação de um efetivo estado de direito, uma vez que a população negra e mestiça não teve as mesmas oportunidades de acesso à terra, educação, emprego e renda.

A organização do encontro também mostrou sua perspectiva singular, ao tangenciar as estruturações tradicionais, diversificando a programação entre discussões acadêmicas, exposições artísticas, culturais e saídas de campo. Longe, ainda, de fechar o debate, os trabalhos apresentados no 1º CAB forneceram informações indispensáveis sobre a natureza das narrativas raciais e da formatação nacional na década de 1930. Em que pese o caráter contraditório de algumas pesquisas e a pluralidade de metodologias aplicadas, em muitos discursos, sobretudo, aqueles com um viés culturalista, a África e os africanos foram mobilizados positivamente enquanto elementos de tradição e civilização no Brasil.

Cabe lembrar que três meses antes do início do encontro organizado no Recife, em agosto de 1934, Adolf Hitler assumia o poder na Alemanha fundindo as funções de presidente e de chanceler (Führer). Concomitantemente, vertentes racistas eram propagadas mundialmente, tendo em vista o avanço das políticas eugênicas do governo nazista, que como vimos, serviam como referência para parte da intelectualidade brasileira. Este foi o caso da pesquisa de Leonídio Ribeiro e seus colegas publicada no segundo volume dos anais e que foi reconhecida mundialmente pelas inovações teórico-metodológicas.

Por conta disso, a pesquisa nos permitiu perceber o caráter anacrônico com que muitos estudos interpelaram e ainda interpelam a obra e o autor Gilberto Freyre, sobretudo, por não levarem em conta, de forma hermenêutica, o debate sobre a formação social do Brasil que permeou toda a década de 1930. Em outras palavras, as pesquisas que muitas vezes recobriram o impacto dos pressupostos freyrianos nas relações políticas do Brasil e também de Portugal, acabaram por conferir um caráter essencialista a sua obra, tendo em vista as posições ideológicas assumidas pelo autor na segunda metade do século XX. Diante disso, nos dois lados do atlântico, sacralizou-se um imaginário que tradicionalmente imputa a Gilberto Freyre a perspectiva de ter sido o intelectual que referendou

o colonialismo português na África, assim como o criador do mito da "democracia racial brasileira".

No "terreno inóspito" dos anos 30 sobre o qual defendeu suas ideias, Freyre acabou por representar uma ameaça para grupos tradicionais nos dois lados do atlântico. No Brasil, o escritor recebeu críticas de setores conservadores vinculados à imprensa brasileira, por conta da organização do 1º CAB. Em Portugal, o intelectual era reconhecido por seu caráter subversivo, uma vez que o consulado português em Pernambuco encaminhou diversas correspondências ao governo de Salazar denunciando as aproximações políticas, assim como o posicionamento ideológico assumido na imprensa local em defesa do negro e do mestiço na formação do Brasil.

A acusação de comunista e subversivo pesou de tal ordem sobre a imagem de Gilberto Freyre que acabou por inviabilizar um de seus projetos pessoais. Este é o caso da criação do Instituto Afro-Brasileiro no Rio de Janeiro, iniciativa articulada e debatida nos bastidores do 1º CAB. Esta demanda, ao nosso ver, reflete uma estratégia e um anseio pessoal do autor já na década de 1930, uma vez que ao considerarmos a hipótese de consolidação deste projeto, provavelmente o ensaísta pernambucano tornar-se-ia num dos mais importantes pensadores da língua portuguesa. Em certa medida, este papel tão almejado pelo intelectual na década de 1930 acabou se realizando em outro contexto temporal e espacial, ou seja, o "presente" que Freyre almejava receber do Presidente Getúlio Vargas, acabou por ganhar das mãos de Antônio de Oliveira Salazar duas décadas mais tarde, em Portugal.

Valendo-se desse registro, um fato curioso é que o projeto "luso-tropical" definido categoricamente por Gilberto Freyre na década de 1950, dialogava com projetos políticos e correntes ideológicas elaboradas na década de 1930 e que, em certa medida, representavam oposição ao regime salazarista. Destaca-se neste sentido, o conceito do "luso-brasileirismo" articulado e propagado pelo intelectual português Nuno Simões. Dentre os inúmeros artigos produzidos por ele em Portugal consideramos duas resenhas relacionadas aos anais do 1º CAB: "*Estudos Afro-Brasileiro"* e "*Novos Estudos Brasileiros".*

Ao tomarmos estes textos como referência transnacional de escala política do 1º CAB, verificamos o impacto em Portugal do debate racial protagonizado no Brasil, ou seja, Nuno Simões reconhecia no congresso do Recife uma experiência fundamental e que deveria ser tomada como exemplo em Portugal. Ao mesmo tempo, percebemos que ao assumir esta posição, o jornalista constituía-se enquanto um antagonista da política colonial implementada pelo Estado Novo português, uma vez que segundo ele, a idealização da 1ª Exposição Colonial Portuguesa realizada entre junho e setembro de 1934 na cidade do Porto, teria sido um projeto de sua autoria, entretanto, devido ao caráter oficial e de sua oposição ao regime, acabou por ser preterido da organização dos trabalhos.

Se em Portugal Gilberto Freyre contou com a interlocução primordial de Nuno Simões, no Brasil, Roquette-Pinto foi um dos mais importantes apoiadores e interlocutores de Freyre na realização do 1º CAB. O antropólogo foi responsável pela publicação de artigos em jornais e também enquanto prefaciador do primeiro volume dos dois anais publicados. Vale lembrar que a produção deste primeiro prefácio foi objeto de resposta por parte do psiquiatra Arthur Ramos na apresentação do segundo volume. Neste caso, a perspectiva ideológica dos prefácios produzidos tanto por Roquette-Pinto como por Arthur Ramos, indicavam a escala regional do debate e tendo em vista a busca de afirmação em escala nacional dos estudos relacionados ao negro e a cultura africana. Os dois primeiros congressos representaram um espaço de disputas e memória entre a escola pernambucana e a escola baiana, de negação ou legitimação histórica das pesquisas do médico Nina Rodrigues.

No que diz respeito a figura de Nina Rodrigues foi interessante perceber que dependendo da pesquisa desenvolvida e dos pressupostos teóricos defendidos, o médico baiano foi interpelado por perspectivas ambivalentes. Por um lado, foi mobilizado enquanto o precursor dos estudos afro-brasileiros por parte de Arthur Ramos, neste caso específico, a partir do prefácio produzido para o segundo volume e através da homenagem recebida com a publicação de sua foto. Por outro, seu nome foi citado em alguns trabalhos ao lado do germanófilo Oliveira Vianna,

uma vez que Nina Rodrigues se colocava contra a mestiçagem. O mesmo fenômeno percebemos com o antropólogo Roquette-Pinto, que por vezes fora citado por um viés progressista, em favor do negro e do mestiço, mas em outros casos, em pesquisas que condenavam o perfil antropológico brasileiro.

As disputas entre a escola baiana e a escola pernambucana acerca destes dois congressos pioneiros, constituem um importante campo ainda a ser explorado. As mobilizações em torno da primazia dos estudos afro-brasileiros, bem como, o papel atribuído ao médico Nina Rodrigues e a "africanização" da Bahia, tendo em vista a afirmação da "Roma Negra" e de certos ritos reconhecidos como "puros" por oposição aos cultos "híbridos" conotam, em certa medida e a partir de outras demandas, parte das contradições contemporâneas que envolvem o debate racial brasileiro.

Do ponto de vista ideológico nos parece que um aprofundamento destas disputas acadêmicas realizadas na década de 1930, bem como a perspectiva regional e nacional do debate, pode servir como um consistente aparato de reflexão se tomarmos como referência as políticas públicas de corte racial que divide opiniões dentro dos espaços acadêmicos, assim como, a opinião pública e a sociedade civil de forma geral. Ou em outras palavras, o complexo debate da raça em pauta no Brasil nas últimas décadas, reflete a frase formulada pelo historiador John Pocock de "*vinho velho em garrafas novas*" (2003, p. 45).

O entrecruzamento dos discursos propagados pelos autores que participaram do 1º CAB, nos permitiu visualizar a complexidade do debate proposto e os perigos do anacronismo, haja vista que a construção de uma identidade nacional historicizada a partir de uma origem comum, moldava-se de interesses e necessidades específicas, o que fazia dela um terreno conflituoso e aberto a múltiplas leituras. Desta forma, os discursos raciais e nacionais mobilizados no 1º CAB se caracterizavam por uma historicidade aberta a interpretações, ao diálogo e a problematizações, ou seja, eram narrativas científicas que estavam ativamente implicadas com a produção de saberes e significados históricos que melhor respondessem às necessidades, de várias ordens, postas por aquele presente. Portanto,

um olhar atento as teorias disponíveis no 1º CAB permite considerarmos que a abordagem culturalista e neolamarckista defendida por Gilberto Freyre e outros intelectuais constituía-se na perspectiva mais progressista e humanista das categorias científicas propagadas naquele contexto.